

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E CULTURA

LIBRAS COMO LÍNGUA (DE DIREITO) NO REGISTRO DA
MEMÓRIA DA COMUNIDADE SURDA

CAXIAS DO SUL

2020

GRASIELE PAVAN

**LIBRAS COMO LÍNGUA (DE DIREITO) NO REGISTRO DA
MEMÓRIA DA COMUNIDADE SURDA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestra em Letras e Cultura, com concentração na área de Linguagem e Processo Culturais, junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura da Universidade de Caxias do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Carina Maria Melchiors Niederauer.

CAXIAS DO SUL

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

P3371 Pavan, Grasielle

Libras como língua (de direito) no registro da memória da comunidade surda [recurso eletrônico] / Grasielle Pavan. – 2020.

Dados eletrônicos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura, 2020.

Orientação: Carina Maria Melchiors Niederauer.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>

1. Língua Brasileira de Sinais. 2. Língua de sinais. 3. História oral. 4. Memória coletiva. 5. Surdos - Linguagem. I. Niederauer, Carina Maria Melchiors, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 81'221.24:930.2

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Ana Guimarães Pereira - CRB 10/1460

LIBRAS COMO LÍNGUA (DE DIREITO) NO
REGISTRO DA MEMÓRIA DA COMUNIDADE
SURDA

Grasiele Pavan

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras e Cultura, Área de Concentração: Estudos de Linguagem, Literatura e Cultura. Linha de Pesquisa: Linguagem e Processos Culturais.

Caxias do Sul, 9 de abril de 2021.

Banca Examinadora:

Dra. Carina Maria Melchior Niederauer
Orientadora
Universidade de Caxias do Sul

Dra. Cristine Fortes Lia
Universidade de Caxias do Sul

Dr. Gláucio de Castro Júnior
Universidade de Brasília

Dra. Tânia Maris de Azevedo
Universidade de Caxias do Sul

AGRADECIMENTOS

Esta foi uma longa e trabalhosa jornada, e é imprescindível registrar o agradecimento de todos que fizeram parte deste processo, apoiando acadêmica e mentalmente.

Gratidão a motivação e incentivo que a Comunidade Surda tem me oferecido nesses anos de convivência, por me emprestar sua língua para enxergar o mundo com outros olhos. Agradeço em especial aos amigos sinalizantes que acreditaram em mim para investigar onde está as mãos dos Surdos no registro da Memória Oral da Comunidade Surda.

À família e aos amigos obrigada pelo apoio e compreensão nas presenças e nas ausências, por toda compreensão neste universo que é a pesquisa acadêmica. Obrigada a todos que colaboraram para que este projeto se transformasse em pesquisa, aos professores, colegas e entrevistados, a colaboração de cada um fez com que esse objeto de estudo convertesse em resultado. Em especial aos colegas da turma 16+1, que fizeram esse caminho ser mais leve, divertido e politizado, estar com vocês me trouxe outros horizontes e uma diversidade de conhecimentos e nosso encontro não foi ao acaso.

Gratidão à minha orientadora Carina, que sempre teve olhos e ouvidos atentos a minha dissertação, colaborando com a construção do texto e com o alcance dos objetivos. Não foram momentos fáceis e por muitas vezes minhas demandas paralelas me exigiram forças adicionais, as quais eu pude encontrar nas orientações. Tivemos uma troca muito positiva e de respeito nesses dois anos, e sou grata por ter tido a oportunidade de trilhar este caminho contigo.

*“A história do privilégio (tantara)
que é necessário recordar para
não se esquecer a si próprio. Ela
situa o povo no centro dele mesmo,
estendendo-o de um passado a um
futuro”.*

Delivré

RESUMO

A Comunidade Surda, composta majoritariamente por Surdos usuários das Línguas de Sinais como primeira língua, historicamente tem enfrentado muitas barreiras sociais com relação à comunicação. Nesse sentido, a presente investigação tem por objetivo pesquisar qual o tratamento dado à memória oral da Comunidade Surda, pelos espaços de memória, na coleta, registro e disponibilização das entrevistas orais, em Porto Alegre, Caxias do Sul e Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Para investigar essa questão, foram entrevistados sete locais que possuem acervos de memória oral e verificada a existência de entrevistas orais de Surdos feitas em Libras. Como forma de analisar teoricamente a questão: são abordadas questões relacionadas à Identidade, Cultura e Comunidade Surda por meio dos Estudos Surdos, dos quais destacam-se pesquisadores como Gladis Perlin, Karin Strobel e Paddy Ladd; em relação à Língua de Sinais, William Stokoe, Ronice Muller de Quadros e Lodenir Becker Karnopp; sobre a Memória Oral Jacques Le Goff; e os estudos linguísticos, sob a perspectiva de Émile Benveniste, Clifford Geertz e Kathrin Woodward. Identificamos, ao longo deste estudo, que a Memória Oral da Comunidade Surda não tem chegado aos espaços de memória e que a Língua Brasileira de Sinais tem sido desconsiderada nesse meio como língua prioritária da memória dos Surdos.

Palavras-chave: Memória oral. Língua Brasileira de Sinais. Comunidade surda. História oral e Língua de Sinais.

ABSTRACT

The Deaf Community, composed mainly of Deaf users of Sign Languages as the first language, has historically faced many social barriers in relation to communication. In this sense, this investigation aims to research what is the treatment for the oral memory of the Deaf Community, through the memory spaces, in the collection, registration and availability of oral information, in Porto Alegre, Caxias do Sul and Santa Maria, in Rio Grande do Sul. In order to investigate this issue, seven places that have oral memory collections were interviewed and the existence of oral deafs made in Brazilian Sign Language was verified. As a way to theoretically analyze the issue: issues related to Deaf Identity, Culture and Community are addressed through Deaf Studies, of which researchers such as Gladis Perlin, Karin Strobel and Paddy Ladd stand out; in relation to Sign Language, William Stokoe, Ronice Muller de Quadros and Lodenir Becker Karnopp; and linguistic studies, from the perspective of Benveniste, Geertz and Woodward. We identified, throughout this study, that the Oral Memory of the Deaf Community has not reached the memory spaces and that the Brazilian Sign Language has been disregarded in this medium as a priority language of the Deaf's memory.

Keywords: Oral Memory. Brazilian Sign Language. Deaf Community. Oral History. Sign Language.

RESUMO EM LIBRAS

[Vídeo em Libras](#)



Palavras-chave: [Vídeo em Libras](#)



LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cidades e espaços de memória que mantém acervo de História oral	69
Quadro 2 – Espaços de memória selecionados para entrevista	71
Quadro 3 – Questionário	72
Quadro 4 – Apresentação dos espaços de memória	76
Quadro 5 – O acervo, o método e as entrevistas realizadas nos espaços de memória pesquisados	79
Quadro 6 – A Libras nos espaços de memória	87

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CAPÍTULO I – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS E COMUNIDADE SURDA	20
2.1 LÍNGUA DE SINAIS.....	20
2.1.1 Língua Brasileira de Sinais.....	31
2.2 COMUNIDADE, CULTURA E IDENTIDADE SURDA.....	34
2.3 PRIMEIRA E SEGUNDA LÍNGUA DOS SURDOS (L1 E L2)	40
3 CAPÍTULO II – A HISTÓRIA, O DOCUMENTO E A MEMÓRIA.....	45
3.1 HISTÓRIA	45
3.2 A HISTÓRIA CONTADA PELOS DOCUMENTOS E PELO TESTEMUNHO	48
3.3 MEMÓRIA ORAL.....	52
3.4 A MEMÓRIA ORAL DA COMUNIDADE SURDA	61
4 CAPÍTULO III – MÉTODO, ENTREVISTAS, DADOS E A MEMÓRIA DA COMUNIDADE SURDA NOS ESPAÇOS DE MEMÓRIA NO RIO GRANDE DO SUL	66
4.1 LEVANTAMENTO DAS CIDADES E LOCAIS DE PESQUISA	67
4.2 CONSTRUÇÃO DE DADOS	72
4.3 ANÁLISE DOS DADOS	75
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS	104

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, desde 2002, por meio da Lei 10436/2002, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) passou a ser reconhecida como meio oficial de comunicação dos Surdos¹. Assim sendo, iniciamos este estudo, retomando a Lei que reconhece a língua de direito dos Surdos no Brasil, para, a partir dessa regulamentação, delinear a inquietação que nos move neste momento: o fato de a Comunidade Surda ter ou não sua memória oral² registrada em sua língua. Esse direito, além de estar amparado por Lei, está amparado também por uma perspectiva linguística e histórica.

Considerando que os Surdos são usuários das Línguas de Sinais (LS) como língua natural, o acesso ao conteúdo dessas memórias deveria priorizar a língua da Comunidade Surda, na coleta, armazenamento e divulgação de suas narrativas históricas.

O uso das LS, estabelece um sentimento de pertença, pois possibilita que os sujeitos se enxerguem como membros de um grupo. Os Surdos se agrupam em comunidades, o que será melhor explanado na seção 2.2 do próximo capítulo, entretanto, aqui, é importante pontuar que a Comunidade Surda é composta de Surdos e ouvintes, que compartilham entre si a Cultura Surda e trabalham em prol dos objetivos dessa comunidade.

A idealização desta pesquisa surgiu das situações experienciadas entre esta pesquisadora e a Comunidade Surda em que está inserida. Ao definir o problema a ser pesquisado, buscou-se respostas a dúvidas que surgiram/surgem no dia a dia. São inquietações advindas de dentro da Comunidade Surda, por uma pessoa não surda em contato com Surdos, em situações cotidianas.

Minha relação com a Comunidade Surda iniciou no período da graduação em História, quando surgiu a curiosidade e a aprendizagem formal da Libras. Posteriormente, o estudo da Libras foi sendo aprofundado até que surgiu a oportunidade de trabalhar em uma escola de ensino médio para Surdos. Durante cinco anos, atuei como educadora da área de humanidades, nessa escola. A docência possibilitou-me compreender um pouco melhor o que significa para essas pessoas ser Surdo, sua cultura, comunidade e identidade. Com a convivência e a aquisição de uma fluência maior em Libras, iniciei um período de trabalhos informais como intérprete,

¹ De acordo com Castro Júnior (2015, p. 11): “O termo Surdo com “S” maiúsculo é utilizado em referência aos membros de uma minoria linguística e cultural que se reconhece a partir da sua comunidade, língua e identidade, conforme apresenta Lane (2008). Isso acontece também com os termos Comunidade Surda, Cultura Surda, Identidade Surda e Povo Surdo, por representar conceitos específicos em relação aos Surdos. Utilizar Surdo é uma escolha pessoal, que está em acordo com outros pesquisadores dos Estudos Surdos, como por exemplo, Lane (2008, p. 288) e Castro Júnior (2011, p. 11)”.

² O conceito de memória oral será abordado no capítulo 3.

dentro da escola em que trabalhava, o que me levou a uma segunda graduação em Letras - Língua Brasileira de Sinais, que me inseriu profissionalmente na área da tradução e interpretação em Libras. Em suma, em um período de 10 anos, passei de uma pessoa que não tinha contato nenhum com a Libras e com Surdos a educadora de Surdos, bacharel em Letras - Língua Brasileira de Sinais e Tradutora e Intérprete de Libras.

Durante esses anos de convivência, presenciei muitos relatos de memórias relacionadas às conquistas ligadas ao Movimento Surdo e ao protagonismo de líderes Surdos. Esses relatos despertaram curiosidades sobre a história dessa comunidade, principalmente em relação à criação de instituições que fortalecem e disseminam a Cultura e a Identidade Surda na região da Serra Gaúcha, porém, essas histórias sempre foram contadas e registradas por meio da oralidade, sem registros em Língua Brasileira de Sinais, e, circulando dentro de um pequeno grupo de pessoas, e com possibilidades de se esvaír a medida em que as pessoas se distanciam dos fatos e até mesmo deixam de contar, e assim não podendo mais serem retomadas.

Essas experiências, aliadas às tentativas de registrar essas memórias, levaram a concluir que não faz sentido existir toda uma riqueza de histórias vivenciadas pelos Surdos, se os relatos de suas experiências não são registrados e disponibilizados em sua língua. Dito de outra forma,

[...] a história dos surdos em padrões tradicionais não produz a história legítima dos povos surdos, que seriam localizadas nos discursos das associações de surdos, de professores surdos, de sujeitos surdos bem-sucedidos, de sujeitos surdos líderes, da pedagogia surda, de movimentos políticos dos povos surdos e outros (STROBEL, 2016, p. 111).

Como pontua Karin Strobel, pedagoga e pesquisadora Surda, em seu livro *As imagens do outro sobre a cultura surda*, que história é essa que não pode ser acessada diretamente dos discursos dos Surdos que as viveram? A busca por mais informações evidencia barreiras linguísticas em relação ao registro e ao acesso aos documentos históricos geradas pelas memórias dos Surdos que viveram certos movimentos e participaram ativamente da fundação das escolas de surdos e da Associação da região. Estamos falando de uma Comunidade Surda específica, um grupo regionalizado de pessoas, mas, conforme a autora aponta, essa questão não é uma realidade regional.

As comunidades surdas no Brasil têm uma longa história. O povo surdo brasileiro deixou muitas tradições e histórias em suas organizações, as quais iniciaram diante de uma necessidade de o povo surdo ter um espaço para se reunir e resistir contra as práticas ouvintistas que não respeitam a sua cultura (STROBEL, 2016, p. 32).

A possibilidade de que os Surdos tenham acesso a versões fidedignas de fatos ocorridos em sua comunidade demanda que seu registro seja feito em sua língua natural, a Língua de Sinais, pois é por meio dela que os relatos de memória podem ser socializados, atingindo os objetivos de registro da memória da e para a Comunidade Surda. São Surdos sinalizando³ para Surdos, sujeitos compartilhando vivências por meio de uma mesma língua e cultura.

As memórias individuais estruturam as memórias coletivas e essas narrativas consolidam a subjetividade presente nos fatos históricos. A memória coletiva é o cruzamento de memórias individuais, partindo de uma perspectiva social, de grupo, um olhar do todo para a parte e da parte para o todo. A memória constitui um dos possíveis registros sobre os acontecimentos do passado. Não é absoluta em sua historicidade e nem é de menor importância dentre as fontes históricas de um determinado fato, depende da inter-relação entre o tempo e a história, dialogando com outras fontes, tecendo assim as possíveis narrativas (versões) sobre acontecimentos específicos.

A memória é instrumento no processo de construção de conhecimento histórico, é um recurso utilizado na história oral como subsídio para registro da fonte histórica.

A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. *Não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas, sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida* (DELGADO, 2006, p. 15-16, grifos do autor).

Os espaços de memória são lugares que abrigam uma variada forma de registros da memória de uma determinada sociedade, são espaços disponíveis ao público, onde é possível coletar, registrar e disponibilizar narrativas com interesse coletivo ou individual, sobre fatos históricos significativos para aquele contexto. Os indivíduos que presenciaram processos de transformações sociais podem perpetuar suas vivências por meio de fonte documental, de seus acervos particulares e dos relatos de suas histórias. Esses espaços são denominados de diferentes formas, tais como arquivo histórico, arquivo público, centro de memória, museu, entre outros.

No que diz respeito aos Surdos, que oportunidades eles têm, como grupo linguístico minoritário, de coletar, registrar e acessar esse tipo de material em sua própria língua?

³ O termo é equivalente a fala(ndo) na língua oral.

Para refletir sobre essa indagação, cabe aqui definir qual a língua desses sujeitos. Os Surdos são usuários da(s) Língua(s) de Sinais como primeira língua - L1⁴, que são as línguas de modalidade visuoespacial, isto é, gestos convencionados produto das interações culturais, utilizados como forma de comunicação dos Surdos com o mundo.

Os Surdos, no Brasil, utilizam a Língua Brasileira de Sinais – Libras, como sua primeira língua. É por meio dela que se constituem como sujeitos, interagem com a sociedade, desenvolvem a capacidade da linguagem e se apropriam da história de sua comunidade.

A Língua de Sinais, a Comunidade Surda e a memória são o tema desta investigação. O recorte dentro dessa temática aborda a investigação de como é tratada a Língua Brasileira de Sinais nos registros de memória oral da Comunidade Surda nos espaços de memória do Rio Grande do Sul (RS), em especial, nas cidades de Porto Alegre, Caxias do Sul e Santa Maria. A escolha das cidades se deu devido ao fato de representarem uma Comunidade Surda envolvida com o Movimento Surdo, assim, a possibilidade de terem suas memórias registradas ou não em um espaço de memória são mais passíveis de verificação.

Com base no tema e na sua delimitação, o problema de pesquisa que se apresenta é: *Qual o tratamento dado à memória oral da Comunidade Surda, pelos espaços de memória, na coleta, registro e disponibilização das entrevistas orais, em Porto Alegre, Caxias do Sul e Santa Maria no Rio Grande do Sul?*

Buscando responder a esse problema, cogita-se algumas hipóteses, são elas: a) os espaços de memória não utilizam a Libras como língua de coleta, registro e acesso da memória oral da Comunidade Surda; b) os espaços de memória utilizam a Libras como língua de coleta e registro com a mediação de profissionais tradutores/intérpretes de Libras, porém o acesso aos registros da memória oral da Comunidade Surda é feito apenas em Língua Portuguesa; e c) os espaços de memória utilizam a Libras como língua de coleta, registro e acesso da memória oral da Comunidade Surda.

O objetivo desta pesquisa é investigar como os espaços de memória das cidades de Porto Alegre, Caxias do Sul e Santa Maria coletam, registram e difundem a memória oral da Comunidade Surda no RS por meio da Libras. Para que possamos atingir esse objetivo, temos os seguintes objetivos específicos: a) investigar como é feito o registro da memória oral da Comunidade Surda nos espaços de memória das cidades de Porto Alegre, Caxias do Sul e Santa Maria, no Rio Grande do Sul; b) verificar, nessas cidades, a existência de memórias orais coletadas, e/ou registradas e disponibilizadas em Libras, e sobre quais temas; c) apresentar o

⁴ A distinção entre L1, L2 e demais, será apresentada no capítulo 2 em subseção específica.

aporte teórico que sustenta a importância de registrar a memória oral em primeira língua, em específico para a Comunidade Surda; e d) mapear os relatos dos Surdos registrados em espaços de memória em Libras; e e) indicar possibilidades, para que os Surdos tenham acesso em sua língua aos materiais relacionados à história da sua comunidade, em espaços relacionados ao registro da memória.

A motivação para esta pesquisa se deu a partir da tentativa de registro da memória de um Surdo em um espaço de memória. Esse sujeito e sua família participaram de um momento muito importante da história da educação de Surdos da Comunidade Surda da região onde moram, pois atuaram na fundação de uma escola para crianças surdas na década de 60. Dentre as memórias do início das aulas nessa instituição, das lembranças dos relatos que os pais, já falecidos, fizeram ao longo da vida e da documentação guardada em casa, surgiu a consciência de que essa memória era coletiva, pois teve impacto na vida de todas as pessoas que passaram e passam pela instituição, principalmente na vida dos alunos surdos e das suas famílias.

Consciente da necessidade de compartilhar essa parte da história que carrega consigo, esse sujeito, Surdo, ex-aluno e personagem da história da escola, decidiu procurar uma instituição pública que aceitasse arquivar seus documentos, possibilitando assim que outras pessoas pudessem ter acesso a essas fontes históricas, que até então eram privadas. Na ocasião, já no Arquivo, nomeando e datando os documentos e as pessoas ali representadas, foi identificada a importância de guardar essas memórias relatadas, em formato de entrevista; nessa oportunidade havia também a presença de uma intérprete, esta pesquisadora, mediando a comunicação entre o Surdo e os profissionais do arquivo. No momento em que a proposta de gravar uma entrevista foi feita, o Surdo imediatamente pontuou a necessidade de que o registro fosse feito em vídeo, pois era necessário que seus sinais ficassem registrados, independentemente da transcrição em língua portuguesa do seu relato, pois suas memórias teriam realmente significado se a Libras estivesse presente na coleta e no armazenamento, para que futuras disponibilizações desse material a outros Surdos e a outros sinalizantes⁵, sejam feitas na língua em que foi expressada.

O argumento era simples e coerente, a Libras precisava aparecer, ela teria que estar presente e registrada naquele relato, pois somente por meio dela aquelas memórias seriam registradas preservando seu sentido original. O Arquivo não tinha o equipamento necessário para coletar e arquivar aquela memória contada em Língua Brasileira de Sinais, o que eles ofereciam era a gravação de áudio, captando a voz da intérprete, além disso essa gravação seria

⁵ Pessoas usuárias de uma Língua de Sinais, independentemente de ser primeira língua ou de ser surdo, o termo equivale a *falante* nas línguas orais.

transcrita em texto, em Língua Portuguesa. Esse seria o registro arquivado que, posteriormente, seria disponibilizado a quem quisesse acessar as informações contidas ali.

Tanto o sujeito Surdo, usuário da Libras como primeira língua, quanto a intérprete de Libras, usuária como segunda língua, argumentaram sobre a importância de que a Língua de Sinais se mantivesse presente em todo o processo. Compreendida a demanda que o uso de uma língua visuoespacial exige, foi acordado que a coleta seria feita em vídeo, para que fosse captada a narrativa em Libras, mas, ainda assim, sem a possibilidade de que ficasse arquivada e disponibilizada em Libras naquele espaço de memória, pois, somente a transcrição em Língua Portuguesa, a partir da interpretação que seria feita por intérpretes voluntárias, ficaria disponível.

Cabe aqui ressaltar que o público-alvo desse tipo de material é, em sua grande maioria, de Surdos, sabendo, também, que usuários fluentes em Libras, como segunda língua, poderão ganhar muito no que diz respeito à compreensão do sentido dessa memória, pois propiciaria que possíveis análises discursivas fossem feitas tanto em L1 quanto em L2, isto é, atenderia tanto a usuários Surdos quanto a ouvintes bilíngues.

Historicamente, em geral, os Surdos têm o relato de sua história distorcida pela falta de registros em sua língua. Strobel (2016) faz uma retomada da história dos Surdos que, desde os primeiros registros, foram narrados por ouvintes ligados a Comunidades Surda:

A maioria dos registros históricos foi escrita através de **metanarrativas ouvintes**, depoimentos de profissionais que trabalharam com os sujeitos surdos, fatos vivenciados por eles, avanços tecnológicos e observações de familiares e amigos ouvintes, tornando a história de surdos em uma visão crítica, isto é, a história de surdos na visão de sujeitos ouvintes (STROBEL, 2016, p. 109-110, grifo nosso).

É importante destacar que, conforme apontado por Strobel (2016), essas memórias se tornam metanarrativas e, por isso, não podem ser consideradas uma memória oral, uma fonte histórica dessa comunidade, afinal memórias são os relatos dos momentos vividos por um sujeito e só ele pode falar de suas experiências, só ele tem capacidade de expressar o que significa essa retomada de ideias. A memória pertence a esse sujeito e se seu registro exclui a sua língua, exclui também sua subjetividade e sentido, que só o detentor da memória possui.

Em convergência com o que diz Strobel (2016), Benveniste (1995, p. 286, grifo do autor) afirma que:

É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito: porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de 'ego'.

A “subjetividade” de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como “sujeito”. Defini-se não pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo (esse sentimento, na medida em que podemos considerá-lo, não é mais que um reflexo) mas como a unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência.

Transpondo o que propõe Benveniste para o Surdo, esse sujeito, por meio de seu discurso, torna-se o *eu* que se dirige a um *tu*, assumindo o papel de relator de suas memórias na sua forma mais complexa, a partir das vivências e das escolhas que carregam o sentido em si.

A interpretação e a tradução têm limitações no que tange a dar conta de forma fidedigna do relato feito em primeira língua pelo seu narrador, pois, elementos como as escolhas lexicais, intensidade, prosódia, entre outros sofrerá interferências do tradutor/intérprete, além do que a compreensão em si do que é sinalizado depende do conhecimento do tradutor/intérprete sobre o assunto. Independentemente da tradução e/ou da interpretação de um determinado material, o original é a fonte primeira e deve estar disponível a quem tiver interesse ou necessidade de acessá-la.

A partir da situação apresentada, surgiu a reflexão sobre como a Comunidade Surda tem tido coletada, registrada/armazenada e acessada as memórias que fazem parte da construção de sua história e, até mesmo, se a presença ou não da Língua de Sinais tem sido um fator decisivo para a presença de relatos de Surdos nesses espaços destinados ao registro de memórias. Se as memórias surdas existem e são relatadas em Libras, proporcionando assim aos Surdos sua verdadeira expressão, como elas são tratadas no registro, armazenamento e disponibilização, para que haja assim uma melhor compreensão dos relatos de memória, feitos pelos sinalizantes, presentes ali?

O que defendemos é que o registro da memória em Libras possibilita ao Surdo ter visibilidade e falar de si mesmo, sem a dependência de um outro, um intermediário, o que permite falar⁶ a outros Surdos utilizando a mesma língua. Isso gera a possibilidade de que pesquisadores Surdos ou usuários de Libras extraiam muito mais informações, acessando o material na língua em que foi expressado. Há uma questão linguística que deve ser considerada nos casos em que a Língua de Sinais não é priorizada no registro da memória oral, que é a

⁶ Quando há referência a uma Língua de Sinais, o termo ‘fala’ pode parecer controverso para muitas pessoas, porém, considerando que a fala não necessariamente se refira à vocalização, nas línguas de modalidade visuoespacial, a afirmação que o surdo fala é coerente, pois, aqui não consideramos fala equivalente a voz, mas sim a expressão da pessoa independente se será por uma Língua de Sinais ou uma Língua Oral.

⁶ *Surdos* é a forma como as pessoas com deficiência auditiva se autoneameiam, quando se percebem pertencentes à identidade sociocultural dessa comunidade específica. Em vista disso, este estudo utiliza essa definição para as pessoas que são privadas parcial ou totalmente do sentido da audição, por respeitar a forma como esses sujeitos se autorreferem.

interferência que a interpretação ou a tradução pode ter sobre o discurso. Strobel (2016) reflete sobre isso quando afirma que a subjetividade brota em novas formas quando o encontro é feito entre Surdos e estes utilizam a Língua de Sinais como meio de comunicação. Esses indivíduos podem apreender muito mais de um relato quando ele é feito na língua em que foi produzido, pois o acesso em Língua Portuguesa é feito como segunda língua e isso limita o acesso à subjetividade do discurso.

Para que essas questões sejam verificadas, é necessária uma investigação sistematizada que aborde a Língua de Sinais, a Comunidade Surda e a memória, sendo essa a proposta desta dissertação, que se dá por meio de pesquisa bibliográfica, de campo e documental.

No que se refere à Identidade, Cultura e Comunidade Surda são utilizados os Estudos Culturais da vertente dos Estudos Surdos, pesquisas e publicações feitas por membros dessa comunidade. Entre eles, destacam-se pesquisadores já consolidados e reconhecidos na área, como Gladis Perlin, Karin Strobel e Paddy Ladd. No que tange ao aporte teórico da linguística da Língua de Sinais, os autores utilizados são William Stokoe, Ronice Muller de Quadros e Lodenir Becker Karnopp. Ainda nos estudos linguísticos serve-nos de fonte teórica Émile Benveniste.

Quanto à memória oral, a investigação será feita a partir da corrente historiográfica da História Cultural, na perspectiva da História Oral e da memória. Os autores que alicerçam teórica e metodologicamente essa pesquisa são Jacques Le Goff (1996), José Carlos Sebe Bom Meihy (1998), Lucilia de Almeida Delgado (2006) e Verena Alberti (2004).

A pesquisa documental e de campo tem início a partir da identificação dos possíveis espaços a serem investigados nas cidades-alvo, por meio de contatos telefônicos e meios eletrônicos. Os critérios para seleção dessas instituições e a descrição do questionário semiestruturado a ser aplicado serão detalhados no capítulo IV, no qual apresentaremos o método utilizado nesta investigação. Já a pesquisa documental será realizada posteriormente, *in loco*, nos locais que mantiverem registros de memórias produzidos por Surdos, sendo esses em Libras ou não. A partir disso, será feita a coleta de dados para análise de como esses registros têm sido tratados por esses espaços.

A seleção dos espaços de memória a serem pesquisadas foi feita, a partir da escolha de três cidades do Rio Grande do Sul, nas quais há espaços de memória e que contem também com uma Comunidade Surda estabelecida e atuante social e politicamente, o que foi identificado previamente.

Após levantamento sobre pesquisas similares, não foram localizadas investigações e publicações sobre a situação de coleta, registro e disponibilização da memória oral da

Comunidade Surda brasileira nos espaços de memória, considerando a Libras como língua priorizada nesse processo. Portanto, esta pesquisa abre possibilidades para reflexões sobre o direito linguístico dos Surdos, em relação à coleta, ao registro e ao acesso às memórias orais produzida por eles.

Além desta Introdução e das Considerações finais, esta pesquisa está organizada em três capítulos. O primeiro aborda questões relacionadas ao Surdo, à Comunidade Surda, sua cultura e identidade, à Língua de Sinais, à Língua Brasileira de Sinais, bem como esclarece como essa língua é utilizada como L1 e L2.

O segundo capítulo é responsável por esclarecer e fundamentar teoricamente o que é entendido por memória oral, e o papel dos espaços de memória.

Por fim, o capítulo três descreve o método de pesquisa empregado, apresenta os dados pesquisados e analisa-os à luz do referencial teórico adotado.

Passamos, a seguir, ao primeiro capítulo.

2 CAPÍTULO I – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS E COMUNIDADE SURDA

Este capítulo apresentará as questões referentes ao Surdo, sua língua, sua comunidade, sua cultura e sua identidade. Nele serão abordadas questões relativas às Línguas de Sinais e seu reconhecimento como língua, à Língua Brasileira de Sinais, a cultura, identidade e Comunidade Surda e ao uso da L1 e L2 feito pelos Surdos. Todos os aspectos apresentados servirão de base para a compreensão da importância da garantia do uso da Libras, como língua prioritária na coleta, registro, armazenamento e disponibilização da memória oral da Comunidade Surda.

2.1 LÍNGUA DE SINAIS

As línguas de sinais são línguas de modalidade visuoespacial⁷. São línguas em que a articulação (da fala)⁸ está localizada nas mãos, braços, antebraços, ombros e rosto, e a percepção se dá pelo canal visual. Seus usuários, em sua maioria, são pessoas surdas⁹, que, por impossibilidade de uso de uma língua vocal-auditiva e/ou conforto linguístico, a tornam¹⁰ sua primeira língua, de forma exclusiva ou, quando as condições sensoriais do indivíduo permitem, concomitantemente ao uso da língua oral majoritária¹¹.

Sobre uso da Língua de Sinais, ela não é exclusiva dos Surdos, por isso, aqui apresentamos o termo ‘sinalizante’, como um termo referente ao usuário dessas línguas, podendo ser Surdos ou não, se referindo a pessoas pertencentes a Comunidade Surda, discussão que terá continuidade no item 2.2 desta dissertação.

Os sinalizantes são normalmente surdos, mas também podem ser ouvintes. Os nativos nascem de pais surdos, incluindo os filhos surdos e ouvintes, e crescem com a Libras desde pequenos, normalmente, convivendo com outros surdos. Esse convívio se dá especialmente nas associações de surdos, mas com o desenvolvimento da tecnologia

⁷ Os termos utilizados para definir a modalidade das Língua de Sinais variam bastante. Nos estudos realizados, encontramos o termo visuoespacial sendo referido como visoespacial, gestualvisual, espaço-visual, visuo-espacial e visuo-gestual. Por conta dessa variedade, optamos por utilizar o termo visuoespacial, que é a forma como esse conceito é apresentado por Quadros e Karnopp (2004) e que parece mais coerente com a definição da modalidade das Línguas de Sinais, por não fazer alusão ao uso dos gestos, mas sim do espaço.

⁸ Idem a nota de rodapé 6, onde justificamos o uso do termo fala também para usuários das Línguas de Sinais, por isso o termo é apresentado entre parênteses.

⁹ *Surdos* é a forma como as pessoas com deficiência auditiva se automeiam, quando se percebem pertencentes à identidade sociocultural dessa comunidade específica. Em vista disso, este estudo utiliza essa definição para as pessoas que são privadas parcial ou totalmente do sentido da audição, por respeitar a forma como esses sujeitos se autorreferem.

¹⁰ As pessoas surdas, em sua maioria, nascem e crescem em famílias de ouvintes e, por conta disso, muitas vezes, não são expostas a uma Língua de Sinais desde os primeiros anos de vida, mas sim em fase tardia, até mesmo somente quando adulto. Por conta disso, o verbo ‘tornar’ foi utilizado, por ser a maioria dos casos.

¹¹ Língua oral majoritária são as línguas de modalidade oral utilizadas em territórios determinados como língua oficial de comunicação, instrução e interação, no caso do Brasil a língua oral majoritária é a Língua Portuguesa.

e a implementação das redes sociais virtuais, os encontros com outros surdos estão também acontecendo em diferentes lugares, previamente acordados.[...] No entanto, a maioria dos surdos nasce em famílias de ouvintes que não conhecem Libras. Dependendo da posição desses pais e das orientações que recebem ao tomarem conhecimento da surdez de seu filho, essas crianças contarão com a aquisição da língua de sinais precocemente ou não (QUADROS, 2019, p. 42).

As línguas de sinais são utilizadas por meio de gestos convencionados, os quais são visual e espacialmente produzidos, diferenciando-se das *línguas orais* (LO), que utilizam o canal vocal-auditivo para a comunicação. Os sinais, nessas línguas, equivalem, entre outras coisas, as palavras das línguas orais, e são igualmente carregados de significação. As sentenças obedecem a ordens sintáticas, e a relação que existe com a entonação da voz nas línguas orais é demonstrada pelas *Expressões Não Manuais* (ENM)¹² como expressões faciais, corporais e movimentos.

Entretanto, mesmo conferindo às línguas de sinais o estatuto de língua como nas línguas orais, não é coerente buscar uma equivalência simples entre os sinais e as palavras. No entanto, é possível, de forma superficial, estabelecer como parâmetro aos sinais as palavras, porém, não esquecendo as ENM, e a riqueza semântica que os sinais apresentam, acompanhados de outros elementos que compõem o sentido como, por exemplo, a direção do olhar, o movimento do ombro, o arqueamento da sobrancelha, entre outros. Logo as línguas de sinais devem ser vistas a partir de seu aspecto visual e espacial e não uma correspondência visual das línguas orais.

Um erro muito comum é considerar que as Línguas de Sinais são baseadas ou seguem a estrutura das Línguas Oraís, visto que as LS possuem estrutura e gramática própria, sendo independente das LO. Não se pode pensar que a significação dos sinais está vinculada às palavras ou às letras, pois os sinais representam em si sua significação.

Essas línguas pertencem a comunidades específicas, determinadas pela localidade e pelas relações construídas entre os usuários (sinalizantes). Segundo Quadros (2019, p. 33): “As línguas de sinais nacionais são línguas amplamente usadas em determinado país. Vários países utilizam uma língua de sinais nacional.”. Os países, em geral, desenvolvem suas próprias Línguas de Sinais que, em geral, são línguas urbanas, disseminadas pelas instituições de ensino e pelas associações de Surdos. Entretanto, desconhecemos um mapeamento completo dessas línguas, visto que, dentro de um território nacional, uma Comunidade Surda urbana pode ter

¹² As expressões não manuais (ENM) nas línguas de sinais (LS) incluem movimentos do corpo e expressões faciais. As ENM podem desempenhar diferentes funções, tais como diferenciar itens lexicais, participar da construção sintática e contribuir com processos de intensificação. Dessa forma, as expressões faciais participam da construção do significado nas LS tanto quanto os parâmetros até então mais estudados, a saber: configuração, movimentos e localização das mãos (PAIVA *et al.*, 2018, p. 1135).

desenvolvido sua própria Língua de Sinais, a Língua de Sinais nacional e, em determinadas localidades isoladas, uma Comunidade Surda menor pode ter desenvolvido outra Língua de Sinais sem que elas mantenham qualquer tipo de relação entre si. Dessa forma, um mesmo país pode contar com duas ou mais Línguas de Sinais no mesmo território, além disso, ocorrem variantes linguísticas dentro de uma LS, assim como existe nas demais línguas. Há casos também de países que foram divididos por conflitos ou por outras formas arbitrárias e a mesma Língua de Sinais se manteve em diferentes territórios depois da segregação. Portanto, é possível afirmar que cada país tem uma Língua de Sinais, porém não existe exclusivamente uma LS para cada país.

Como forma de exemplificar o parágrafo anterior e trazer novas possibilidades de referenciais para essa pesquisa, utilizamos o site Sign-Hub¹³. Esse site é resultado de um projeto que disponibiliza online um atlas das Línguas de Sinais. Nesse atlas podemos observar que o Brasil tem reconhecidas três Línguas de Sinais, sendo elas a Língua Brasileira de Sinais, a Língua de Sinais da Ilha do Marajó e a Língua de Sinais Urubú-Kapor. Esse é um pequeno recorte sobre o mapeamento das Línguas de Sinais e o universo ainda pouco conhecido sobre comunidades que convencionaram uma Língua de Sinais diferente da nacional.

Hoje é possível visualizar o uso das Línguas de Sinais nos mais diferentes espaços. Esses espaços vêm sendo conquistados por meio das lutas estabelecidas pelo Movimento Surdo, pelas pesquisas, cobrança e fiscalização dos direitos legais da Comunidade Surda. Vendo por essa perspectiva, pode parecer que socialmente já evoluímos em relação ao direito à comunicação dos Surdos, porém considerando o período de proibição das Línguas de Sinais nas instituições de ensino, fica evidente que existe um lapso nesse processo e que muito ainda preciso ser resgatado.

Para entender esse processo de consolidação da Língua de Sinais como garantia da comunicação dos Surdos, é importante considerar alguns avanços e retrocessos. Nesse sentido, há um período de grande atraso no uso e disseminação das LS, um importante momento da história da educação de Surdos, que aconteceu em 1880, na cidade de Milão, na Itália, o Congresso de Milão. Ele é comumente conhecido por esse nome que, na época, foi nomeado de Congresso Internacional de Surdo-Mudez. Nesse congresso foram chamados

¹³ SIGN-HUB é um projeto de pesquisa de 4 anos (2016-2020) financiado pela Comissão Europeia dentro das ações da Horizon 2020 Reflective Society 2015, Research and Innovation. Foi projetado por uma equipe de pesquisa europeia para fornecer um centro de recursos inovador e inclusivo para a documentação linguística, histórica e cultural do patrimônio das comunidades surdas e para avaliação da língua de sinais em intervenção clínica e ambientes escolares (SIGN-HUB, 2020).

educadores de surdos para definir e discutir questões relacionadas ao processo educacional desses sujeitos.

Naquele contexto, a educação de Surdos era dividida entre a defesa do método oralista (alemão) e do gestual (francês). O método gestual é o que considera o uso da Língua de Sinais no processo de ensino, independentemente de ter ou não o ensino da língua oral concomitante. Já o método oralista defende, em seu extremo, a exclusão do uso da Língua de Sinais no processo educacional dos Surdos, focando no ensino da língua oral, tanto escrita quanto falada.

Na ocasião do Congresso, os educadores presentes (não surdos) discutiram e votaram qual seria a melhor forma de educar crianças surdas em escolas específicas e, ali, é definido que o método oralista deveria ser o modelo aplicado. Lopes e Abreu (2017) pontuam sobre o impacto que esse fato teve sobre a educação de Surdos e como isso se reflete até o tempo presente, ao ponto de ser possível uma divisão entre o antes e o depois do Congresso.

A partir dessa decisão, as escolas de Surdos passaram a proibir o uso da Língua de Sinais, e é exatamente nesses espaços que a disseminação e o *input* linguístico dessas línguas acontecem para a maioria das crianças surdas. Sem as interações naturais na primeira língua dos Surdos nas escolas, o prejuízo linguístico atingiu outras proporções além da educação, pois, socialmente, fortaleceu a depreciação das Línguas de Sinais, consolidando sua inferiorização em relação às línguas orais. Essa condição só passou a ser alterada a partir das comprovações do estatuto de língua conferido às Línguas de Sinais a partir das pesquisas de William Stokoe.

O prejuízo causado pelos anos de opressão às Línguas de Sinais se fez presente também no Brasil. Adotando as definições estabelecidas no Congresso de Milão, a Língua de Sinais utilizada no País passou a ser renegada nas instituições de ensino, limitando seu uso à informalidade e aos espaços privados.

Depois das resoluções do congresso de Milão, a educação dos surdos no Brasil teve um retrocesso, ao proibir o uso de sinais, e consolidar o método oralismo, que foi definido por ouvintes no evento, sem o consentimento de surdos ou membros da comunidade surda. As resoluções definidas em Milão levaram educadores a amarrar as mãos de surdos, para que não fizessem sinais, e forçassem, em muitos casos sem nenhum resultado positivo, o uso da língua oral, todo esse processo só trouxe traumas e desgastes (LOPES; ABREU, 2017, p. 2).

Esse período de limitação na circulação dos sinais na sociedade, consequência do Congresso de Milão, fez com que houvesse atraso no reconhecimento dos direitos dos Surdos a partir da sua língua, não estabelecendo assim parâmetros que balizassem as práticas socioculturais, como é o caso da memória oral dos Surdos, objeto desta investigação. Após o Congresso e significativos atrasos na disseminação e reconhecimento das Línguas de Sinais

como comunicação efetiva dos Surdos e língua de direito, sua retomada aconteceu nos Estados Unidos na década de 60, possibilitando que esse resgate iniciasse um processo de sistematização de pesquisas linguísticas em LS.

Os estudos linguísticos sobre as Línguas de Sinais vêm se ampliando ao longo das décadas, aprofundando o conhecimento sobre elas e consolidando os referenciais para o estatuto linguístico iniciado nos anos de 1960, nos Estados Unidos, com Stokoe. McCleary e Viotti (2011, p. 2) referem alguns dos estudos recentes:

Liddell (2000, 2003a) deu um passo importante na análise da língua de sinais americana (ASL), valendo-se do conceito de integração conceitual para dar conta da indiscutível participação da gestualidade no discurso. Cuxac (2000), em estudo seminal sobre a língua de sinais francesa (LSF), discute as diferenças entre línguas orais e línguas sinalizadas, ressaltando a opção destas por estruturas de grande iconicidade, que se verificam fundamentalmente nas narrativas e nas construções de referência espacial. Wilcox (2004) demonstra as relações históricas entre a iconicidade gestual, o léxico e a gramática das línguas sinalizadas, evidenciando uma constante permeabilidade entre língua e gesto.

As Línguas de Sinais, que até então não eram reconhecidas como *língua*, a partir das pesquisas de William Stokoe, assumem esse estatuto. Os estudos de Stokoe iniciaram alguns anos após o seu ingresso, em 1955, como docente na *Gallaudet University*¹⁴, e tem seu marco com a publicação do artigo *Sign language structure: an outline of the visual communication systems of the american deaf*, em 1960.

Foram as observações e descobertas de William Stokoe que deram reconhecimento à Língua Americana de Sinais como um sistema de linguagem completo e sofisticado, e foi Stokoe quem encorajou pesquisadores surdos e ouvintes a desenvolver o campo da linguística da Língua de Sinais (MAHER, 1996, p. 38, tradução nossa)¹⁵.

O artigo foi um primeiro passo para o reconhecimento do estatuto linguístico da *American Sign Language* – ASL, como língua, tendo como base uma análise linguística. Maher (1996) esclarece que Stokoe teve um longo trabalho de pesquisa, iniciado em 1957, a partir da participação em um curso com Smith e Trager sobre linguística e cultura.

¹⁴ Instituição que iniciou como escola para surdos em 1857, com o nome de *Columbia Institution for the Instruction of the Deaf*, e que em 1864 passou a ser a primeira instituição de ensino superior para surdos no mundo, em Washington-DC, Estados Unidos.

¹⁵ Do original: “It was William Stokoe's observations and discoveries that led to the recognition of American Sign Language as a complete and sophisticated language system, and it was Stokoe who encouraged both deaf and hearing researchers to develop the field of sign language linguistics” (MAHER, 1996, p. 38).

Diz Stokoe¹⁶ (apud MAHRER, 1996, p. 60, tradução nossa)¹⁷:

Eu havia aprendido com Smith e Trager que o sistema usado por membros de uma cultura para realizar todas as atividades dessa cultura é uma língua. Eu tinha entrado em uma comunidade onde os surdos se comunicavam de maneira rápida e aparentemente satisfatória, sem a necessidade de falar ou ouvir: eles tinham uma cultura própria.

Para ter certeza, ao definir a língua como baseada na cultura, Trager disse que se tratava de um sistema de símbolos vocais. Assim o é para a grande maioria, mas, já naquele verão, comecei a desenvolver o argumento de que (a) surdos na companhia uns dos outros na maior parte do tempo compartilham uma cultura; (b) tal cultura difere da cultura americana padrão (ou de qualquer uma de suas variantes) devido a uma diferença radical nas bases fisiológicas; e (c) portanto, o sistema de símbolos gestuais, não vocais, usado por pessoas surdas é, por definição, uma língua

Nos três anos seguintes, ele observou e sistematizou o uso do ASL pelos estudantes Surdos da *Gallaudet University*, criando um método capaz de comprovar que haviam aspectos linguísticos na comunicação manual¹⁸, com um sistema notacional para demonstrar cientificamente os aspectos fonológicos, morfológicos e semiológicos presentes no ASL, confirmando assim que essa Língua de Sinais, assim como as demais, é uma língua genuína. Aliado a isso, também trouxe um histórico de pesquisas e registros anteriores aos feitos por ele, os quais já consideravam uma perspectiva linguística das Línguas de Sinais.

A contratação de Stokoe, conforme refere Maher (1996), trouxe uma nova perspectiva para o ASL, mesmo que ele não soubesse se comunicar por meio de sinais quando ingressou na Universidade, foi aprendendo dentro da própria Instituição, porém dizem que, embora ele nunca tenha se tornado um usuário fluente, comunicava-se com os surdos utilizando seu conhecimento básico da língua. O fato de não ser um sinalizante foi um dos principais fatores que o levaram a ter contribuído tanto para as questões linguísticas, pois era sempre um observador de fora tentando entender a língua.

¹⁶ As citações pertencentes a Stokoe, que são retiradas do livro *Seeing Language in Sign*, de Jane Maher, aparecerem via apud, devido ao fato de se referirem a material que reúne vários relatos e documentos provenientes de contatos e entrevistas, feitos pela autora da obra, com William Stokoe, não estando disponíveis esses textos em outras obras, só podendo ser acessadas por meio dessa obra.

¹⁷ Do original: “I had learned from Smith and Trager that the system used by members of a culture to carry on all the activities of that culture is a language. I had come into a Community where deaf people communicated with one another in a rapid and apparently quite satisfying manner without any need to speak or hear: they had a culture of their own. To be sure, in defining language as culturally based, Trager had said it was a system of vocal symbols. So it is for the great majority, but as early as that summer I began to develop the argument that (a) deaf people in each other's company most of the time share a culture; (b) such a culture differs from standard American culture (or any of its variants) because of a radical difference in physiological foundations; and (c) therefore, the system of gestural, not vocal, symbols used by deaf people is by definition a language” (STOKOE apud MAHRER, 1996, p. 60).

¹⁸ Expressão usada na Gallaudet University para designar o uso da ASL, enquanto ainda não se consolidava o estatuto de língua a comunicação dos surdos.

Além disso, a formação de Stokoe teve por característica ser mais humanista do que a dos demais professores da instituição, que tinham um olhar voltado para as questões clínicas. Sua formação em literatura foi também um elemento que contribuiu para que tivesse uma perspectiva diferenciada no que diz respeito à comunicação dos estudantes Surdos. Oliver Sacks, no prefácio da biografia escrita por Mahrer, afirma o papel de Stokoe nas pesquisas em Línguas de Sinais: “Ele abriu, para todos nós, uma nova era de entendimento, e isso foi possível por causa de sua rara combinação de paixões científicas, humanas e poéticas, e um espaço de espírito capaz de integrar tudo isso¹⁹” (SACKS apud MAHRER, 1996, p. 16, tradução nossa)²⁰.

O questionamento inicial feito por William Stokoe foi: “E se sofisticados sistemas de símbolos visuais fossem examinados pela rigorosa metodologia da linguística estrutural?²¹”. De acordo com Mahrer (1996, p. 61, tradução nossa), foi isso o que possibilitou esse olhar linguístico para o ASL e para as demais Línguas de Sinais. A questão que motivou Stokoe em seus estudos, é apresentada por Maher na biografia escrita sobre o pesquisador, e a resposta a essa pergunta é a sistematização dos seus estudos no artigo publicado em 1960, no qual ele identifica parâmetros e cria um sistema notacional para analisar a *American Sign Language*, identificando as características que possibilitaram inúmeros estudos posteriores em diversas LS, elevando assim as línguas de sinais ao estatuto de língua.

Sign Language Structure e Dictionary of ASL marcaram um ponto de transição para os estudos das línguas de sinais, já que foram os primeiros trabalhos a reconhecerem a organização interna de uma língua de sinais e a tornar em algumas dessas organizações explícitas.

Naturalmente o trabalho de Stokoe (1960) representou o primeiro passo em relação aos estudos das línguas de sinais. Pesquisas posteriores, feitas em grande parte com a língua de sinais americana, mostraram, entre outras coisas, a riqueza de esquemas e combinações possíveis entre os elementos formais que servem para ampliar consideravelmente o vocabulário básico (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 31).

Stokoe certo de suas observações, e procurando comprovar suas hipóteses, buscou na pesquisa linguística uma forma de confirmar o que ele já havia identificado empiricamente. Outros pesquisadores anteriores a ele também o fizeram, em outros períodos e com outros métodos, porém não obtiveram o alcance e a complexidade que ele conseguiu atingir. Seus estudos abriram possibilidades para muitos outros que, além de corroborar suas hipóteses,

¹⁹ Do original: “He has opened, for all of us, a new era of understanding, and this has been possible because of his rare combination of scientific, humane, and poetic passions, and a spaciousness of mind that could integrate all of these.” (SACKS apud MAHER, 1996, p.16).

²⁰ A citação de Oliver Sacks pertence ao prefácio da obra de Jane Maher, sendo escrita especificamente para esse livro, por esse motivo referida aqui via apud.

²¹ Do original: “What if sophisticated visual symbol systems were to be examined by the rigorous methodology of structural linguistics?” (MAHER, 1996, p. 61).

complementaram e ampliaram o escopo do campo. Por essa razão, ele é considerado o fundador dos estudos linguísticos em Línguas de Sinais.

Sua produção acadêmica permitiu que o ASL fosse visto como uma língua, desvinculada da língua oral vernácula, e possibilitou que muitas outras línguas de sinais fossem estudadas e que passassem a ser reconhecidas como comunicação oficial da Comunidade Surda, garantindo, assim, direitos linguísticos pouco prováveis antes. O trabalho do autor é fruto de suas observações, do estudo de registros de outros pesquisadores da área (anteriores a ele), e de sua equipe de pesquisa do Laboratório de Investigação Linguística.

Em síntese algumas das principais contribuições de Stokoe para o estudo linguístico das Línguas de Sinais foram: (a) a publicação do artigo *Sign Language Structure: An outline of the visual communication Systems of the American Deaf*, de 1960²², seu trabalho inicial na área; (b) a publicação do *Dictionary of American Sign Language on Linguistic Principles*, de 1965, em conjunto com Dorothy Casterline e Carl Cronenberg; (c) pesquisas e publicações realizadas em conjunto com seus alunos colaboradores no Laboratório de Investigação Linguística, onde trabalhou até 1984; e (d) fundação, em 1972, da revista *Sign Language Studies*, voltada à publicação de trabalhos em ASL e em outras Línguas de Sinais, onde foi editor até 1996.

Muitos de seus alunos se transformaram em linguistas, estudiosos do ASL e desenvolveram pesquisas significativas para a área.

William Stokoe deixou uma marca nas pesquisas de Línguas de Sinais, pois apesar de não ter sido o primeiro a investigar e registrar a comunicação dos surdos como uma língua legítima, abriu um espaço pioneiro, possibilitando que muito fosse descoberto em relação às línguas de sinais.

Em seus estudos, Stokoe (2005, p. 7) diferencia a comunicação feita pelos Surdos entre os pares, da realizada entre Surdos e ouvintes. Ele classifica os sinais em *naturais*, *convencionais* e *metódicos*. Os *naturais* são os sinais caseiros, criados e compartilhados por um pequeno grupo. Os sinais *convencionais* são os empréstimos ou os neologismos. Já os sinais *metódicos* são os empréstimos para o ensino de gramática da língua oral. Essa classificação permitiu a ele dar mais atenção à língua que o interessava, a língua utilizada pelos Surdos. A importância dessa classificação para os estudos do pesquisador e de seus sucessores está no fato de agrupar os sinais utilizados pelos Surdos na sua produção natural, isolando-os dos empréstimos linguísticos, possibilitando uma análise específica do que hoje reconhecemos

²² Não tivemos acesso a esse artigo, apenas ao de 2005, que é o mesmo artigo, porém publicado em edição comemorativa.

como Língua de Sinais, mas que na época ainda era visto pelos linguistas como uma equivalência das línguas orais expressado pelas mãos.

Para analisar o ASL, ele se baseia na estrutura das línguas orais e norteia seus estudos com base na fonologia, na morfologia e na sintaxe. Para descrever o que ele analisava, de forma que os sinais se tornassem compreensíveis em registro escrito, criou um sistema de transcrição com símbolos, denominado sistema notacional.

Esse sistema permitiu que ele desmembrasse os sinais em suas menores partes, podendo inclusive descrever a forma de mão, localização do sinal e movimento. O sistema era composto de 19 símbolos básicos de forma de mão (*designator ou dez*), 12 diferentes símbolos para locais de sinalização (*tabulation or tab*) e 24 símbolos para movimentos (*signation or sig*). Esses três parâmetros representam os fonemas nas línguas de sinais, ou *quiremas*, como nomeou Stokoe. Estes representam nas LS o que os fonemas representam nas línguas orais, além de ser um sistema notacional da língua que serviria para qualquer Língua de Sinais.

Os aspectos da estrutura dos sinais precisam de termos mais convenientes do que sua posição, configuração e movimento; e também evitarão a ideia de exclusividade mútua que essas palavras têm em seus usos comuns. *Tabula*, *designator*, e *signation* podem ser facilmente reduzidos para *tab*, *dez* e *sig*, e podemos defini-los assim: Uma *tab* é o aspecto do complexo visual não analisado, chamado sinal, que por proximidade a uma parte do corpo do sinalizante, por posição no espaço, ou pela configuração da posição dos sinais de mão sem movimento contrasta com *dez* e *sig*. A *dez* é a configuração da mão ou mãos que fazem um *sig* em uma *tab*. Um *sig* é o movimento ou mudança na configuração do *dez* em uma *tab* de outra forma sinalizada²³ (STOKOE, 2005, p. 20-1, tradução nossa).

Os anos de observação possibilitaram uma definição clara dos fonemas (*quiremas*) em ASL, bem como a variação de qualquer um deles, até mesmo de forma sutil, representando uma mudança de significado do sinal, sendo que pessoas adaptadas a uma comunicação visual podem diferenciar essas mudanças.

Em relação à fonética das LS, na atualidade são considerados cinco parâmetros: (1) orientação de mão; (2) localização; (3) configuração de mão; (4) expressões não manuais; e (5) movimento. Stokoe (2005, p. 18-20) pontuou em seu sistema notacional apenas três, sendo eles os já referidos (1) *tab*, (2) *sig* e (3) *dez*. Ele não mencionou a orientação da mão e as expressões

²³ Do original: “The aspects of the structure of the sign need more convenient terms than position, configuration, and motion; and it will be as well to avoid the suggestion of mutual exclusiveness these words have in their ordinary uses. *Tabula*, *designator*, and *signation* may be easily shortened to *tab*, *dez*, and *sig*, and we may define them thus: A *tab* is that aspect of the unanalyzed visual complex called the sign which by proximity to a part of the signer’s body, by position in space, or by configuration of the non-moving hand signals position as contrasted with *dez* and *sig*. A *dez* is the configuration of the hand or hands which make a *sig* in a *tab*. A *sig* is the movement or change in configuration of the *dez* in an otherwise signaled *tab*” (STOKOE, 2005, p. 20-1).

não manuais como parâmetro. Porém, em suas observações, pontua que a forma de mão (configuração de mão) em *sig* poderia variar em atitude e movimento e destaca as mudanças que ocorrem no uso do alfabeto soletrado, representando o que hoje é estabelecido como um parâmetro específico, a orientação de mão. As expressões não manuais não são excluídas da análise, porém o pesquisador refere que essa análise deve ser posterior, pois é necessário primeiro analisar os aspectos básicos do ASL, para posteriormente adentrar nessas questões.

Na sequência da análise, Stokoe (2005, p. 30, tradução nossa)²⁴ afirma que: “Uma vez que os contornos do sistema fonético foram estabelecidos e a padronização de fonemas dos sinais foi explorada, o caminho está aberto à morfologia propriamente dita, incluindo a sintaxe. Logo, se o sinal está descrito fonética e morfologicamente, é possível analisá-lo em seu enunciado.

Stokoe (2005, p. 17) apresenta os morfemas em Língua Americana de Sinais e em Língua Inglesa, diferenciando os sinais do uso do alfabeto manual (língua oral) soletrado com os dedos. As letras representadas por formas de mão são utilizadas em uma relação fonêmica com a língua oral, sendo um morfema em inglês ou uma combinação de morfemas. Já o sinal é uma unidade da Língua de Sinais isolado pelo próprio sistema da língua, cada sinal é um morfema ou uma combinação de morfemas. O sinal desempenha na Língua de Sinais o mesmo papel que palavra na língua oral.

Em suma:

O sinal é, claramente, como o morfema, uma pequena unidade da língua à qual o significado se vincula. Ou seja, [...] o significado reside, não na configuração, na posição ou no movimento, mas na combinação única de todos os três. O sinal (morfema), no entanto, ao contrário da palavra, não deve ser visto sequencialmente, mas simultaneamente produzido (STOKOE, 2005, p. 32, tradução nossa)²⁵.

O termo sinal (morfema) faz referência ao significado que o conjunto de fonemas (quiremas) realizados simultaneamente produzem. Stokoe, quando distingue os morfemas das línguas orais dos morfemas das línguas de sinais, está pontuando uma importante diferença, a linearidade presente das línguas orais, nas quais os fonemas são produzidos em sequência, assim como as palavras, dando sentido às palavras e às sentenças. As línguas de sinais, além de produzirem os fonemas de forma simultânea e/ou subsequente dentro do sinal, possibilitam a

²⁴ Do original: “Once the outlines of the cheremic system have been established and the patterning of cheremes into signs has been explored, a way is open to morphology proper, including syntax.” (STOKOE, 2005, p. 30).

²⁵ Do original: “The sign clearly is, as the morpheme, the smallest unit of the language to which meaning attaches. That is, as the foregoing example shows, the significance resides, not in the configuration, the position, or the movement but in the unique combination of all three. The signmorpheme, however, unlike the word, is seen to be not sequentially but simultaneously produced.” (STOKOE, 2005, p. 32).

realização de sinais simultâneos, visto que um não sobrepõe o outro, como aconteceria se fosse possível pronunciar dois fonemas ou duas palavras ao mesmo tempo nas LO.

Como forma de exemplificar a afirmação acima, utilizaremos a palavra ‘casa’ e o sinal equivalente a essa palavra. Na produção da palavra casa na Língua Portuguesa temos a presença dos fonemas (sons) produzidos em sequência formando a palavra que em sua junção de fonemas possui um significado atribuído, temos aqui o que nos referimos como linearidade. No caso do sinal de casa, conforme ilustração abaixo, temos os seguintes fonemas produzidos simultaneamente: 1) configuração de mão 02 (Quadros, 2019, p.55) em condição de simetria; 2) localização em espaço neutro; 3) com movimento direcional espelhado; 4) orientação da mão para o lado. Os fonemas do sinal de casa em Libras descritos de 1 a 4 tem a produção acontecendo de forma simultânea, os parâmetros apresentados são realizados ao mesmo tempo e não em sequência como nas línguas orais.



casa (inglês: *house, dwelling, habitation, home, residence, household*):

s. f. Construção destinada à habitação de uma unidade familiar, normalmente composta de sala, cozinha, quarto de dormir e banheiro. Nome comum a todas as construções destinadas a moradia. Moradia, residência, vivenda, habitação. Ex.: Eu moro na casa dos meus pais.

Mãos verticais abertas, palma a palma, dedos inclinados uns para os outros. Tocam as mãos pelas pontas dos dedos.

(Capovilla, 2001, p.371)

As expressões não manuais são mencionadas enquanto aspectos morfológicos dos sinais, além disso, Stokoe (2005, p. 31) reforça sua relevância para os estudos da sintaxe da língua, pontuando a necessidade de mais pesquisas sobre isso.

Segundo Stokoe (2005, p. 32, tradução nossa):

O isolamento e a descrição de uma frase em língua de sinais, como uma unidade sintática, aguarda estudos mais aprofundados, mas parece provável, nesse ponto, que a padronização de elementos quirêmicos, com a cabeça e os olhos, de elementos supra-aspectuais, fornecerão as pistas para a estrutura sintática.²⁶

²⁶ Do original: “The isolation and description of the sign language sentence as a syntactic unit await further study, but it seems likely at this point that the patterning of the aspectual cheremic elements with the head and eye kind of supra-aspectual elements will furnish the clues to the syntactic structure.” (STOKOE, 2005, p. 32).

A pesquisa de Stokoe de 1960 (2005) significou um importante passo para que se visse as Línguas de Sinais por um viés linguístico. Como o próprio autor menciona, haviam outras questões a serem abordadas, mas, para isso, foi necessário que se aprofundasse as pesquisas em trabalhos posteriores, conforme exposto anteriormente, com os estudos de outros pesquisadores em Língua de Sinais.

Enquadrar as Línguas de Sinais no *status* de língua, dentro da legitimidade que existe entre seus usuários permite que investigações a outros aspectos sejam possíveis, ultrapassando o caráter linguístico. Hoje, é possível avaliar o caráter social, cultural e histórico das interações feitas entre os Surdos, que é um dos objetivos desta pesquisa, entender como a Libras permeia a Memória Oral.

2.1.1 Língua Brasileira de Sinais

A Língua Brasileira de Sinais – Libras é a língua da Comunidade Surda brasileira, desenvolvida e convencionada por ela, com uma certa influência da Língua Francesa de Sinais (LSF), a partir da criação do Collégio Nacional para Surdos-Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), com presença do professor francês Huet.

Antes da criação da escola, havia comunicação em sinais entre os Surdos, porém isso não era disseminado de forma ampla, visto que os meios de comunicação com capacidade para abranger uma Língua de Sinais na época eram praticamente inexistentes. Então, cada região ou microcomunidade convencionou seus próprios sinais. É importante ressaltar que a visualidade da modalidade da língua favorece que os sinais sejam apreendidos de forma rápida entre seus usuários por meio da iconicidade²⁷. Mesmo quando os Surdos não convivem com a LS majoritária, eles a adquirem rapidamente, quando entram em contato com a língua.

Com a educação de surdos estabelecida no Rio de Janeiro, que na época era a capital do Brasil, a possibilidade de sistematização e disseminação da língua aumentou, considerando que estudantes de várias partes do País frequentavam a instituição, e ao retornarem às suas localidades com a Língua de Sinais adquirida na escola, compartilhavam com os demais os signos convencionados, colaborando para a fixação de uma Língua de Sinais nacional.

²⁷ Quadros e Karnopp (2004, p. 32-3) afirmam que “a iconicidade reproduz a forma, o movimento e/ou a relação espacial do referente, tornando o sinal transparente e permitindo que a compreensão do significado seja mais facilmente apreendida. Assim, mesmo não se conhecendo bem uma língua, há uma motivação do signo com relação ao referente. Entretanto, cabe salientar que apenas uma parte do léxico possui esta característica. Segundo Cuxac (1993), as LS realizam três tipos de estratégias de transmissão de experiências por meio da iconicidade, sendo elas: transferências de forma e tamanho; transferências de situação e transferências de pessoa.

Esse processo de expansão da língua foi gradual e, inicialmente, teve como base as instituições de ensino. Posteriormente, esses Surdos, já possuidores de uma identidade constituída a partir da sua cultura e língua, passam a criar associações de Surdos em suas localidades, principalmente os que estudaram fora e retornaram com o desejo de integrar a Comunidade Surda local. Esses movimentos foram acontecendo e gerando a necessidade de algo instituído legalmente, de ter garantido o direito de utilizar a Língua de Sinais em todos os espaços, estabelecendo assim a comunicação efetiva dos Surdos na sociedade brasileira.

Como referido na Introdução deste estudo, a Libras foi reconhecida como meio oficial de comunicação da Comunidade Surda no Brasil a partir da Lei 10.436, de 22 de abril de 2002, sendo uma língua completa em seus aspectos gramaticais, garantindo o direito à comunicação e à informação, conforme estabelece o parágrafo único do artigo 1º:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.
Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002, não paginado).

Conforme apresentado, o uso da Libras é um direito lingüístico reconhecido por lei e é a garantia do uso da língua natural dos sujeitos Surdos. Libras é uma Língua de Sinais e, como todas elas, é de modalidade visuoespacial. Os gestos convencionados, inseridos em sua cultura, possibilitam um meio de comunicação oficial dessa comunidade. No Brasil, é essa língua que atende as Comunidades Surdas, com maior difusão nos centros urbanos.

As línguas de sinais são consideradas línguas naturais e, conseqüentemente, compartilham uma série de características que lhes atribui caráter específico e as distingue dos demais sistemas de comunicação, conforme discutido anteriormente.
As línguas de sinais são, portanto, consideradas pela lingüística como línguas naturais ou como um sistema lingüístico legítimo e não como um problema do surdo ou como uma patologia da linguagem. Stokoe, em 1960, percebeu e comprovou que a língua de sinais atendia a todos os critérios lingüísticos de uma língua genuína, no léxico, na sintaxe e na capacidade de gerar uma quantidade infinitas de sentenças (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 30).

A Libras, como prioridade no registro da memória da comunidade surda, é respaldada pela relação língua/cultura. Nesse sentido, Capucho (2009, p. 12) faz uma reflexão sobre a cultura que também é aplicada aos Surdos: “A cultura será, assim, simultaneamente uma herança social e um constructo individual, resultado de aprendizagem (experencial, na grande

maioria dos casos), que corresponde ao conjunto de representações que os grupos sociais (e os indivíduos neles inseridos) constroem sobre o mundo.”.

Língua e a cultura são elementos indissociáveis na construção do sujeito. O Surdo, como usuário de uma Língua de Sinais, é um sujeito que se constituiu dentro de uma cultura e de um ambiente linguístico, a partir do qual tem possibilidade de entender o mundo. Segundo o relato a seguir:

A língua de sinais é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da cultura surda, é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, e que vai levar o surdo a transmitir e proporcionar-lhe a aquisição de conhecimento universal (STROBEL, 2016, p. 53).

Os Surdos são indivíduos que apresentam uma condição identitária sociocultural diferenciada, definida, principalmente, pelo aspecto linguístico em sua modalidade visuoespacial. O uso de uma Língua de Sinais coloca o Surdo em uma relação de equidade com o ouvinte, isto é, a partir do momento que a língua atende a necessidade comunicativa do sujeito o uso da Língua de Sinais representa apenas uma diferença e não uma deficiência linguística.

A ausência da audição pode ser classificada como uma deficiência nesses sujeitos, porém não na perspectiva sociocultural²⁸ em que o Surdo se coloca. A surdez é ressignificada por meio de fatores presentes no cotidiano e na cultura e, por meio deles, a relação do sujeito com o mundo que o cerca. Sendo assim, ser Surdo engloba muito mais do que o aspecto patológico, envolve aspectos sociais, culturais e emocionais desses indivíduos, que consideram o termo ‘deficiente’ pejorativo e conclusivo e optam por não serem vistos assim.

O aspecto mais significativo dessa mudança repousa no reconhecimento do potencial visual dos sujeitos Surdos na produção de formas alternativas de interação e comunicação simbólica, sendo a língua de sinais seu produto cultural mais representativo. Nessa perspectiva, ao invés de “deficientes”, eles passam a ser reconhecidos como um grupo cultural que utiliza uma língua minoritária – a Libras (FERNANDES, 2007, p. 21).

Segundo Dizeu e Caporalli (2005, p. 586), “a linguagem está sempre presente no sujeito, até quando este não está se comunicando com outras pessoas; assim ela constitui o sujeito, a forma como este recorta e percebe o mundo e a si próprio”. A questão é que o Surdo, usuário de uma Língua de Sinais, relata suas memórias nessa língua, o que referenda nosso objeto de pesquisa e, se esse registro for exclusivamente feito e disponibilizado a partir de uma adaptação à língua oral majoritária poderá haver prejuízo no relato de suas lembranças,

²⁸ Esse conceito será abordado na próxima subcapítulo.

perdendo assim características culturais e identitárias. Isso significa que a memória desses sujeitos deveria ser registrada e disponibilizada, prioritariamente, na língua em que foi produzida, no caso dos Surdos brasileiros em Libras, para então atender a sociedade como um todo através do registro e disponibilização também em Língua Portuguesa.

2.2 COMUNIDADE, CULTURA E IDENTIDADE SURDA

A Comunidade Surda, é uma comunidade única em nível mundial, que é composta por diversas comunidades surdas locais e regionais, as quais se articulam por meio dos seguintes âmbitos: escolar, em instituições específicas para Surdos ou com métodos direcionadas a esse público; e associações de Surdos, federações desportivas, associação de intérpretes de Línguas de Sinais, dentre outras entidades nacionais, continentais e mundiais. Ela não se limita ao território onde muitas vezes está representada, abrangendo as inter-relações desses fragmentos, formando um todo maior denominado Comunidade Surda. Essas relações se estabelecem pelo senso de identidade compartilhado entre os indivíduos e pela construção individual em relação à interação com os semelhantes e à identidade coletiva.

Os Surdos, de nascença ou que adquiriram a condição (em geral) nos primeiros anos de vida, organizam-se em comunidades, isso ocorre mundialmente, independentemente de onde vivam. Dentro dessas comunidades existe a defesa do direito de ser Surdo e de viver e se desenvolver por meio da Cultura Surda e da Língua de Sinais. Essas comunidades são espaços de referência, de luta e resistência da identidade manifestada por eles.

As comunidades surdas espalhadas pelo mundo, são, de certa forma, uma única comunidade internacional, interligada por essa busca de serem vistos como Surdos, sem deixarem de ter suas comunidades localizadas geograficamente. Esse processo de internacionalização vem acontecendo ao longo dos séculos e tem se intensificando cada vez mais à medida que a comunicação entre esses indivíduos é ampliada através das tecnologias e atravessa as fronteiras e barreiras existentes.

Uma grande parte das lutas e das resistências se estabeleceram pelos processos de educação, nos quais os surdos tiveram (e ainda têm) que conquistar o direito de serem instruídos em sua língua natural, a Língua de Sinais. A educação e o direito linguístico estão intrinsecamente relacionados e vêm estabelecendo parâmetros para outras relações dessas comunidades com a sociedade em que estão inseridos, como na vida social, cultural e no trabalho.

Como forma de resistir e de buscar novos espaços nas sociedades onde esses grupos vivem, surgiram diversas organizações, como associações, federações e confederações, com diferentes focos e posições hierárquicas. Esses lugares se tornaram referência para o desenvolvimento e expressão da Cultura Surda, onde o compartilhamento da Identidade Surda se faz presente e reforça o sentimento de ser Surdo a essas pessoas.

Para tratar aqui sobre Cultura Surda, é necessário que se apresente a definição de cultura que este estudo toma por referência. É assumido aqui a noção de cultura proposta por Geertz (2008, p. 4), o qual afirma que:

[...] o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo suas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significado.

Assim, consideramos a Cultura Surda, da mesma maneira como Geertz trata o conceito de cultura, como essa rede de significados tecidos pelos próprios Surdos. Quanto à definição de sujeito, comunidade e cultura será assumida nesta pesquisa a conceituada e definida pelos pesquisadores Surdos que, ao longo de suas análises e produções acadêmicas, registraram suas vivências e compreensões a respeito.

A perspectiva apresentada nesta dissertação não considera o Surdo como alguém que possui uma condição patológica, ou como uma pessoa com deficiência, por considerar as definições que esses sujeitos construíram sobre si, nas quais se definem como sujeitos marcados por uma diferença sociocultural em relação à ausência da audição. Muito mais que uma condição de deficiência sensorial, trata-se de uma perspectiva de mundo visual, que é representada na identidade que eles constroem para si, por meio de sua língua e de suas relações sociais. Muitos pesquisadores Surdos registraram o que significa ser Surdo, manifestando assim sua cultura e identidade, e é a partir de alguns deles que apresentamos as definições neste subcapítulo.

Strobel (2016, p. 29) reforça que: “Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável ajustando-o com suas percepções visuais, que contribuem para a definição das Identidades Surdas e das ‘almas’ das comunidades surdas.”. Strobel, assim como outros pesquisadores Surdos, concentrou-se em defender a Identidade Surda, como algo a ser reconhecido e valorizado tanto pelos Surdos quanto pelos não surdos.

Sobre o conceito de Comunidade Surda, Perlin (2003) e Strobel (2016) o relativizam, argumentando que essa é composta por Surdos e demais pessoas que estão em contato direto com a Cultura Surda e com a Língua de Sinais, como professores bilíngues, intérpretes, familiares, entre outros. Segundo elas, quando nos referimos a um grupo exclusivamente de Surdos usuários de Línguas de Sinais que se relacionam entre si por meio da Comunidade Surda, a denominação a ser utilizada é “Povo Surdo”²⁹. É importante destacar que o Povo Surdo assume um protagonismo em relação às suas questões políticas e sociais, através do Movimento Surdo. E sobre isso:

Quando pronunciamos “povo surdo”, estamos nos referindo aos sujeitos surdos que não habitam no mesmo local, mas que estão ligados por uma origem, por um código ético de formação visual, independentemente do grau de evolução linguística, tais como a língua de sinais, a cultura surda e qualquer outro traço (STROBEL, 2016, p. 38).

Gladis Perlin (2003), em sua tese de doutorado, faz uma retomada da construção da identidade do Povo Surdo através da relação com o outro, e a alteridade é ponto central na sua escrita. Dentre suas reflexões, ela aponta para um Povo Surdo além das fronteiras das nações.

As raízes culturais que contribuíram para a afirmação dos valores inerentes à identidade e alteridade dos povos surdos, até aqui lembrados, são múltiplas: do espírito dos surdos que sobreviveram a Paris ao espírito dos surdos que hoje continuam a lutar pelo ser surdos as contribuições dos povos surdos latino-americanos (PERLIN, 2003, p. 123).

O sentimento do ser Surdo, é algo que se constrói na subjetividade do Surdo e se fortalece na alteridade das relações entre os pares e não pares. Um surdo se descobre como ser pertencente a uma identidade específica na relação com o diferente e/ou com os seus iguais. É por meio desses processos de encontrar condições idênticas e não idênticas que os sujeitos constroem sua identidade. O Surdo é o que ele é e o que também não é, ele é surdo porque não ouve e se não ouve ele não é um ouvinte, portanto se não é ouvinte ele é Surdo. A diferença na relação do *eu* com o *outro* é fundamental na definição de identidade.

As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas *simbólicos* de representação quanto por meios de formas de exclusão social. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade *depende* da diferença (WOODWARD, 2000, p. 39-40, grifos do autor).

²⁹ Nesta pesquisa foi utilizado a denominação Comunidade Surda de forma geral em detrimento ao termo Povo Surdo, por compreender que não se enquadra nos parâmetros estabelecidos aqui apenas os Surdos, mas sim toda a Comunidade Surda.

Para situar o Surdo como sujeito, usuário de uma língua que está ligada a uma identidade e que necessita dessa língua para manifestar sua subjetividade, para assim contribuir com a memória oral como fonte de informação sobre a história da sua comunidade, é necessário enxergá-lo por meio da sua identidade e subjetividade e como ambas estruturam o direito ao relato da memória em primeira língua.

Conforme nos apresenta Woodward, na citação anterior, a identidade depende da diferença, é o diferente que faz com que reconheçamos nossa individualidade, o que, de certa forma, converge para o que propõe Benveniste (1995, p. 286, grifos do autor), isto é: “A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego o *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha locução um *tu*”. Podemos compreender que a identidade do Surdo, e portanto, sua subjetividade, está pautada na relação de alteridade dele com os demais, no caso específico desta pesquisa, manifestada por meio da linguagem, que é o modo como ele se apresenta como *eu* e manifesta seus relatos, a partir de suas vivências.

O tratamento que é dado por Benveniste a enunciação, pode ser aplicado também à enunciação do Surdo que, pelo uso da Língua de Sinais e pela ausência total ou parcial da audição, reconhece a si e ao outro. Nas palavras do autor:

A que, então se refere o *eu*? A algo de muito singular, que é exclusivamente linguístico: *eu* se refere ao ato de discurso individual no qual é pronunciado, e lhe designa o locutor. É um termo que não pode ser identificado a não ser dentro do que, noutro passo, chamamos uma instância de discurso, e que só tem referência atual. A realidade à qual ele remete é a realidade do discurso (BENVENISTE, 1995, p. 288, grifos do autor).

Ainda nessa relação entre subjetividade e linguagem, Benveniste (1995, p. 288) afirma que “o fundamento da subjetividade está no exercício da língua”.

Já para Woodward (2000, p. 55):

A subjetividade envolve nossos sentimentos e pensamentos mais pessoais. Entretanto, nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade. Quaisquer que sejam os conjuntos de significados construídos pelos discursos, eles só podem ser eficazes se eles nos recrutam como sujeitos. Os sujeitos são, assim, sujeitados ao discurso e devem, eles próprios, assumi-lo como indivíduos que, dessa forma, se posicionam a si próprios. As posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas identidades.

É a língua (e por meio dela), a subjetividade e a cultura que significam a identidade, que se constitui na experiência de grupo da comunidade. A união dos Surdos não é estabelecida

pela surdez, uma condição patológica, esse sentimento de pertença não está definido na deficiência sensorial, mas sim no fato de que o Surdo faz parte de uma determinada cultura e comunidade. Ser Surdo pode até ser visto pelos não surdos como uma deficiência do sujeito, mas é muito mais do que isso, ser Surdo é ter toda uma percepção de mundo baseada nas experiências visuais, e na construção de significação a partir delas. O Surdo se reconhece na relação do seu “eu” com os diferentes “tu”.

Uma pessoa, quando se autodenomina Surda, está manifestando que é diferente e que sua percepção de mundo foi constituída a partir das suas experiências, sendo essas parcial ou excluída da percepção do som. Nesse aspecto, o que sobressai é o uso da língua, que independentemente da nacionalidade ou da região em que resida, será uma Língua de Sinais.

Outro pesquisador Surdo que define Cultura e Comunidade Surda é Paddy Ladd ao iniciar a discussão sobre o que é a Cultura Surda em seu livro *Understand deaf culture: in search of deafhood* (2003).

Para Ladd (2003), a língua é um fator unificador entre esses indivíduos, mesmo que eles não pertençam a uma mesma nação ou etnia, eles sempre terão um sentimento de identificação e uma relação de pertencimento. Mesmo que existam restrições na comunicação pela diferença de suas Línguas de Sinais, isso não os impede de socializarem e de se reconhecerem como iguais. Dessa forma, estabelecem-se aproximações entre Surdos de diferentes países, ou até do mesmo país, mas de diferentes etnias e diferentes línguas, fortalecendo assim esse “ser Surdo”, essa identidade constituída na relação do ele com o outro.

As pinturas falavam de comunidades de todo o mundo que vivenciavam a alegria em sua existência coletiva, um orgulho desafiador em suas línguas de sinais e profundo prazer ao ver novas gerações de crianças pequenas dando os primeiros passos para reproduzir seus pensamentos e sentimentos em suas mãos (LADD, 2003, p. 33, tradução nossa).³⁰

Para apresentar a visão que os Surdos têm de si, Ladd (2003) utiliza a metáfora de um quarto com diferentes quadros e a perspectiva em que eles se veem a partir da sua cultura, enquanto os outros os veem a partir da sua condição. Essa metáfora se refere a uma Comunidade Surda que ultrapassa as fronteiras territoriais, e dá indícios dos movimentos gerados pelo uso da Língua de Sinais. Esse autorretrato através das pinturas está marcado no relato a seguir, explicitando esse sentimento de pertencer.

³⁰ Do original: “The paintings spoke of communities all across the world who were experiencing joy in their collective existence, a defiant pride in their sign languages and deep pleasure at the sight of new generations of small children taking the first steps to reproduce their thoughts and feelings on their hands.” (LADD, 2003, p. 33).

Para ele:

[...] os usuários de Língua de Sinais são aqueles que nasceram surdos ou se tornaram ainda jovens. Para eles, a questão da perda não tem uma realidade significativa. Ao criar suas próprias comunidades e utilizar seus belos idiomas, eles criaram um ambiente linguístico e cultural no qual eles levam conforto e orgulho. Além disso, [...] os surdos são facilmente capazes de se adaptar de uma Língua de Sinais a outra e, como resultado, formar uma “língua” global de comunicação, para se tornarem, de fato, cidadãos de todo o planeta. Uma experiência tão poderosa não pode continuar a ser limitada pelo débil diminutivo da “surdez”; daí o conceito de *Deafhood* que procura abranger essas dimensões maiores (LADD, 2003, p. 44, tradução nossa).³¹

Ao longo do livro, Ladd traz reflexões sobre as experiências vividas por ele e por outros Surdos e abre uma gama de caminhos a serem percorridos através de sua pesquisa, na qual ele situa o papel da Língua de Sinais para os Surdos e para suas comunidades e como por meio dessa língua se estabelece uma Comunidade Surda internacional. Os Surdos se veem como iguais, independentemente da sua localização geográfica, religião, etnia, situação socioeconômica ou grau de escolarização, eles são Surdos e assumem essa identidade. Ser Surdo, *Deafhood*, como nomeou Paddy Ladd, é algo que é intrínseco ao sujeito e, mesmo que ele seja privado de reconhecer sua identidade, em qualquer momento de sua vida, se a ele for possibilitado contato com a Comunidade Surda, identificar-se-á como um membro pertencente. É esse sentimento que os torna uma comunidade única, composta de centenas de outras comunidades surdas que, por sua vez, são formadas de tantas outras microcomunidades surdas e que, em seu sentido mais amplo, é nomeada como Comunidade Surda.

É nessa perspectiva sobre Comunidade, Cultura e Identidade dos Surdos que esta pesquisa está baseada. A investigação considera o direito linguístico desses sujeitos, a partir do que eles determinam para si, e do que representa para eles a Língua de Sinais, como a possibilidade mais coerente com a sua necessidade como pessoas que se comunicam por uma língua visuoespacial. É direito delas que o acesso à memória oral da sua comunidade seja disponibilizado em Libras.

³¹ Do original: “However, sign language users are those who were born Deaf or became so at an early age. For them, the issue of loss has no meaningful reality. By creating their own communities and utilising their beautiful languages, they have created a linguistic and cultural environment in which they take both comfort and pride. Moreover, as will later be seen, Deaf people are easily able to adapt from one sign language to another and, as a result, to form a global ‘language’ of communication, to become, in effect, Citizens of the entire planet. Such a powerful experience cannot continue to be constrained by the feeble diminutive of ‘deafness’; hence the concept of *Deafhood* seeks to encompass those larger dimensions.” (LADD, 2003, p. 44).

2.3 PRIMEIRA E SEGUNDA LÍNGUA DOS SURDOS (L1 E L2)

Diante das definições de Língua de Sinais, Comunidade Surda, Cultura Surda e Identidade Surda apresentadas, é necessário apresentar o que é primeira e segunda língua para os Surdos, isto é, sua L1 e sua L2. Esta pesquisa considera a realidade *sui generis* em que os Surdos vivem, sendo usuários de uma L1 que não é a oficial do País, para assim poder analisar qual a língua a ser priorizada na coleta, registro e divulgação da memória oral desses sujeitos.

Apresentar os conceitos de Língua Materna, Primeira Língua (L1) e Segunda Língua (L2), é de suma importância para que haja compreensão do contexto linguístico no qual os Surdos no Brasil estão inseridos e de que forma esta pesquisa considera essa situação.

Iniciamos com uma definição de Língua Materna (L1), para, posteriormente, analisar como isso se aplica especificamente aos Surdos.

Qualquer falante adquire, ao longo da sua vida, pelo menos uma língua (a sua Língua Materna ou L1). Entendemos por Língua Materna a primeira língua aprendida por uma pessoa na infância, não correspondendo esta necessariamente à língua oficial do país onde vive, que podemos designar de “língua dominante” (SILVA, 2005, p. 98).

Há certa convergência entre os conceitos de Língua Materna e Primeira Língua, visto que ambas podem representar a mesma língua em determinadas situações, não sendo diferenciadas entre si. De maneira geral, as pessoas têm a capacidade de adquirir uma língua, durante os primeiros anos de vida, e esta será sua Língua Materna, contudo, no caso dos Surdos, em quantidade significativa, isso ocorre de maneira diferente.

A Língua Materna, ou a Primeira Língua (L1) não é, necessariamente, a língua da mãe, nem a primeira língua que se aprende. [sic] Tampouco se trata de apenas uma língua. **Normalmente é a língua que aprendemos primeiro e em casa, através dos pais, e também é frequentemente a língua da comunidade.** Entretanto, muitos outros aspectos linguísticos e não-linguísticos estão ligados à definição. A língua dos pais pode não ser a língua da comunidade e, ao aprender as duas, o indivíduo passa a ter mais de uma L1 (caso de bilinguismo). Uma criança pode, portanto, adquirir uma língua que não é falada em casa, e ambas valem como L1.[...] De forma geral, contudo, a caracterização de uma Língua Materna como tal só se dá se combinarmos vários fatores e todos eles forem levados em consideração: a língua da mãe, a língua do pai, a língua dos outros familiares, a língua da comunidade, a língua adquirida primeiro, a língua com a qual se estabelece uma relação afetiva, a língua do dia-a-dia, a língua predominante na sociedade, a de melhor status para o indivíduo, a que ele melhor domina, a língua com a qual ele se sente mais a vontade. Todos esses aspectos são decisivos para definir uma L1 como tal (SPINASSÉ, 2006, p. 5, grifo nosso).

Dessa forma, a Língua Materna só se consolida como tal de maneira muito mais complexa, se atender a essa série de critérios, enquanto a Primeira Língua de forma sucinta é a

que permite ao sujeito se apropriar do mundo em torno dele, sendo essa uma ou mais línguas. Na realidade exposta nesta pesquisa, como referido anteriormente, a Língua Materna não pode ser vista como Primeira Língua, pois na maioria dos casos não o é, conforme vamos explicitar a seguir.

Para os Surdos, a definição dada por Spinassé (2006) faz com que a L1 não se consolide como Língua Materna, pois muitas vezes a Primeira Língua não é a primeira língua com a qual eles têm contato, e a Língua Materna não é a que eles melhor dominam e nem a que se sentem mais à vontade, além disso pode não ser por meio dela que se estabeleça uma relação afetiva. Sendo assim, aqui trataremos Língua Materna e Primeira Língua como conceitos divergentes para a Comunidade Surda e, no caso do Brasil, considerando a Libras como Primeira Língua (L1) e a Língua Portuguesa como Segunda Língua (L2), não adentrando na questão da Língua Materna, pois esta pode variar conforme a realidade em que esses indivíduos estão inseridos.

Segundo Souto *et al.* (2014), a Segunda Língua (L2) é, necessariamente, a língua utilizada na integração do sujeito na sociedade em que ele está inserido, quando ele possui uma L1 diferente do grupo majoritário. A L2 é reconhecida como a língua principal que os membros daquela sociedade utilizam para a comunicação e não se confunde com a língua estrangeira, pois essa última não tem uma participação significativa no contexto em que o sujeito vive, não sendo seu principal meio social de comunicação, mas sim uma língua aprendida para utilização em determinados contextos e que, em determinados casos, pode ser vista apenas como língua de instrução.

A relação do Surdo com o mundo é pautada pela convivência entre no mínimo duas línguas: o sujeito nasce em (ou adquire junto com a surdez) um mundo bilíngue e multicultural. As possibilidades de ele se apropriar das duas ou mais línguas que estão em seu entorno depende de muitos fatores, pois naturalmente ele é inserido no mundo dos ouvintes e na respectiva língua oral, independentemente de sua necessidade como Surdo e da Língua de Sinais.

A maioria dos Surdos nasce em famílias de ouvintes, e essas, em geral, não têm conhecimento e nem fluência em uma Língua de Sinais. Existem, contudo, vários fatores que levam essas famílias a buscar ou não um ambiente linguístico específico para as necessidades dessas crianças, porém o que é necessário analisar aqui é o acesso ou não à LS por crianças Surdas no período favorável à aquisição da linguagem, o chamado período crítico³².

³² Período crítico é definido inicialmente por Lenneberg (1976) a partir de pressupostos biológicos. É a janela no desenvolvimento cognitivo da criança que permite a aquisição da linguagem e o aprendizado da(s) língua(s) materna(s), e corresponde ao período do nascimento até o início da puberdade.

Apesar dos avanços da medicina, nem sempre os problemas auditivos que incorram em surdez são detectados nos bebês. Muitos casos são diagnosticados tardiamente, na maioria das vezes pela própria observação dos pais [...], o diagnóstico tardio da surdez traz consequências para a aquisição da língua materna. Filhos de pais surdos usuários de Libras terão Libras como língua materna. Mas como crianças em que foi diagnosticada a surdez irão aprender Libras se os pais não conhecem essa língua? (GORSKI; FREITAG, 2010, p. 13).

No caso das crianças Surdas que não têm contato com uma Língua de Sinais desde o nascimento ou do período favorável para a aquisição, normalmente a elas é imposta a aprendizagem de uma língua oral que não é apropriada ao seu sistema sensorial, na tentativa de normalizá-la. Estabelece-se uma situação em que o que é ofertado a elas não está adaptado às suas necessidades, é a constante tentativa de se enquadrar na língua que os pais e os demais utilizam. Nesses casos, a Língua Materna não se tornará a Primeira Língua da criança, pois a língua que ela tem acesso em seu entorno é uma língua oral que, em geral, não será adquirida na perspectiva de se tornar a L1.

As crianças Surdas que nascem em uma família de pais Surdos, têm seu desenvolvimento e aquisição da linguagem de forma natural, assim como acontece com crianças ouvintes, que nascem em famílias que utilizam uma língua oral, esses são os usuários nativos da Língua de Sinais. Nos casos em que as crianças e os pais utilizam a mesma língua, a Língua Materna é a Primeira Língua, pois a criança recebe *input* linguístico e desenvolve a linguagem a partir de uma LS, mas como mencionado, esse é a minoria dos casos.

A herança linguística normalmente nos é dada pela família. No caso dos surdos, essa herança lhes vem dos adultos surdos (Quadros, 2017). Quando nascem em uma família de surdos, os surdos herdam a Libras de seus pais. No entanto, a maioria dos surdos irá herdar a Libras de outros adultos surdos, mesmo quando têm contato com a Libras usada por intérpretes de língua de sinais em escolas.

A herança da Libras vai além da língua, pois acarreta a cultura e a identidade, conforme Perlin (1998) e Strobel (2008). A língua é uma prática social que carrega cultura e estabelece identidades. Os surdos herdam a Libras no coração da comunidade surda, entre os surdos adultos. (QUADROS, 2019, p.43).

Nos casos em que os Surdos não têm acesso a uma Língua de Sinais convencionalizada desde o seu nascimento, as interações familiares e sociais são feitas por meio de uma língua caseira, combinada e utilizada apenas entre as pessoas de convivência, que é substituída pela Língua de Sinais daquela comunidade assim que o sujeito entre em contato com ela, a despeito da idade em que isso acontece. Ladd (2003), como dito anteriormente, apresenta essa situação através do termo *Deafhood*, segundo o qual ser Surdo é uma condição intrínseca a esse sujeito e, sendo assim, ele se apropria dessa identidade assim que tem contato com outros Surdos, assim como acontece com a Língua de Sinais.

Sendo Surdo, o primeiro contato com a Língua de Sinais pode variar em relação à faixa etária e à forma como se estabelece. Porém, o contato com a língua oral do país é feito normalmente a partir do nascimento, pois mesmo que essa criança tenha pais Surdos, haverá outros familiares ou pessoas de convivência que utilizam a língua oral e tentarão interagir com a criança Surda por meio dela. Dependendo do nível de surdez, essas interações não serão significativas, porém, ao longo da escolarização, dos tratamentos fonoaudiológicos e da convivência em sociedade, a língua oral cada vez mais se tornará presente. Essa língua oral, mesmo em muitos casos sendo a primeira língua que a criança tem contato, não será sua Primeira Língua, mas sim a Segunda. Por conta disso, com foco na análise desta pesquisa, as expressões *Língua Materna* e *Primeira Língua* não são utilizadas como equivalentes, como explicado anteriormente.

A expressão Primeira Língua é utilizada para definir a língua natural do Surdo, não se aplicando a expressão *Língua Materna*, pois os Surdos, em sua maioria, não nascem em famílias que tenham outros Surdos e, por conta disso e do diagnóstico comumente tardio, as crianças não têm interação social em Língua de Sinais, mas sim na língua oral majoritária.

A Primeira Língua que permeia as interações sociais dessas crianças, que em âmbito geral seria a Língua Materna e consequentemente a Primeira Língua, para o Surdo não o é, ele tem superficialmente uma Língua Materna e adquire outra como Primeira Língua. Essa situação é diferenciada, pois a criança tem uma Língua Materna que não é a sua L1, e quando tiver interações em uma LS, ela vai naturalmente adquirir essa língua, tornando-a sua Primeira Língua, podendo isso acontecer, inclusive, na idade adulta.

Para o Surdo, a língua oficial e majoritária é a *outra* língua, a Segunda Língua. Ter uma outra língua nas relações sociais é um aspecto a ser considerado. Para Leffa e Irala (2014, p. 31): “O fato de não ser apenas uma língua, mas outra língua, cria relações com a língua que já temos e de como devemos conceituá-la.”. No Brasil, a Língua Portuguesa é para os Surdos a outra língua, e a relação estabelecida se dá por meio da relação com a Libras. Por conta disso, precisamos considerar o impacto que L2 tem sobre o Surdo, afinal seu convívio social, em grande parte, é feito a partir de uma Segunda Língua e, quando isso não se efetiva, gera exclusão social em relação à sociedade como um todo.

Os termos Primeira e Segunda Língua são utilizados quando se faz referência às línguas utilizadas pelos Surdos, pois ambas fazem parte das interações sociais desses indivíduos simultaneamente e em um mesmo território. A expressão Segunda Língua para os Surdos, em relação à Língua Portuguesa, aplica-se, visto que essa língua faz parte da comunidade onde esse sujeito vive, conforme Leffa e Irala esclarecem a seguir:

Se a língua estudada não é falada na comunidade em que mora o aluno, temos a situação de uma língua estrangeira, como seria, por exemplo, o caso do ensino do português na China; o português seria para esse aluno uma língua estrangeira. Se a língua estudada é falada na comunidade em que mora o aluno, seria então definida como segunda língua, caso, por exemplo, do aluno chinês que estudasse português no Brasil (LEFFA; IRALA, 2014, p. 31).

Em relação aos sujeitos investigados nesta pesquisa e aos referenciais teóricos utilizados, sabemos que o Surdo brasileiro é, de forma geral, usuário da Língua Brasileira de Sinais como L1, independentemente de qual momento de sua vida se apropriou dessa língua, e a Língua Portuguesa é utilizada como L2, mesmo que tenha iniciado o contato com a língua oral antes da Língua de Sinais. Tornar a Libras primeira língua é uma questão de apropriação de uma língua natural para essas pessoas, que reflete a sua construção identitária, sua cultura e sua comunidade. Em vista disso o registro das memórias dos Surdos, feito em Língua de Sinais, é mais uma forma de avançar em direção à fixação da identidade Surda.

3 CAPÍTULO II – A HISTÓRIA, O DOCUMENTO E A MEMÓRIA

“O tempo histórico encontra, num nível muito sofisticado, o velho tempo da memória, que atravessa a história e a alimenta.”

Le Goff (1996, p. 13).

Inicialmente, cabe um destaque à epígrafe deste capítulo, pois, apresenta a memória como centro da evolução histórica, como saber científico. É dessa forma que vamos considerar a história nesta pesquisa, com um testemunho, considerando ser esse o eixo principal que sustenta as transformações que levaram a considerar a memória como método para a coleta de documentos.

O caráter interdisciplinar desta pesquisa torna necessário que o caminho trilhado neste capítulo percorra a ciência histórica, o documento, a História Oral e a memória. Esse é o trajeto construído por nós para que se chegue então ao ponto principal, o registro da memória da Comunidade Surda.

Até aqui discutimos sobre a pesquisa, com ênfase no Surdo, sua cultura, língua, identidade e comunidade, para analisar como está sendo tratada a memória da Comunidade Surda nos espaços de memória. E para que se atinja o objetivo delineado para esta investigação, é fundamental apresentar nossa ótica sobre a História, memória e documento como fonte histórica, à luz dos escritos de Jacques Le Goff³³.

3.1 HISTÓRIA

Para falar de história, precisamos apresentar que definição assumimos neste estudo, que autores usaremos para apresentar a História como ciência e que concepção utilizamos, a fim de que convirja para a memória como fonte histórica, considerando os documentos em sua diversidade de possibilidades.

Para iniciar esta análise, abordaremos a etimologia da palavra história. Encontramos assim pistas de como essa ciência surgiu e se desenvolveu durante milênios, até consagrar seu método e objeto, reconhecida então pela academia. Le Goff (1996) busca algumas referências

³³ O autor é a principal referência nos estudos sobre memória, por conta disso, o capítulo 2 tem por base a sua teoria.

para explicar o significado de História e apresenta o termo grego antigo *historie*, que deriva da raiz indo-europeia *wid-*, *weid* que significa *ver*. Nesse mesmo sentido, os termos *vettas* do sânscrito e *histor* do grego, significam *testemunha*, e *historien*, também no grego, apresenta o sentido de *procurar saber*. Em suma, essas raízes etimológicas revelam a utilização da palavra para expressar o que se almejava na antiguidade em relação a esse conhecimento específico, era a investigação dos testemunhos e das evidências que poderiam revelar ou até mesmo registrar os acontecimentos.

Seguindo Le Goff (1996), consideraremos aqui História como a ciência que tem como objeto de estudo as sociedades humanas e a evolução da humanidade. A construção da História passa por estudar as sociedades em seus processos de transformações, entre mudanças e permanências, porém, mais do que analisar as sociedades, busca analisar os homens ao longo do tempo. Como relação à concepção do que é história, Marc Bloch (2002, p. 55, grifos do autor) destaca: “‘Ciência dos homens’, dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: ‘dos homens, no tempo’”.

Para discutir sobre história, temos que considerar a perspectiva do conhecimento compartilhado com as demais ciências sociais, o lugar comum das ciências sociais e o específico da história,

[...] a *antropologia histórica* caminha no sentido contrário da idéia de que o movimento, a evolução se encontrem em todos os objetos de todas as ciências sociais, pois seu objeto comum são as sociedades humanas (sociologia, economia mas também antropologia). Quanto à história, ela só pode ser uma ciência da mutação e da explicação da mudança (LE GOFF, 1996, p. 15, grifos do autor).

A História como a ciência dos homens no tempo possui a ambiguidade temporal de transitar entre o passado e o presente, no sentido de que seu olhar está em compreender os fatos do passado a partir de um olhar no presente. Para isso, é necessário buscar nas fontes, no tempo presente, enquanto o fato e suas fontes estão localizados no passado. Entretanto, essa análise dos fatos históricos não é única e atualiza-se no tempo presente, sucessivamente, em revisões, novas fontes e novas interpretações, criando uma relação dialética entre a temporalidade existente nessa ciência. Uma evidência sobre essa relação temporal está nos anacronismos existentes nas mais diferentes interpretações históricas, mostrando a relação presente/passado, pois, só é possível se equivocar na utilização de termos não contemporâneos aos fatos, quando se olha no sentido direcional do presente-passado.

Por outras palavras:

O passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história. Isto é verdadeiro em dois sentidos. Primeiro, porque o progresso dos métodos e das técnicas permite pensar que uma parte importante dos documentos do passado está ainda por se descobrir. Parte material: a arqueologia decorre sem cessar dos monumentos desconhecidos do passado; os arquivos do passado continuam incessantemente a enriquecer-se. Novas leituras de documentos, frutos de um presente que nascerá no futuro, devem também assegurar ao passado uma sobrevivência – ou melhor, uma vida-, que deixa de ser “definitivamente passado”. A relação essencial presente-passado devemos acrescentar o horizonte do futuro (LE GOFF, 1996, p. 25).

O passado é o tempo do objeto de estudo da história, mas não exclusivamente ele, pois, além do tempo presente, que é onde a historiografia se constrói, acrescentando ainda o tempo futuro, o movimento dialético entre o passado e o presente faz com que também aconteça em relação ao futuro. O que é investigado hoje, baseado no que já existe e nos fatos históricos (passado), tem a pretensão de servir de fonte para o futuro no sentido de que integrará documentos e registros já existentes, descobertos ou a descobrir, e servirá para novas investigações, adequando-se a novos métodos. Essa constante atualização do saber histórico é evidenciada por Le Goff (1996, p. 33): “A objetividade histórica – objetivo ambicioso – constrói-se pouco a pouco através de revisões incessantes do trabalho histórico, laboriosas verificações sucessivas e acumulação de verdades parciais”.

Esse acesso constante às fontes, essas interpretações que abrem margem a reinterpretações e revisões, fazem com que não seja estabelecido um esgotamento das fontes do passado. O movimento temporal em relação à interpretação dos fatos e das fontes permite uma construção histórica subsequente. Nesse sentido, colabora Le Goff (1996, p. 51): “Sabemos agora que a relação entre passado e presente dependem parcialmente do presente. Toda história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável, como legítimo”.

Essa relação temporal se manifesta nas análises que os historiadores e as testemunhas fazem sobre os fatos, o olhar da história é sempre contemporâneo, não obstante do momento em que ele é feito.

As representações sobre o tempo também são construções concretas, pois referenciadas na realidade material. Assim, em conjunturas diferentes da história os homens constroem análises e representações específicas sobre o acontecimento e sobre o vivido. Pois, apesar dos acontecimentos e processos históricos serem imutáveis, os historiadores, os sujeitos e as testemunhas da história constroem análises naturalmente influenciadas pelo tempo no qual estão inseridos. Não se trata de relativismo, mas sim de manifestações cognitivas inseridas na realidade do tempo presente de cada uma dessas pessoas (DELGADO, 2006, p. 9-10).

Nesse sentido, esta pesquisa se estabelece como parte de um movimento constante do saber histórico, buscando incluir nas fontes da Comunidade Surda suas memórias em Língua de Sinais, para que exista assim um descolamento do discurso construído historicamente pelos não surdos para sobre os Surdos. Posicionar a língua do surdo na Memória Oral é dar voz a esses sujeitos e possibilitar que se traga a perspectiva surda para as fontes.

3.2 A HISTÓRIA CONTADA PELOS DOCUMENTOS E PELO TESTEMUNHO

Para pontuar as mudanças da História, vamos seguir a trilha dos documentos durante a sua evolução, a partir da representação do tempo em períodos históricos. Le Goff (1996), em seu livro *História e memória*, apresenta esse processo, as transições, o papel dos documentos e a consolidação do testemunho como memória pertencente às fontes históricas.

É importante compreender, mesmo que de forma breve, o processo trilhado pela História, até chegar aos dias atuais e evidenciar como os testemunhos foram adquirindo caráter documental ao longo do tempo, como fonte para a historiografia. Importante, como já mencionado, compreender que esta pesquisa transita entre a história e a linguística e, nesse aspecto, cabe trazer algumas definições específicas que envolvem a memória, possibilitando assim que esse objeto de estudo desta dissertação, visto pelo olhar de ambas as ciências, seja apresentado aos leitores, em uma mesma perspectiva, para que possam também ser guiados em sua leitura pelas definições do segundo e terceiro capítulo.

O aporte teórico usado neste subcapítulo traz uma visão um tanto quanto eurocentrista, questão analisada e pontuada por Le Goff (1996), nossa principal base teórica. O intuito é fazer uma análise guiada pelos períodos históricos sem que se reduza à visão europeia, porém, é identificado que mesmo sem tal intenção, as deficiências de documentação sobre a História fora da Europa acabam por direcionar esta análise à ciência histórica europeia. Seguimos o autor em sua análise e, por conta disso, pontuaremos a história sob sua visão.

A transformação da História até sua consolidação, foi longa e contínua, e nela é possível evidenciar o trajeto dos testemunhos como registro da memória, tornando-se cada vez mais um paralelo da historiografia até ser incorporado oficialmente às fontes. Le Goff (1996, p. 109, grifos do autor) afirma que: “A história se tornou científica ao fazer a crítica dos documentos a que se chama ‘fontes’”. Nesse sentido, a análise feita pelo autor, e que trataremos aqui, evidencia a evolução da história como ciência a partir da atualização do que considera fontes históricas. Diz ele que

[...] desde a Antiguidade, a ciência histórica, reunindo documentos escritos e fazendo deles testemunhos, superou o limite do meio século ou do século abrangido pelos historiadores que dele foram testemunhas oculares e auriculares. Ela ultrapassa também as limitações impostas pela transmissão oral do passado. A constituição de bibliotecas e de arquivos forneceu assim os materiais da história. Foram elaborados métodos da crítica científica, conferindo à história um dos seus aspectos de ciência em sentido técnico, a partir dos primeiros e incertos passos da Idade Média (Gueneé), mas sobretudo depois do final do século XVII com Du Cange, Mabillon e os beneditinos de Saint-Maur, Muratori, etc. (LE GOFF, 1996, p. 9).

Essa evolução é apresentada por Le Goff (1996), da Antiguidade ao século XX, análise essa apresentada resumidamente a seguir.

Na Antiguidade, os historiadores greco-romanos limitavam-se a escrever a história do passado recente, baseados em relatos de testemunhos contemporâneos aos acontecimentos ou de gerações próximas. O uso do testemunho, como fonte para a história da antiguidade, mesmo sendo amplo, não ficou isento de crítica, pois, nesse período, já identificavam divergências entre os testemunhos coletados sobre um mesmo fato. Os historiadores desse período, mesmo com um acervo documental significativo sobre o passado, manifestaram a preferência por acontecimentos recentes, tendendo assim a memória³⁴ como fonte. O autor pontua que: “Os momentos essenciais parecem-me ser o período greco-romano do século V ao I a.C., que inventa o ‘discurso histórico’, o conceito de testemunho, a lógica da história, e funda a história na verdade.” (LE GOFF, 1996, p. 111, grifos do autor).

Tem início nesse período a [ousada] diretriz da busca da verdade histórica, com o intuito de escrever a partir de informações que, pelo menos, não sejam falsas e na melhor das possibilidades tragam toda a verdade. Esse fetiche com relação à verdade prolongou-se pelos períodos seguintes e, sendo assim, o uso do testemunho como documento histórico, mesmo utilizado desde a Antiguidade, passou sequencialmente pelo crivo da fonte verdadeira.

Na sequência, Le Goff (1996) adentra à Idade Média (Europa), apresentando a ampliação dos registros históricos por meio da concentração de documentos pela Igreja Católica. Não eram ainda arquivos, pois esses são um fenômeno posterior a esse período, porém, o acúmulo de documentos foi evidente em dossiês, bibliotecas, mosteiros, igrejas e nas administrações reais. Foi nesse período que se disseminou o sistema de citação com precisão de livro e capítulo.

Seguindo o que nos apresenta Le Goff, há uma certa desvalorização da memória como documento, entretanto o apreço aos testemunhos também se faz presente e aparece com a novas

³⁴ A fim de evitar anacronismo, o termo *memória* é utilizado aqui por entender que os testemunhos relatados no período e utilizados como fonte, fazem parte do método de coleta de dados históricos a partir da memória.

ordens mendicantes³⁵. Em relação à academia, mesmo sendo o período da criação das universidades, não é evidente o interesse pela história nesses espaços. O que se tem conhecimento, era que havia um público laico amante da história (mercadores e cavaleiros), que levaram o gosto pela história nacional a um primeiro plano ao fim do medievo, além dos historiadores ligados à Igreja, principalmente os monges. Em suma, no período medieval, a história esteve presente e pulsante entre os historiadores religiosos, nos acervos e bibliotecas e em um grupo de leigos interessados, entretanto ainda longe das universidades, o acúmulo de registros tornou-se importante base documental para historiadores futuros, e os testemunhos, embora sofressem críticas, continuaram a ser usados como fonte. Entretanto, não podemos compreender esse período como um hiato, como erroneamente é muitas vezes visto, não ignorando um certo retrocesso cultural, mas sim considerando o processo de continuidade do esforço histórico, com toda a base documental arquivada durante séculos e que levou, mais tarde a história a entrar para o rol das ciências.

No período moderno, durante o Renascimento, inicia um processo de crítica dos documentos, ancorado na filologia, concebendo a ideia de uma história perfeita; aqui surgem instituições consagradas que ampliam a curiosidade histórica.

Os historiadores do Renascimento prestaram à ciência histórica alguns serviços eminentes: fizeram a crítica dos documentos com a ajuda da filologia; começaram a “laicizar” a história e a eliminar-lhe os mitos e as lendas; lançaram as bases das ciências auxiliares da história e estreitaram a aliança da história com a erudição (LE GOFF, 1996, p. 118, grifos do autor).

Outro movimento importante que aconteceu na Europa, nesse período, foi a Reforma Protestante, relativamente contemporâneo ao Renascimento. Ambos movimentos de resistência, resultantes do fim da Idade Média e do feudalismo, que geraram importantes rupturas dentro e fora da Europa, influenciando também a História, com a crítica ao método e ao documento. Falando especificamente do protestantismo, Le Goff (1996, p. 119) afirma que: “É preciso sublinhar nestes progressos do método histórico o papel da Reforma. Suscitando polêmicas sobre a história do Cristianismo e livres da tradição eclesiástica autoritária, os reformistas impulsionaram a evolução da ciência histórica”.

Com o fim da hegemonia medieval da Igreja Católica, a Reforma evidenciou os questionamentos das práticas religiosas cristãs católicas e, junto com elas, dos registros

³⁵ São ordens religiosas surgidas no século XVII, formadas por frades ou freiras que vivem em conventos e que defendem a postura de possuir o mínimo possível, obtendo seu sustento por meio de trabalhos manuais ou esmolas. As mais conhecidas são a dominicana e a franciscana.

históricos que vinham dos historiadores (principalmente) da Igreja. Obras e fontes já consolidadas foram questionadas por historiadores humanistas, inaugurando uma ciência profana. Aqui, a história e a erudição viveram momentos contraditórios por parte dos historiadores dos séculos XVI e XVII, enquanto alguns retomavam a erudição dos italianos no Renascimento Cultural, buscando nas ciências auxiliares interlocução para seus conhecimentos, outros mantinham a História no campo da literatura.

Saindo do período moderno, abordado no parágrafo anterior, Le Goff (1996) analisa a transição para o período contemporâneo e suas transformações. A Revolução Francesa, a inclinação da história em prol do nacionalismo, e a necessidade de se ter esse conhecimento voltado aos interesses da nação recém-formada, também contribuíram para fazer da História uma ciência. As mudanças políticas, sociais e científicas do século XIX, junto com a consolidação do método para caracterizar a História, por meio do aprimoramento dos métodos de erudição e a constituição de bases de documentos, ancoraram a cientificidade pelo viés positivista nesse período.

Do ponto de vista que aqui me ocupa, o século XIX é decisivo porque atualiza definitivamente o método crítico dos documentos que interessa ao historiador desde o Renascimento, difunde este método e os seus resultados através do ensino e das publicações e une história e erudição (LE GOFF, 1996, p. 124).

É nesse período que surgem grupos e espaços em defesa da história. Esse conhecimento passou a circular pelo meio acadêmico, nas sociedades culturais, bibliotecas e revistas, sendo introduzido pelos professores burgueses na Europa e estendendo-se aos Estados Unidos da América. Muitos países europeus fundaram revistas nacionais, influenciados pelo nacionalismo latente da época, surgindo nomes importantes vinculados ao ensino, disseminação da investigação histórica, juntamente com o diálogo com as ciências auxiliares³⁶, a história se instala no campo da erudição.

Por fim, chega-se ao século XX, período em que se passa a criticar os documentos históricos a partir da década de 30, com a revolução documental, ampliando o olhar sobre onde há história e enraíza a memória como fonte histórica.

Os historiadores davam a fórmula das “grandes mitologias coletivas”, “ia-se da história à memória coletiva”. Mas toda a evolução do mundo contemporâneo, sob a pressão da história imediata em grande parte fabricada ao acaso pelo *media*, caminha na direção de um mundo acrescido de memórias coletivas e a história estaria, muito

³⁶ São as ciências que contribuem para a investigação histórica como a antropologia, a sociologia, a cronologia, a arqueologia, a numismática, a paleografia, entre outras.

mais que antes ou recentemente, sob a pressão dessas memórias coletivas (LE GOFF, 1996, p. 473, grifos do autor).

Críticas aos documentos e métodos, durante a história da História, foi o que permitiu que essa ciência se estabelecesse por meio do método. Foram os historiadores e críticos, em um processo de avanços não lineares, que buscaram criticamente a ampliação do que era considerado fonte e assim modificaram a percepção do que é um documento na perspectiva histórica, podendo dessa forma introduzir a História no mundo das ciências, por meio de estudos e métodos que possibilitaram a escrita do passado por documentos escritos e não escritos.

Esse movimento dialético sofrido pela História e o seu progresso científico não findou com a Nova História. Na verdade, esse processo é parte de um movimento em há a ampliação dos acervos documentais sobre os mesmos fatos e com novas fontes, redimensionando o olhar e a criticidade para a história da humanidade. Isso demonstra que ainda estamos em movimento evolutivo enquanto História.

Sobre os testemunhos usados pelos historiadores, sua maior ou menor importância, durante a história, evidencia-se sua presença desde a antiguidade até à História Oral na contemporaneidade. Nesse sentido, Le Goff (1996, p. 112) pontua que: “Esta primazia dada ao testemunho oral e vivido manter-se-á mais ou menos quando a crítica dos documentos escritos, pertencentes a um passado longínquo, passar a um primeiro plano, mas conhecerá importantes ressurgências”. Aqui, de forma clara, o autor apresenta a sobreposição do documento escrito ao testemunho, por conta da busca de uma história cada vez mais distante do tempo em que está o historiador, e a [ilusória] sensação de segurança que o documento escrito traz para a historiografia, entretanto, as ressurgências do testemunho acontecem ao longo dos períodos, consolidando-se na memória como fonte, a partir da Nova História.

Os conceitos como *verdade* para a história e história *perfeita* aparecem nesse capítulo. Esses são termos dogmáticos importantes na evolução da história enquanto ciência e que, ao longo das transições, foram sendo superados por uma concepção contemporânea da História. Na retomada histórica feita, o uso de determinados termos foi realizado em convergência com as concepções de cada período.

3.3 MEMÓRIA ORAL

Já abordamos as transições históricas por meio de documentos. Complementar a isso, vamos analisar a *memória*, por ser um conceito importante para esta pesquisa e, neste

subcapítulo, trataremos especificamente da memória oral. Para isso, façamos uma análise da história, do tempo e da memória.

História, tempo e memória são processos interligados. Todavia, o tempo da memória ultrapassa o tempo da vida individual e encontra-se com o tempo da História, visto que se nutre de lembranças de família, de músicas e filmes do passado, de tradições, de histórias escutadas e registradas. A memória ativa é um recurso importante para transmissão de experiências consolidadas ao longo de diferentes temporalidades. (DELGADO, 2006, p. 17).

Algumas definições precisam ser apresentadas aqui, e iniciaremos pelo conceito de *memória* proposto por Le Goff (1996, p. 423): “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-se em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.”

Prosseguindo, Delgado (2006, p. 16) apresenta uma definição de *memória* na perspectiva histórica.

A memória, principal fonte de depoimentos orais, é um cabedal infinito, onde múltiplas variáveis – temporais, topográficas, individuais, coletivas – dialogam entre si, muitas vezes revelando lembranças, algumas vezes de forma explícita, outras de forma velada, chegando alguns casos a ocultá-las pela camada protetora que o próprio ser humano cria ao supor, inconscientemente, que assim está se protegendo das dores, dos traumas e das emoções que marcaram a vida.

A forma como essas informações/lembranças são expressadas é o que define a dualidade oral e escrito. Mesmo a memória sendo única, a forma de expressá-la possui suas especificidades, assim veremos como esse par está para as áreas apresentadas nesta pesquisa.

Sobre o par oral/escrito fundamental para a história, gostaria de fazer duas observações.

É claro que a passagem do oral ao escrito é muito importante, quer para a memória, quer para a história. Mas não devemos esquecer que: 1) oralidade e escrita coexistem em geral nas sociedades e esta coexistência é muito importante para a história; 2) a história tem como etapa decisiva a escrita, não é anulada por ela, pois não há sociedades sem história (LE GOFF, 1996, p. 53).

A história está presente antes e depois da invenção da escrita e, de forma geral, sobrepondo a escrita, a oralidade, assim como veremos a seguir, acontece também com a memória. Vimos que o testemunho, durante os períodos históricos, manteve-se com maior ou menor presença, de acordo com as concepções das diferentes épocas, até a ascensão da memória como documento histórico. Sociedades e povos ágrafos deixaram também documentos para a

escrita de sua história. Assim como não há sociedade sem história, também não há sociedade sem memória, dessa forma, a coexistência da oralidade e da escrita na história da humanidade são elementos convergentes para a historiografia.

No estudo histórico da memória histórica é necessário dar importância especial às diferenças entre sociedades de memória essencialmente oral e sociedades de memória essencialmente escritas como também às fases de transição da oralidade à escrita, a que Jack Godoy chama “a domesticação do pensamento selvagem” (LE GOFF, 1996, p. 426).

Da mesma forma que a história sobrepôs a escrita à oralidade, a memória dentro do seu processo também o fez. Nesse processo, a memória oral sempre esteve presente e, em determinados casos, apenas ela, pois povos sem escrita obviamente recorriam à oralidade para passar adiante os testemunhos considerados essenciais para aquele grupo de pessoas.

A memória, dentro da história tem uma função específica, pois ela faz parte dos documentos que a história utiliza para compreender os fatos do passado. Em relação a isso, Le Goff (1996, p. 49) nos explica que: “O mesmo acontece com a memória. Tal como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica” (LE GOFF, 1996, p. 49).

Na perspectiva histórica, a memória tem também seu papel social.

A memória contém incomensuráveis potencialidades, destacando-se o fato de trazer consigo a forte marca dos elementos e mitos fundadores, além dos elos que conformam as identidades e as relações de poder. São as recordações – em suas dimensões mais profundas – que conformam as heranças e acumulam tradições, experiências e detritos (DELGADO, 2006, p. 39).

O objetivo desta pesquisa, como referido anteriormente, é a investigação sobre a memória oral da Comunidade Surda, assim, definido o que é memória, a oposição entre oral e escrito, e o seu papel na história, é momento de esclarecer o que é memória oral, para que se tenha compreensão da razão pela qual defendemos a prevalência da memória oral para esse grupo específico, em relação a sua coleta, registro e compartilhamento. Le Goff (1996) define *memória oral* como a que se apresenta em oposição à memória escrita, é a que é relatada e transmitida pela oralidade. A memória oral é aquela compartilhada por meio da oralidade, que não segue os padrões da língua em sua forma escrita, e que é expressada conforme o relator desperta as lembranças em seu processo cognitivo. Essa memória é amplamente utilizada por povos ágrafos, como também pelos povos que possuem escrita.

Le Goff (1996) apresenta o termo *memória étnica* para designar as sociedades ágrafas. A memória étnica é designada também como uma memória técnica para povos sem escrita e sua forma mais conhecida está presente nos mitos de origem, memórias coletivas, que muitas vezes geraram confusão entre a história e o mito. Muitas das sociedades que utilizavam essa memória tinham pessoas especialistas para a função, os homens-memória, que atuavam a partir de uma reconstrução generativa, cuja base era a narrativa e a estrutura cronológica, sem a utilização da memória palavra por palavra, possibilitando assim uma expressão mais livre e criativa.

Assim como a escrita não é fator decisivo para a presença da história nos grupos humanos, também não o é para a memória. O fato de haver uma forma de registrar informações com uma perspectiva permanente (possível), não exclui a forma oral, e que se esvai. A atividade mnemônica serve às sociedades com e sem escrita, podendo inclusive ambas serem utilizadas de forma concomitante, entretanto, desempenhando papéis diferentes. É importante ressaltar que mesmo as sociedades que possuíam alguma forma de escrita, ainda assim contavam com muitos indivíduos que não sabiam utilizar esse recurso e, nesses casos, seus relatos orais poderiam se tornar posteriormente registros escritos feitos por outrem. Sendo assim, sociedades com escritas também possuem grupos ágrafos, presente em maior número nos períodos históricos anteriores à contemporaneidade.

Ao longo da história e da democratização da escrita, é evidente a valorização da utilização da memória escrita em detrimento da oral. Em cada período histórico, quanto mais letrada se tornava uma sociedade, maior era a valorização do registro escrito. Acompanhando Le Goff (1996), na terceira parte do livro *História e memória*, apresentaremos de forma breve a trajetória da memória ao longo da história, pontuando as interlocuções entre a escrita e a oralidade.

Durante a Pré-História, já havia a presença de mitogramas³⁷, que eram apresentados seguindo a sequência de uma ordem verbal. Nesse período, não existia ainda formas de escrita, entretanto é caracterizado pela representação rupestre, como importante forma de registro dos grupos humanos.

Nas sociedades sem escrita a memória coletiva parece ordenar-se em torno de três grandes interesses: a idade coletiva do grupo que se funda em certos mitos, mais precisamente nos mitos de origem, o prestígio das famílias dominantes que se exprime pelas genealogias, e o saber técnico que se transmite por fórmulas práticas fortemente ligadas à magia religiosa (LE GOFF, 1996, p. 431).

³⁷ Trata-se da representação artística do mito que está relacionada à transmissão da mitologia.

Nesse período, temos exclusivamente a memória oral, sem a memória escrita, por obviedade, os grupos humanos ainda não tinham criado formas de escrever. Os humanos já viviam organizados em sociedade e, por conta disso, a forma de passar conhecimento para as gerações mais jovens era feita por meio da oralidade.

A transição para a Idade Antiga foi classificada/determinada pelo surgimento da escrita das civilizações do período. Foi um marco para a humanidade, modificando as sociedades que foram passando por essa transição. Na antiguidade, a memória escrita esteve ligada à evolução social e urbana, sendo o registro gráfico um elemento a complementar um modelo social nascente, como, por exemplo, a memória real e a memória funerária, na distância e no calendário.

Para Le Goff (1996), a escrita teve seu papel na memória desenvolvido de duas formas, a comemoração e o documento escrito. A comemoração, para a memória, é a celebração de um monumento³⁸, de algum acontecimento, que pode ser manifestado de várias formas, sendo que nesse período teve grande destaque as estelas³⁹ e os obeliscos. Já o documento⁴⁰ escrito, que é aquele produzido em um suporte destinado especificamente à escrita, no qual são registradas informações que passam da esfera auditiva para a visual, assegurando sua transmissão no tempo e no espaço, com a possibilidade de revisão e reordenação. A passagem da memória oral para a memória escrita apresenta a formação de uma memória artificial, por meio de processos mnemotécnicos, palavra por palavra, influenciados pela escrita. O registro permite a descontextualização e a recontextualização das informações contidas ali, de certa forma, carecendo da naturalidade da expressão exclusivamente oral. Nesse período, uma prática recorrente em várias sociedades e que exemplifica essa memória artificial é a memória real, essa que era registrada a pedido dos governantes sobre a narrativa dos seus feitos, gerando o questionamento sobre a fronteira da memória e da história, afinal eram memórias selecionadas e editadas de acordo com o interesse de um soberano.

Ainda, segundo o historiador, a relação entre a memória e a religião se fez presente na Antiguidade nas crenças monoteístas, como o Judaísmo e o Cristianismo, ambas práticas religiosas baseadas na recordação, pois os atos divinos rememorados formaram os cultos e a fé. Assim como a tradição histórica de seus livros, principal destaque da memória cristã, que vem

³⁸ Para Le Goff (1996), monumento são as heranças do passado, os materiais da memória, o que pode evocar as lembranças e que são consolidados socialmente como lembranças de outros tempos.

³⁹ São monumentos comemorativos feitos de pedra que se levanta sobre o solo à semelhança de um pedestal ou de uma lápide, utilizados por alguns povos da antiguidade que ali registravam símbolos, sinais, figuras ou textos para veicular o conteúdo, sendo ele político, funerário, religioso, territorial, entre outros.

⁴⁰ Também para Le Goff (1996), documento é o monumento que passou pela seleção do historiador.

da Antiguidade, podemos destacar, por exemplo, a memória nos ensinamentos de Jesus Cristo aos apóstolos. Entretanto, é na Idade Média, na Europa, com a Igreja Católica, que essa relação se intensifica.

Le Goff (1996, p. 450) pontua como no período medieval se deu a interface entre memória oral e memória escrita: “Todavia, nestes tempos, o escrito desenvolve-se a par do oral e, pelo menos no grupo dos clérigos e literatos, há um equilíbrio entre memória oral e memória escrita, intensificando-se o recurso ao escrito como suporte da memória”. É o período em que se passa efetivamente da oralidade à escrita.

Na Idade Média, na Europa, o mundo letrado ficou concentrado no entorno da Igreja Católica. A memória medieval no Ocidente, segundo Le Goff (1996), teve forte influência do Cristianismo, sofrendo transformações, e a memória coletiva se dividiu em memória litúrgica, memória laica, memória dos mortos, tratados de memória, a presença da memória no ensino articulando o oral e o escrito, e a presença da escatologia⁴¹, negando a experiência temporal e a história. As festas cristãs manifestavam a memória nas comemorações à Pentecostes, nas festas litúrgicas, na celebração eucarística, na vida dos mártires e nas relíquias. Havia uma associação entre morte e memória, principalmente ligada aos livros registros, mais tarde chamados de obituários, a instituição do Dia dos Finados e a estabelecimento do purgatório, intensificando o dever dos vivos de reverenciar a memória dos mortos.

A memória coletiva teve sua relação com a literatura por meio dos trovadores e do jogral, sendo disseminada não só por quem a pronunciava, mas também por quem a assistia, fundindo oralidade e escrita. Sobre esse período, Le Goff (1996, p. 449) afirma que: “[...] a memória tinha um papel considerável no mundo social, cultural e no mundo escolástico e, bem entendido, nas formas elementares da historiografia.”.

Foi durante o período medieval que os arquivos foram organizados em espaços como os que conhecemos hoje, pois os que existiam eram ambulantes e cederam lugar às instituições-memória, contemporânea à crescente expansão das cidades, fomentando assim a formação de arquivos, transformando-se em um local de armazenamento da memória urbana. Le Goff (1996) apresenta-nos dados sobre essas transformações.

O pioneiro foi o de Gênova, em 1127 e, posteriormente, outras ações consolidaram esses espaços. No século XIV, foram realizados os primeiros inventários de arquivos e, em 1356, é feito um tratado internacional sobre o destino dos arquivos.

⁴¹ Estudo dos acontecimentos do fim dos tempos descritos na Bíblia.

Seguindo a sequência histórica, assim como vimos na parte em que tratamos da história pelos documentos e pelos testemunhos, entre o período final da Idade Média e a Idade Contemporânea, transitamos pelo Humanismo, Renascimento, Absolutismo, Iluminismo e Revoluções Burguesas. Nessas transições, Le Goff (1996, p. 460-1) apresenta as diferentes acepções atribuídas à memória.

A Idade Média criou a palavra central *mémoire*, aparecida desde os primeiros monumentos da língua, no século XI. No século XIII é acrescentada *mémorial* (que diz respeito, como vimos, a contas financeiras), e em 1320, *mémoire*, no masculino, designando um "mémoire" um dossiê administrativo. A memória toma-se burocrática ao serviço do centralismo monárquico que então surge. O século XV vê o aparecimento de *mémorable* nesta época de apogeu das artes memoriae e de renovação da literatura antiga – memória tradicionalista. No século XVI, em 1552, aparecem os *mémoires* escritos por um personagem, em geral de qualidade; é o século em que a história nasce e o indivíduo se afirma. O século XVIII cria, em 1726, o termo *mémorialiste* e, em 1777, *memorandum* derivado do latim através do inglês. Memória jornalística e diplomática: é a entrada em cena da opinião pública, nacional e internacional, que constrói também a sua própria memória. Na primeira metade do século XIX, presencia-se um conjunto massivo de criações verbais: *amnésie*, introduzido em 1803 pela ciência médica, *mnémonique* (1800), *mnémotechnie* (1836) e *mémorisation*, criados em 1847 pelos pedagogos suíços, conjunto de termos que testemunha os progressos do ensino e da pedagogia; finalmente, *aidemémoire* que, em 1853, mostra que a vida cotidiana foi penetrada pela necessidade de memória. Finalmente, em 1907 o pedante *mémoriser* parece resumir a influência adquirida pela memória em expansão.

Ao analisar as mudanças que o termo sofreu ao longo dos séculos, é possível também entender o que é a expansão da memória por meio da ampliação de sua utilização. Conforme a memória era reconhecida em novos espaços, a palavra recebia variações determinando a especificidade de seu uso.

Para falar do progresso da memória escrita, Le Goff (1996) introduz questões essenciais, como a imprensa e a Revolução Francesa. A invenção da máquina de impressão, com tipos móveis, no século XV, por Gutenberg, na Alemanha, revolucionou a forma como a informação circula pelo mundo. A China, já no século IX, tinha um sistema de impressão menos eficaz que o alemão, porém garantindo que as camadas cultas pudessem ter maior acesso à memorização do saber. A imprensa causou também uma revolução na memória, pois, antes dela, pouco se distinguia entre transmissão oral e escrita, e os manuscritos serviam para a memorização das informações contidas neles. A ampliação no acesso aos textos possibilitou que um conhecimento maior transitasse no mundo ocidental, de forma que memorizá-lo integralmente já não era mais possível, passando assim para a escrita a exteriorização da memória individual.

A Revolução Francesa, reconhecida por seu legado político e social ao mundo contemporâneo, também teve sua contribuição para mudanças no campo da memória, assim como outros movimentos do mundo ocidental. Expansão da memória pela comemoração, iniciando pela laicização das festas e calendários, multiplicando as comemorações ligadas às instituições políticas existentes, como o 14 de Julho, data da tomada da Bastilha, marco da Revolução na França, o memorial *Day*, comemorado em 30 de maio, nos EUA, festejando a Guerra da Secessão, e tantas outras, atingido forte expressão nos regimes totalitários do século XX, como Alemanha e Itália. Além das datas e suas comemorações, a memória se estendeu a moedas, medalhas, selos de correio, estátuas, placas de parede, e *souvenirs* com o desenvolvimento do turismo.

Além da memória registrada pelos símbolos, o período pós revolução na Europa é marcado pela criação dos arquivos nacionais, o estabelecimento da publicidade dos arquivos, disponibilizando assim a memória para além dos espaços físicos destinados a ela, e a formação de especialistas por instituições especializadas. Anterior ainda, em 1611, temos a criação do Arquivo secreto do Vaticano. Assim como os arquivos, houve a multiplicação de museus, galerias, a organização de coleções, museus específicos como os técnicos e de folclore, o desenvolvimento e abertura de bibliotecas, dando acesso ao público em geral.

Todo esse movimento vivido no período que compreende o fim da Idade Média até a contemporaneidade, intensifica-se com o passar dos séculos, fortalecendo-se por meio das instituições políticas e sociais geradas pelo nacionalismo, permeando a memória coletiva, transitando por espaços novos e públicos. Le Goff ainda pontua dois fenômenos importantes para a memória:

Entre as manifestações importantes ou significativas da memória coletiva, encontra-se o aparecimento, no século XIX e no início do século XX, de dois fenômenos. O primeiro, em seguida à Primeira Guerra Mundial, é a construção de monumentos aos mortos. A comemoração funerária encontra aí um novo desenvolvimento. Em numerosos países é erigido um Túmulo ao Soldado Desconhecido, procurando ultrapassar os limites da memória, associada ao anonimato, proclamando sobre um cadáver sem nome a coesão da nação em tomo da memória comum.

O segundo é a fotografia, que revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica (LE GOFF, 1996, p. 465-6).

Le Goff (1996, p. 467) continua em sua explanação apresentando o desenvolvimento contemporâneo da memória coletiva e destaca: “Mas os desenvolvimentos da memória no século XX, sobretudo depois de 1950, constituem uma verdadeira revolução da memória e a memória eletrônica não é senão um elemento, sem dúvida o mais espetacular”. Após a II Guerra

Mundial, a tecnologia favoreceu o avanço da memória, e o autor diferencia a memória humana da memória de uma máquina. A disseminação dos computadores permitiu um novo tipo de memória, a dos bancos de dados. A memória eletrônica revela-se superior em capacidade, entretanto é dependente das diretrizes estabelecidas pelo usuário, não sendo uma memória autônoma, mas sim uma extensão dela.

Outra contribuição importante no século XX para a memória coletiva, segundo Le Goff (1996), foi a constituição das ciências sociais e a interdisciplinaridade instalada entre elas. A sociologia estimulou a exploração do conceito de tempo e de memória coletiva, a psicologia fazia sua colaboração por meio da análise do comportamento, visto que são memórias referentes a grupos sociais. Já a antropologia oferecia um conceito melhor adaptado das sociedades selvagens e do que a história oferecia até então, nomeada de etno-história ou antropologia histórica.

Essa evolução no estudo da memória dentro da ciência histórica, especificamente na Nova História em colaboração com outras ciências sociais, evidencia-a como objeto de estudo e também como um anseio social.

Pesquisa, salvamento, exaltação da memória coletiva não mais nos acontecimentos, mas ao longo do tempo, busca dessa memória menos nos textos do que nas palavras, nas imagens, nos gestos, nos ritos e nas festas; é uma conversão do olhar histórico. Conversão partilhada pelo grande público, obcecado pelo medo de uma perda de memória, de uma amnésia coletiva, que se exprime desajeitadamente na *moda retro*, explorada sem vergonha pelos mercadores de memória desde que a memória se tornou um dos objetos da sociedade de consumo que se vendem bem (LE GOFF, 1996, p. 472).

Foi nesse momento que a memória coletiva encontrou seu lugar no saber científico, utilizando-se em parte dos instrumentos tradicionais, mas também fomentando a criação de novos arquivos, principalmente os arquivos orais. Seguindo esse progresso da história e da memória, a história oral nasceu nos Estados Unidos entre 1952 e 1959 com os departamentos de história oral das Universidades de Columbia, Berkeley e Los Angeles, seguidas do Canadá, Inglaterra e França. Outros métodos de rememoração também foram dando frutos a partir desses estudos iniciais, na África e na Europa.

A memória, portanto, é parte integrante da história, especificamente, da História Oral, que é um procedimento metodológico, que busca a construção de fontes para história, privilegiando entrevistas e depoimentos, por parte de pessoas que testemunharam acontecimentos históricos. Nesse sentido, a relação dialética entre a história e o tempo, já

abordada no início deste capítulo, é evidente na elaboração das fontes produzidas pelas narrativas registradas, portanto,

[...] a história oral é um procedimento, um meio, um caminho para produção do conhecimento histórico. Traz em si, um duplo ensinamento: sobre a época enfocada pelo depoimento - o tempo passado, e sobre a época na qual o depoimento foi produzido – o tempo presente. Trata-se, portanto, de uma produção especializada de documentos e fontes, realizada com interferência do historiador e na qual se cruza intersubjetividades (DELGADO, 2006, p. 16).

Essa produção especializada de documentos, por meio de entrevistas e depoimentos, representa uma parte importante da construção da identidade por meio das subjetividades presentes nos relatos: “A memória é base construtora de identidades e solidificadora de consciências individuais e coletivas. É elemento constitutivo do auto-reconhecimento como pessoa e/ou como membro de uma comunidade pública, como uma nação, ou privada, como uma família.” (DELGADO, 2006, p. 38).

A construção da identidade tem como um dos seus pilares a memória. É nessa perspectiva que buscamos investigar a realidade do registro da memória oral da Comunidade Surda no Rio Grande do Sul, para entender se esse elemento de identidade se manifesta nos espaços de memória e se com ou sem a presença da Língua de Sinais.

3.4 A MEMÓRIA ORAL DA COMUNIDADE SURDA

Com as devidas definições de história, memória e memória oral, cabe então especificar o que é a memória oral para a Comunidade Surda e como esta pode servir de base documental para uma mudança de perspectiva sobre a História do Povo Surdo.

A essência desta pesquisa vem da relação entre o oral e o escrito, do que é dito e do que é escrito. As referências históricas utilizadas aqui, não consideram a Língua de Sinais nos registros de memória de povos que não utilizam a escrita, sendo assim, aqui estamos aplicando tais conceitos a perspectivas ainda não abordadas. Esse é um fator que nos fez manter os termos oral e oralidade nesta pesquisa, por utilizar aqui teorias históricas específicas e por compreender que não haverá conflito na compreensão dos leitores, pois o capítulo 2 estabelece de forma clara a relação do Surdo com a Língua de Sinais e a Língua Oral, e como esses sujeitos se expressam. Mesmo assim, ainda neste subcapítulo, abordamos a questão, como forma de evitar compreensões ambíguas.

Por que utilizar o termo oral se os Surdos se comunicam por meio da Língua de Sinais? Essa é uma questão que pode inquietar alguns leitores, utilizar memória oral se eles não se comunicam por uma Língua Oral. Aqui, o sentido de oral está vinculado à oralidade, e as Línguas de Sinais também são línguas que contêm a oralidade como forma de expressão, por meio da comunicação visuoespacial. Como veremos a seguir, a utilização do termo está ligada à oposição com o escrito, sendo assim consideramos a expressão do Surdo a partir da sua língua como oralidade, excluindo aqui o sentido da comunicação vocal-auditiva.

Como já pontuado no capítulo 2, os Surdos no Brasil são usuários da Língua Portuguesa como Segunda Língua (L2), e é essa língua que eles utilizam para a escrita, desenvolvendo sua fluência durante a vida escolar. Existem muitos fatores que interferem na fluência em L2 dos Surdos, questão que não vamos abordar aqui, considerando o objetivo desta pesquisa, contudo não se pode desconsiderar que muitos têm considerável autonomia na língua majoritária, isto é, na Língua Portuguesa, enquanto outros não, existem Surdos doutores e existem Surdos analfabetos, e o processo de leitura e escrita está diretamente relacionado aos anos e tipo de escolarização pelos quais eles passaram.

Sabemos que eles têm a possibilidade de utilizar um sistema de escrita padrão, mesmo que não seja a da sua língua, pois, *a priori* são pessoas bilíngues. Existe também a Escrita de Sinais, que é a grafia da Língua de Sinais que permite registrar os sinais por meio do sistema *SignWriting*⁴². No Brasil, embora existam escolas que a utilizem, essa escrita ainda não está sendo utilizada amplamente na Educação de Surdos.

O fato de a escrita para os Surdos no Brasil, socialmente falando, ser em Língua Portuguesa, e a Escrita de Sinais ser pouco utilizada, faz com que eles enfrentem restrições para utilizar sua língua natural de forma escrita. Entretanto, mesmo apresentando aqui a Língua de Sinais como L1 do Povo Surdo, não consideramos os Surdos um povo ágrafo, e ainda assim, entendemos que a melhor forma de a informação transitar entre eles seria por meio da Língua de Sinais. Por conta disso, fica evidente que o relato de suas memórias precisa se dar via oralidade, que nesse caso é a sinalização feita por esses sujeitos, o que independe do registro escrito.

Trabalhar com a memória da Comunidade Surda é poder compreender também sobre as estruturas de poder de uma sociedade. Sendo os Surdos usuários de uma língua vista pela

⁴² Sistema desenvolvido por Valerie Sutton em 1974, Universidade de Copenhagem na Dinamarca. No início, foi criado um sistema para escrever danças e anotar os movimentos, o que despertou a curiosidade dos pesquisadores da Língua de Sinais Dinamarquesa, que estavam procurando uma forma de registrar de forma escrita os sinais. Esse sistema é capaz de reproduzir os sinais na forma escrita, onde é possível marcar os movimentos, a localização, a orientação, configuração de mão e expressão facial através do uso de glifos.

sociedade, de forma geral, como secundária, ter ou não o registro dessas memórias em sua língua é também selecionar os testemunhos que farão parte da escrita da história, é permitir que essas pessoas possam participar ativamente do processo de perpetuação dos acontecimentos que os envolve, a partir da sua percepção dos acontecimentos. É papel do historiador também interferir nessa seleção dos relatos em Língua Brasileira de Sinais e poder incluí-los nas fontes históricas.

As estruturas do poder de uma sociedade compreendem o poder das categorias sociais e dos grupos dominantes ao deixarem, voluntariamente ou não, testemunhos suscetíveis de orientar a história num ou noutro sentido; o poder sobre a memória futura, o poder de perpetuação deve ser reconhecido e desmontado pelo historiador (LE GOFF, 1996, p. 110).

A língua, assim como os documentos, são fatores de maior ou menor valorização dentro da historiografia, e fazem com que esses acontecimentos sejam ou não apresentados como acontecimentos históricos. Nesse sentido, a Língua de Sinais, para ser reconhecida formalmente como língua de registro e passar pelo crivo do historiador, precisa primeiro superar sua invisibilidade, pois são subjugadas social e historicamente, visto a ausência já identificada na sociedade e nos documentos históricos. O desconhecimento do *status* linguístico da LS pode levar o historiador a desconsiderar seus registros como documento.

Considerar e consolidar a Libras como língua de registro da memória da Comunidade Surda é também deixar fontes para os futuros historiadores, para que no momento futuro em que se vá escrever a História do Povo Surdo, as fontes disponibilizadas sejam também em Língua de Sinais, garantindo assim que esses relatos sejam registrados e recuperados na língua em que foram produzidos, mantendo dessa maneira seu sentido.

Falar dos silêncios da historiografia tradicional não basta; penso que é preciso ir mais longe: questionar a documentação histórica sobre as lacunas, interrogar-se sobre os esquecimentos, os hiatos, os espaços brancos da história. Devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio, e fazer a história a partir dos documentos e das ausências de documentos (LE GOFF, 1996, p. 109).

A busca por fontes documentais em Libras, falando especificamente das relacionadas à história da Comunidade Surda, converge para o que é dito por Le Goff, anteriormente. Quanto a história dessa comunidade está relata, arquivada e difundida na sua língua? Quantas lacunas, as metanarrativas⁴³ feitas por ouvintes, não foram criadas? O esquecimento dos acontecimentos

⁴³ Termo literário e filosófico que significa simplificadamente a narrativa contida dentro ou além da própria narrativa.

importantes, os hiatos. Não considerar a Língua de Sinais no registro da memória da Comunidade Surda é escrever a história a partir do olhar do outro, do não surdo, é permitir essas ausências por não compreender (ou valorizar) o que significa a língua natural dessas pessoas.

Mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se deve procurar, não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: “Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória” (LE GOFF, 1996, p. 473, grifos do autor).

Na seção 3.1 deste capítulo, falamos sobre a relação dialética da temporalidade presente na história. Esse movimento é constante por meio da reescrita, dos acréscimos e das reinterpretações dos fatos históricos, a partir de descobertas, revisões e reanálises de fontes. Nesse sentido, esta pesquisa compreende que a história da Comunidade Surda está, assim como a história como um todo, em processo constante de atualização. Porém, convém destacar que, nesse caso, a ótica dos fatos vem sendo historicamente narrada de fora da Língua de Sinais, narrada pelo outro que não o Surdo.

Strobel, como já referido na Introdução deste estudo, pontua que a história da Comunidade Surda é feita por meio de metanarrativas. Isso aponta para a necessidade de existirem fontes e documentos surdos, no sentido de serem produzidos por pessoas surdas, possibilitando essa atualização por meio do uso da Língua de Sinais. E, como já referido por Le Goff (1996, p. 51): “Toda história é bem contemporânea”, sendo assim, buscar fontes documentais sobre a história da Comunidade Surda, por meio de seus relatos, é partir do tempo presente, a partir das demandas atuais, do lugar onde os Surdos estão hoje, para reivindicar sua voz⁴⁴ perante a historiografia. A memória tem esse papel, de tornar as metanarrativas secundárias em relação aos testemunhos surdos, e possibilitar que os Surdos possam narrar suas perspectivas sobre os fatos históricos.

Com base na afirmação de Le Goff, de que a memória é uma função psíquica, ela nada tem a ver com a modalidade da língua que será usada para expressá-la. Materializar a memória é aceitar o seu relato na língua com a qual ela foi experienciada. Os Surdos apreendem o mundo pelas experiências visuais e por sua língua visuoespacial e, por conta disso, a narrativa de suas memórias deve ser registrada da mesma forma.

A utilização da memória oral e escrita (L2) pela Comunidade Surda pode e deve ser concomitante, assim como acontece com quaisquer outros registros de memórias. A questão é

⁴⁴ Voz aqui usado em sentido metafórico, visto que os Surdos se comunicam por uma Língua de Sinais e não utiliza a voz prioritariamente como meio de comunicar.

que, nesse caso, é demandado o uso de duas línguas, na medida em que a memória oral é vivida em Língua de Sinais, e a memória escrita também poderia ser registrada nessa língua pelo sistema SignWriting, entretanto, além dela, é necessário que seja feito o registro escrito na língua oral majoritária, dando acesso a todos aqueles que têm interesse em acessar as memórias da Comunidade Surda. Exemplificando e convergindo para o caso específico desta pesquisa, no caso do Brasil, a Comunidade Surda necessita ter sua memória oral relatada e registrada em Libras, com o acréscimo da interpretação e/ou tradução em Língua Portuguesa, permitindo assim o acesso tanto na língua original quanto na língua majoritária, ou seja, disponibilizando um registro bilíngue.

A escrita tem uma função primordial nas sociedades desde a Antiguidade, que é a de deixar informações registradas para os contemporâneos e as próximas gerações, se possível. Além disso, as diversas formas de escrita foram criadas e aprimoradas, inicialmente, para manter os registros necessários às administrações das civilizações e, com o passar do tempo, para servir à sociedade como um todo.

Hoje, temos acesso a toda uma série de documentos, porque eles foram escritos em diversos materiais e armazenados de forma a permanecerem disponíveis até a atualidade. Assim acontece com o registro escrito da memória, que tem a função de deixar informações para as gerações posteriores. Entendemos aqui a memória como um possível documento histórico, porém, para isso, é necessário que o historiador tenha acesso a essa memória. Atualmente, existem diversos suportes para arquivar a memória oral, evidentemente de forma mais complexa do que a memória escrita. Especificamente, no caso da memória escrita seu registro proporciona um alcance maior, de uma forma mais simplificada, porém, como já afirmado aqui, não contemplando povos ágrafos ou que não sejam usuários (fluentes) da língua de registro escrito. Entretanto, como já vimos, a Comunidade Surda não pode contar com a memória escrita sem a interferência de outra língua e de alguém que a interprete. Essa interferência tem impacto na significação dessas memórias e deve ser considerada com ressalvas. É importante que nesse caso se compreenda a necessidade de mantermos o registro e o acesso à memória oral em concomitância com a escrita. As palavras têm a vantagem da longa duração quando registradas, e se tornam uma extensão natural da memória, pois, o que está escrito não necessita mais ser guardado em nossa mente, já que a informação está ao nosso alcance quando for preciso. Os sinais, da mesma forma que as palavras, podem permanecer ao longo do tempo, se o registro for feito por uma mídia que possibilite captar uma língua visuoespacial.

4 CAPÍTULO III – MÉTODO, ENTREVISTAS, DADOS E A MEMÓRIA DA COMUNIDADE SURDA NOS ESPAÇOS DE MEMÓRIA NO RIO GRANDE DO SUL

Este capítulo está destinado, especificamente, ao objeto de investigação desta dissertação, isto é, verificar como os espaços de memória tratam a Memória Oral da Comunidade Surda no Rio Grande do Sul.

A motivação para a realização desta pesquisa, como narrada na Introdução deste estudo, foi a curiosidade em conhecer a história da Comunidade Surda local e, a partir disso, identificar como é tratada a memória da Comunidade Surda nos espaços de memória, bem como identificar possíveis restrições ao registro em Língua de sinais das memórias dos Surdos.

Retomada a motivação e a essência desta dissertação, abordaremos agora o método empregado e as etapas da investigação. Trata-se de uma pesquisa: (a) bibliográfica, ao levantar o aporte teórico que ancora a pesquisa documental e de campo; (b) documental, no sentido de buscar fontes documentais sobre a memória da Comunidade Surda em Libras; e (c) de campo, tendo em vista a investigação *in loco* nos espaços de memória, sobre o tratamento dado aos possíveis relatos existentes dessa comunidade nesses locais. Ressalto aqui que, por meio das hipóteses levantadas, formuladas e apresentadas na Introdução, não encontrar fonte documental ou relatos e as respectivas formas de tratamento dadas à memória da Comunidade Surda é também um possível resultado, não invalidando o método adotado nem os objetivos desta dissertação.

A pesquisa iniciou com o levantamento e a análise das vertentes teóricas que sustentam esta investigação, sendo elas da área da Linguística, da História, dos Estudos Culturais e dos Estudos Surdos. Na sequência, a pesquisa documental é acompanhada pela pesquisa de campo.

Na primeira etapa, foram definidas as cidades que mantêm institutos de memória e feita a identificação dos possíveis espaços a serem investigados, considerando as cidades-alvo. Depois de mapeados os espaços de memória, a segunda etapa previu o contato e agendamento de entrevistas. A terceira etapa foi a realização das entrevistas e solicitação de acesso às possíveis fontes documentais, aos registros de memória da Comunidade Surda. A quarta etapa foi a análise das entrevistas e das fontes documentais. Cumpridas essas etapas, foi feita a análise da existência ou não de registros da Comunidade Surda, bem como qual o tratamento dado a esse tipo de registro, nos casos em que isso acontece.

4.1 LEVANTAMENTO DAS CIDADES E LOCAIS DE PESQUISA

O objetivo norteador deste estudo é investigar o tratamento dado à Memória Oral da Comunidade Surda no Rio Grande do Sul. Para que isso aconteça, levando em consideração o tempo e a disponibilidade de recursos para essa investigação, foi estabelecido um recorte espacial.

A quantidade de cidades foi determinada ao longo da execução do projeto, e definida por meio de discussões com a orientadora e com a banca de qualificação, chegando-se então ao número de três cidades. Na elaboração do projeto desta pesquisa, inicialmente foi pensado investigar dez cidades e verificar como a memória oral da Comunidade Surda é tratada nos espaços de memória das respectivas cidades. Com as revisões do projeto de pesquisa, feitas durante o período do mestrado, as alterações foram acontecendo, e a percepção de que, com o tempo disponível para a pesquisa, considerando o isolamento social decorrente da pandemia do COVID-19 vivida em todo mundo, seria inviável investigar esse número de cidades, manteve-se então três cidades, dado que seriam suficientes para executar uma pesquisa com o objetivo aqui estabelecido.

Com o número de cidades definido, foi necessário estabelecer critérios para a seleção das cidades a serem investigadas. Para isso, foram usados dois balizadores, o tamanho populacional da cidade e a presença de uma Comunidade Surda atuante e militante. Nessa perspectiva, foram selecionadas: (1) a cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, que possui a maior população do Estado, contando com diversas instituições que contemplam a Comunidade Surda, como a administração regional da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos do Rio Grande do Sul, a Federação Desportiva de Surdos do Rio Grande do Sul, a Sociedade dos Surdos do Rio Grande do Sul, e cinco escolas para surdos entre públicas e privadas; (2) Caxias do Sul, a segunda cidade mais populosa do Estado, e conta com duas escolas públicas para surdos e a Sociedade dos Surdos de Caxias do Sul. A cidade já foi sede de competições internacionais esportivas de Surdos como o Campeonato Sul Americano de Surdos em 2014 e o Campeonato Mundial de Handebol de Surdos em 2018 e será sede da 24ª Surdolimpíadas de Verão, em dezembro de 2021; e (3) Santa Maria, a quinta cidade com maior população do Estado. Conta com a Associação de Surdos de Santa Maria e uma escola pública para surdos, que atende desde a educação infantil até o ensino médio, além do curso normal, na área da educação. A cidade possui um importante núcleo de pesquisa referente à educação de surdos, na Universidade Federal de Santa Maria e, segundo Stolz (2019), foi uma instituição pioneira em ofertar o vestibular em Libras para candidatos Surdos.

As três cidades contam com um Movimento Surdo atuante, possibilitando a atuação constante da Comunidade Surda. Não cabe aqui trazer o histórico de cada uma, mas nas vivências com as pessoas e com acesso a história desses locais, o protagonismo surdo e de suas famílias se sobressai e esse é um fator relevante para esta pesquisa, pois é possível haver nessas cidades relatos de Surdos e em Libras, nos casos de atuações sociais significativas, existindo assim motivação para o registro de entrevistas orais de Surdos.

Elegidas as cidades da pesquisa, foi necessário fazer o levantamento dos espaços de memória em cada uma delas. Inicialmente foi feita uma pesquisa no Google em busca de arquivos históricos e centros de memória. Essa pesquisa primária nas três cidades gerou um total de nove resultados, sendo eles: (1) Porto Alegre: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho e Delfos Espaço de Documentação e Memória Cultural – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS; (2) Caxias do Sul: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, Centro de Memória Câmara Municipal de Caxias do Sul e Instituto de Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul – UCS; (3) Santa Maria: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria e Centro de Memória Edmundo Cardoso.

Nos contatos e entrevistas com os espaços de memória levantados pela pesquisa inicial, em Porto Alegre, recebeu-se a informação de mais dois locais que possuem acervos de História Oral na cidade, são eles: Repho – Repositório de entrevistas de História Oral – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e Centro de Pesquisa Histórica de Porto Alegre Casa Godoy. Entrando em contato com esses espaços, foi possível incluí-los na pesquisa, totalizando assim 11 espaços a serem investigados na primeira etapa da pesquisa.

Após o levantamento dos locais que apresentavam a possibilidade de verificação, foi necessário avaliar se esses espaços de memória possuíam acervos de História Oral e se eles registravam e armazenavam essas histórias ou se somente as armazenam. Para obter essas informações entrou-se em contato com cada uma das instituições e verificou-se, inicialmente, se elas possuíam acervos de História Oral, para que, em caso positivo, houvesse o agendamento de uma entrevista com o gestor do local ou com a pessoa responsável pelo projeto de entrevistas orais dentro da instituição.

O resultado desses contatos é apresentado no Quadro 1:

Quadro 1 – Cidades e espaços de memória que mantêm acervo de História oral

	Cidade	Espaço de Memória	Acervo de História Oral
1	Porto Alegre	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul	NÃO
2	Porto Alegre	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul	SIM
3	Porto Alegre	Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho	SIM
4	Porto Alegre	Centro de Pesquisa História de Porto Alegre Casa Godoy	SIM
5	Porto Alegre	Delfos Espaço de Documentação e Memória Cultural – PUCRS	SIM
6	Porto Alegre	Repositório de História Oral - Repho – URGs	SIM
7	Caxias do Sul	Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami	SIM
8	Caxias do Sul	Centro de Memória - Câmara Municipal de Caxias do Sul	SIM
9	Caxias do Sul	Instituto de Memória Histórica e Cultural – UCS	SIM
10	Santa Maria	Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria	NÃO
11	Santa Maria	Centro de Memória Edmundo Cardoso	NÃO

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Dos onze locais encontrados, em oito localizamos acervos de História Oral, o que nos dá um percentual 73% dos locais a serem entrevistados. Esse número nos indica a forte presença da História Oral nos espaços de memória, reafirmando a justificativa desta investigação em relação à existência do registro da Memória Oral da Comunidade Surda em Libras.

Das três cidades, a única em que não foi localizado acervo de História Oral é Santa Maria. Nos contatos telefônicos e por *e-mail* com esses dois espaços de memória da cidade, questionou-se se conheciam algum acervo de História Oral, e o retorno foi que não havia. Ainda assim, pesquisou-se no *site* da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, por entender que as instituições de ensino superior em muitos casos desenvolvem projetos referentes à História Oral e, por conta disso, têm seus próprios acervos. Assim, em contato com a Secretária da Direção do Centro de Ciências Sociais da Universidade, questionou-se se havia algum projeto

de História Oral na Instituição, nesse momento nos foi fornecido o contato do Gabinete de Projetos do Centro de Educação, o qual, após contato forneceu-nos o *link* do Portal de Projetos da UFSM, onde há o registro de 51.161 projetos. Realizei uma pesquisa com palavras-chave como HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIA, ENTREVISTA(S), MEMÓRIA ORAL, não sendo possível localizar nenhum acervo permanente de memória oral. Foram localizados dois projetos que utilizam a metodologia da História Oral, porém, são casos muito específicos e não englobam a temática desta pesquisa, sendo eles: *História oral de vida de professores de escolas particulares de nível técnico de Santa Maria/RS* e *História oral de professores de terapia ocupacional: quatro vidas, quatro histórias, quatro pontos do Brasil*. Como o objetivo era localizar acervos, e isso poderia ser verificado a partir de projetos que gerassem tais espaços de armazenamento de entrevistas orais, os referidos projetos não indicaram espaços de memória que pudessem ser incluídos nesta investigação. Em vista disso, a cidade de Santa Maria permaneceu como cidade integrante da pesquisa, porém, sem locais para possíveis investigações subsequentes.

Sobre os dois locais acrescentado a pesquisa, o Repho, como o nome já diz, é um repositório, ou seja, um local de armazenamento, servindo assim ao objetivo desta pesquisa. O Centro de Pesquisa Histórica de Porto Alegre relatou ter projetos de História Oral, porém, atualmente, com nenhum em execução. Além disso, foi-nos informado que a pessoa responsável pelos projetos, que poderia dar informações, já está aposentada, dessa forma, forneceram um *e-mail* por meio do qual entrou-se em contato com a ex-servidora e marcou-se uma entrevista, o que possibilitou incluir esse espaço nos locais de pesquisa.

A partir do levantamento dos espaços de memória das três cidades e da verificação dos locais que possuem acervo com entrevistas orais, foram agendadas as entrevistas. De todos os locais que afirmaram ter esses acervos, o único que não foi possível agendar entrevista foi o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, pois o diretor alegou estar impossibilitado de realizar videoconferência e se colocou à disposição para responder a um questionário, informando que, quando o Arquivo estivesse liberado para receber pesquisadores, estaria disponível para entrevistá-lo presencialmente. Como o envio de questionário não faz parte do método definido, não atendendo aos objetivos propostos nesta pesquisa, e trazendo um outro padrão de informações, optou-se por não enviar um questionário para o referido Arquivo e aguardar a possibilidade de realizar uma entrevista presencial caso houvesse tempo hábil até a análise dos dados.

No momento de realização desta pesquisa, do contato e das entrevistas a serem feitas com os gestores dos arquivos, tivemos a insurgência de uma pandemia causada pelo Covid-19.

Esse é um fato relevante para esta pesquisa, pois, a partir de março de 2020, o Rio Grande do Sul (assim como outros estados e países) entrou em estado de isolamento social, restringindo o acesso a muitos lugares, permitindo durante um período significativo somente o funcionamento de serviços essenciais. Nesse contexto, os arquivos e os centros de memória passaram um bom período sem poder receber pesquisadores presencialmente e, por conta disso, boa parte das entrevistas foram realizadas por videochamadas e gravadas, possibilitando assim a continuidade da pesquisa. Inicialmente, as entrevistas foram planejadas para serem presenciais, mas, com o advento de uma pandemia e de restrições severas aos espaços de memória, houve a necessidade de adiar algumas entrevistas e de adaptarmo-nos às plataformas virtuais como o Google Meet.

Após o levantamento dos espaços e seus acervos, o agendamento das entrevistas e os ajustes necessários devido à pandemia, foi estabelecida a seguinte lista de locais a serem investigados.

Quadro 2 – Espaços de memória selecionados para entrevista

	Cidade	Espaço de Memória
1	Porto Alegre	Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho
2	Porto Alegre	Centro de Pesquisa Histórica de Porto Alegre Casa Godoy
3	Porto Alegre	Laboratório de Fonte Oral -Delfos Espaço de Documentação e Memória Cultural – PUCRS
4	Porto Alegre	Repho - Repositório de entrevistas de História Oral – UFRGS
5	Caxias do Sul	Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami
6	Caxias do Sul	Centro de Memória – Câmara Municipal de Caxias do Sul
7	Caxias do Sul	Instituto de Memória Histórica e Cultural – UCS

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Conforme os dois quadros apresentados, foram levantados onze espaços de memória nas três cidades elegidas para a investigação. Dos onze, três não possuem acervo de História Oral, em um o gestor estava impossibilitado de dar entrevista, restando, dessa forma, sete locais a serem investigados em duas cidades.

4.2 CONSTRUÇÃO DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas com os gestores dos espaços de memória que possuem acervos com entrevistas orais integrando projetos de História Oral.

Após os contatos com as instituições referidas na seção 4.1, e uma breve explicação sobre o projeto, cada local indicou a pessoa responsável que poderia informar sobre os acervos e, assim, as entrevistas foram agendadas. Inicialmente, o objetivo era conhecer cada um dos locais e realizar a pesquisa *in loco*, porém, como relatado anteriormente, no momento da coleta de dados, muitos locais não estavam liberados para acesso a pesquisadores e, por conta disso, algumas entrevistas foram realizadas por videochamada e uma foi inviabilizada. Ainda assim, houve uma coleta significativa, com um total de sete entrevistas em duas cidades, possibilitando que as hipóteses levantadas no projeto tivessem uma quantidade de dados suficientes para que fossem verificadas.

Cada entrevista durou entre 40 e 50 minutos e, nesse tempo, foi possível abordar o registro da memória da Comunidade Surda, trazendo esclarecimentos sobre a Libras e a comunicação dos Surdos. No primeiro contato, aquele feito por telefone e/ou *e-mail*, já estava presente o tema da pesquisa e o objetivo, então ao iniciar as entrevistas foi feita novamente uma apresentação do projeto, de forma mais detalhada, assim como a apresentação da pesquisadora.

Foi organizado previamente um questionário para ser utilizado durante as entrevistas. As questões propostas serviram como base para a investigação e foram inseridas ao longo da conversa com os entrevistados. Nesse sentido, foi utilizado um questionário semiestruturado, para guiar a entrevista, em que as perguntas inseriram os assuntos a serem abordados, possibilitando respostas abertas, ampliando a discussão sobre o tema e permitindo que, além da coleta de dados, houvesse também esclarecimentos sobre a importância do registro da memória oral na Comunidade Surda em Libras. As perguntas estão organizadas em três direções de investigação: (a) o espaço de memória; (b) a relação com a História Oral; e (c) a relação com a Comunidade Surda e Libras. A seguir as perguntas do questionário:

Quadro 3 – Questionário

(continua)

1	Nome da instituição e cidade.
2	Nome do entrevistado, formação e período que trabalha na instituição/projeto.

(conclusão)

3	A instituição realiza coleta de entrevistas a partir do método da história oral?
4	Em que situações a instituição coleta entrevistas com o método da história oral? Quais são os critérios para que seja feita a coleta de narrativas?
5	De que forma são feitas as entrevistas de História Oral?
6	<p>Existe algum caso de registro de memória, pelo método da história oral, de narrativa feito por pessoa surda na instituição? (Em caso afirmativo, seguir até 6.4, senão, pular a pergunta 7).</p> <p>6.1 – Como foi realizada a coleta e o registro dessas entrevistas?</p> <p>6.2 - Foram utilizados profissionais da área de tradução e interpretação em Libras para essa coleta e registro? Como isso foi feito?</p> <p>6.3 – Esses profissionais fazem parte do quadro de funcionários da instituição ou têm algum outro vínculo?</p> <p>6.3.1 – Há informações sobre os profissionais que atuaram, como qualificação, experiência profissional?</p> <p>6.3.2 – Vocês consideram confiável o trabalho feito por esses tradutores/intérpretes?</p> <p>6.4 – Em caso de coleta de narrativas em Libras, por pessoas surdas, é possível acessar os registros nessa língua?</p>
7	Existe algum procedimento específico para o atendimento/coleta de entrevistas de pessoas surdas na instituição? Qual?
8	Quão importante vocês consideram que as narrativas das pessoas surdas sejam coletas, registradas e disponibilizadas em Libras?
9	O que impede que a coleta, o registro e a disponibilização sejam feitos em Libras?

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Nenhum dos entrevistados teve acesso direto ao questionário, pois, o intuito era de que as respostas surgissem ao longo da entrevista e que os gestores pudessem também se expressar de forma espontânea em relação ao tema abordado. Além disso, as entrevistas foram registradas em vídeo, permitindo a captação das informações relatadas de forma sistêmica, que além do

registro da voz também considerou a expressão dos entrevistados como um todo, assim como entendemos que devem ser os relatos de memória.

As questões propostas visaram a nortear as entrevistas e abordar os pontos principais para que fosse possível posteriormente a análise dos dados. A verificação se haviam acervos com entrevistas orais nos espaços de memória foi feita, inicialmente, por contato telefônico ou por *e-mail*, sendo assim, as entrevistas foram agendadas somente com os espaços que atendiam aos requisitos deste estudo.

A partir dessas informações, previamente verificadas, as entrevistas seguiram na direção de, inicialmente, conhecer o espaço de memória e a pessoa responsável pelo(s) projeto(s) investigados. Na sequência, as perguntas tinham por objetivo investigar como eram esses projetos e como eram selecionados grupos ou comunidades para serem entrevistados e compor esses acervos. Compreender como eram feitas as entrevistas orais, saber de que forma e que recursos foram utilizados para o registro, arquivamento e disponibilização das memórias também foi importante para verificar, por meio das perguntas seguintes, as possíveis barreiras existentes na utilização da Libras como língua prioritária de registro.

Nesse sentido, as perguntas iniciais possibilitaram saber sobre as entrevistas que compõem esses acervos de História Oral, investigando quais eram os critérios para as coletas dessas memórias e as metodologias das entrevistas. Esse questionamento teve o intuito de levantar informações sobre por que existe ou não acervos com entrevistas de pessoas que pertencem à Comunidade Surda, e se de alguma forma existem critérios que contemplem a memória oral dos Surdos. No processo de verificação, era sabido que poderia ser encontrado ou não entrevistas de Surdos nesses espaços, dessa forma, o relato dos entrevistados precisava atender aos critérios previstos, os quais orientaram as coletas e a forma como as entrevistas seriam conduzidas.

A pergunta (6) aborda a existência de registros de memória narrado por um Surdo ou que englobe algum aspecto da Comunidade Surda como temática. A resposta a essa questão direcionaria o restante da entrevista. No caso de a resposta ser positiva, o questionário seguiria buscando informações sobre o tratamento dado à comunicação na ocasião relatada, explorando a Libras e a forma como o Surdo teve seu relato registrado, arquivado e disponibilizado pela instituição. Em caso negativo, as questões específicas sobre as entrevistas de pessoas surdas eram omitidas e o direcionamento da entrevista passava então a identificar se haviam procedimentos previstos para atender a Surdos, que possibilitasse que os relatos fossem registrados em Primeira Língua e se a instituição pesquisada considerava importante que as narrativas das pessoas surdas fossem coletas, registradas e disponibilizadas em Libras. As

perguntas objetivavam direcionar para problemáticas acerca da acessibilidade da Comunidade Surda, no que tange ao direito do registro da memória na sua língua.

A ordem e a direção dos questionamentos foram organizados para que se pudesse abordar as hipóteses levantadas no projeto, em caso de existência ou não de relatos de Surdos em entrevistas orais. Ou seja, se existem essas entrevistas como elas foram feitas e qual o tratamento dado, no sentido de coleta, registro e armazenamento e, no caso de não existirem, buscar informações que esclareçam o porquê de a Comunidade Surda não estar sendo contemplada nesses espaços de memória, qual o impedimento para que isso aconteça.

As sete entrevistas realizadas para esta pesquisa foram gravadas e serviram de base de dados para análise de como a memória oral da Comunidade Surda está sendo tratada nos espaços de memória do Rio Grande do Sul. A extração dos dados foi feita concomitante à etapa de realização das entrevistas. Os dados foram organizados com o objetivo de quantificar as informações obtidas, para serem apresentadas e analisadas na seção a seguir (4.3 Análise dos dados). Essa é uma pesquisa qualitativa e que tem como base os dados coletados e também quantitativa, como forma de analisar o panorama presente nos espaços de memória.

4.3 ANÁLISE DOS DADOS

O que será apresentado aqui é a compilação dos dados coletados nas entrevistas e as respectivas análises amparadas pelo referencial teórico apresentado nos capítulos 2 e 3.

Seguindo a ordem das perguntas do questionário e por decorrência também a ordem das entrevistas, em um primeiro momento, vamos apresentar e analisar os dados dos espaços de memória, posteriormente, os projetos, o método e a disponibilização das entrevistas e, por último, como esses espaços tratam a Memória Oral da Comunidade Surda. A separação dessas três abordagens favorece a compreensão das diferenças entre os diversos espaços de memória e de como eles se relacionam (ou não) com a Língua Brasileira de Sinais.

Na mesma direção, apresentaremos as informações coletadas nas entrevistas com os espaços de memória de forma sintética, pois, como já relatado, cada uma dessas conversas durou em torno de 50 minutos. Dessa forma, esses dados foram organizados em um quadro, possibilitando assim a observação cruzada entre as questões e as respostas dos respectivos espaços.

Quadro 4 – Apresentação dos espaços de memória

	Cidade	Espaços de memória	Pública ou privada	Mantenedora	Servidores e funcionários
1	Porto Alegre	Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho	pública	Prefeitura	um arquivista e estagiários
2	Porto Alegre	Centro de Pesquisa Histórica de Porto Alegre	pública	Prefeitura	um arquiteta e estagiários
3	Porto Alegre	Laboratório de Fonte Oral - Delfos Espaço de Memória e Documentação Cultural - PUCRS	privada	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	uma professora/historiadora, alunos da disciplina de História oral e bolsistas de iniciação científica
4	Porto Alegre	Repositório de entrevistas de História Oral – UFRGS	pública	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	uma historiadora e estagiários
5	Caxias do Sul	Banco de memória - AHJSA	pública	Prefeitura	uma historiadora e uma estagiária
6	Caxias do Sul	Centro de memória - Câmara Municipal de Caxias do Sul	pública	Câmara de Vereadores	um historiador
7	Caxias do Sul	Instituto de Memória Histórica e Cultural - U CS	privada	Universidade de Caxias do Sul	um historiador, parceria com professores da instituição e estagiários

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Como já relatado sobre a dinâmica das entrevistas, inicialmente, todos os entrevistados se apresentaram, especificando sua formação, bem como o tempo de atuação na instituição e, em seguida, apresentaram o espaço de memória que estavam representando.

Dos sete casos, cinco contam com historiadores com formação superior, sendo eles: Laboratório de Fonte Oral – Delfos Espaço de Memória e Documentação Cultural – PUCRS; Repositório de entrevistas de História Oral – UFRGS; Banco de memória – Arquivo Histórico

Municipal João Spadari Adami; Centro de memória - Câmara Municipal de Caxias do Sul; e Instituto de Memória Histórica e Cultural – UCS. Os dois locais que não possuem atualmente historiadores atuando estão ligados à prefeitura de Porto Alegre, são eles: o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho e o Centro de Pesquisa Histórica de Porto Alegre Casa Godoy. O Arquivo conta com uma arquivologista, e o Centro de Pesquisa com uma arquiteta⁴⁵, como gestores e únicos servidores presentes no espaço.

Em relação ao quadro de funcionários, foi evidenciado que a maior parte dos espaços não tem uma equipe quantitativamente significativa para produzir, armazenar, transcrever e disponibilizar as entrevistas, isso levando em consideração que essas entrevistas derivam de projetos e que é necessário também recursos humanos para isso. Nesse sentido, os dois locais que apresentaram um quadro de colaboradores mais robusto em prol do registro da memória foram o Laboratório de História Oral – Delfos Espaço de Memória e Documentação Cultural – PUCRS, com a professora responsável pelo espaço, alunos e bolsistas, e o Instituto de Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul, por contar com um historiador(a), professores da instituição envolvidos em projetos e com estagiários, alunos e bolsistas.

Cabe aqui ressaltar, conforme apresentado na seção 4.2, que no Centro de Pesquisa Histórica de Porto Alegre Casa Godoy – CPH, quem nos concedeu a entrevista foi uma ex-servidora, que foi a última pessoa responsável pelos projetos de História Oral desse espaço de memória. Atualmente, não existe ninguém responsável por esses projetos. A referida servidora trabalhou em dois setores da prefeitura de Porto Alegre ligados à cultura, ingressou no serviço público na Assessoria de Estudos e Pesquisas, em 1991, onde permaneceu até 2003, nesse setor também trabalhou com História Oral além de pesquisa documental. Já no CPH, ingressou em 2008, onde permaneceu até se aposentar, em 2019. Sobre a formação, ela possui graduação em Ciências Sociais e Psicologia. Ao longo dos anos de trabalho no CPH houve vários historiadores na direção do setor e na execução dos trabalhos, assim como sociólogos.

Entre as perguntas do questionário, o tema abordado foi ampliado com as contribuições dos entrevistados e, nesses diálogos, dos dois locais que não possuem historiadores na gestão desses espaços de memória, foi revelado um descaso das gestões públicas com o patrimônio histórico material e imaterial da cidade, o que engloba a falta de recursos necessários para a manutenção dos projetos que passam e passaram por esses espaços, inclusive de recursos humanos.

⁴⁵ A referida arquiteta, hoje responsável pelo trabalho no Centro de Pesquisa Histórica de Porto Alegre Casa Godoy, não nos forneceu entrevista, visto que ela indicou a ex-servidora como a pessoa que poderia nos fornecer informações sobre o acervo de História Oral do CPH.

Com base nas entrevistas e na sistematização das informações coletadas, verificamos que dos sete espaços de memória dois são privados e os outros cinco são públicos. Esse é um fator relevante para a análise que será feita posteriormente, bem como para futuras pesquisas. Em relação às instituições e suas mantenedoras, foi verificado que três locais estão vinculados a instituições de ensino superior, sendo dois privados e o outro público. Dos três que não estão vinculados a instituições de ensino, dois estão ligados à Prefeitura Municipal e um à Câmara de Vereadores.

Os espaços de memória que estão ligados a instituições de ensino superior, como é de sua natureza, mostraram-se muito mais ligados à pesquisa, e os projetos são mais abrangentes em relação às histórias sociais, que são frutos principalmente das pesquisas acadêmicas. As três instituições ligadas ao meio acadêmico e que trabalham com a memória e a história oral, são: Laboratório de História Oral - Delfos Espaço de Memória e Documentação Cultural – PUCRS; Instituto de Memória Histórica e Cultural – UCS; e Repositório de Entrevistas de História Oral – UFRGS. Destas, duas são instituições de ensino superior comunitárias, ensino privado: a Universidade de Caxias do Sul e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Uma dentre elas é pública, a que corresponde ao Repositório de Entrevistas de História Oral - UFRGS.

Os responsáveis pelos três espaços de memória trouxeram em suas falas a necessidade de olhar para a Comunidade Surda, e de inserir os Surdos nos documentos históricos. Essa perspectiva será também abordada na terceira parte da análise dos dados, quando tratamos especificamente do registro em Libras.

Já os arquivos históricos e/ou públicos estão ligados às administrações do poder público e à salvaguarda das documentações desses governos. Evidentemente, essa diferenciação norteia até certo ponto os trabalhos das entidades de perpetuação da memória, porém, essa não é uma regra, visto que dois locais, o Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJA) e o Centro de Pesquisa Histórica (CPH) da cidade de Porto Alegre, são públicos e ligados à gestão municipal e apresentaram um nível muito avançado nas práticas de registro da memória oral em relação a ampliar as fontes de consulta dos processos históricos, transcendendo o caráter de arquivo de fonte documental oficial, registrando também as ‘vozes’ dos setores menos assistidos histórico e socialmente. É importante considerar que o CPH é por excelência um local de pesquisa e seu propósito se aproxima muito dos espaços de memória das instituições de ensino superior, que também são locais de pesquisa. Dessa forma, o trabalho do AHMJA impressiona pelo seu compromisso com a democratização do acesso a

documentos e fontes primárias, apresentam a memória e registrando documentos históricos por meio diferentes perspectivas sociais.

Especificamente falando sobre a cidade de Caxias do Sul, durante as investigações sobre os espaços de memória, localizamos 3 espaços que trabalham com a memória oral, e os historiadores ligados a essas instituições tiveram em comum sua formação acadêmica na Universidade de Caxias do Sul, talvez por ser a única que oferta o curso de Licenciatura plena em História na região presencialmente. É interessante analisar essa convergência que apareceu nos dados, pois, esses três historiadores trouxeram perspectivas importantes quanto a necessidade de ampliar cada vez mais as vozes (e as mãos) sociais presentes na história a partir da História Oral abrindo caminho para outras investigações sobre a formação, e a possível relação que essas têm com o reconhecimento da metodologia da História Oral na documentação que fomenta a escrita da História.

A seguir são apresentados os dados referentes aos acervos e entrevistas realizadas nos espaços de memória.

Quadro 5 – O acervo, o método e as entrevistas realizadas nos espaços de memória pesquisados

(continua)

	Espaço de memória	Projetos ligados à história oral	Método de entrevistas	Disponibilização das entrevistas
1	Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho	Não há projetos ligados à história oral. Há somente o arquivamento das entrevistas do projeto Memória dos Bairros, que foi desenvolvido pelo CPH.	Não há método, pois, não fazem entrevistas.	O pesquisador deve ir até o Arquivo para conseguir as transcrições das entrevistas.
2	Centro de Pesquisa Histórica de Porto Alegre	Ligado à memória oral da comunidade da cidade. Projeto Memória dos Bairros, História das Instituições, História da Secretaria Municipal da Cultura - 25 anos, Memória do Executivo de Porto Alegre – Depoimentos de Prefeitos, possui também outras e entrevistas desvinculadas de projetos.	Dividiam os entrevistados em grupos e assim faziam a entrevista com o apoio tecnológico e da equipe do Teatro Renascença e do Teatro Álvaro Moreira. Entrevistas feitas via áudio. Entravam em contato com as associações das comunidades ligadas ao objetivo da pesquisa.	Disponibilização pelo blog do CPH. Algumas informações ainda precisam ser pesquisadas presencialmente no Centro de Pesquisa.
3	Laboratório de Fonte Oral - Delfos Espaço de Memória e Documentação Cultural – PUCRS	Projetos ligados à pesquisa acadêmica dos alunos, projetos ligados à história da aviação e imigração. Projetos	Os alunos vêm com a temática, e constroem o projeto junto com o laboratório. O tema é	A disponibilização é feita diretamente ao pesquisador, à distância. O

	Laboratório de Fonte Oral - Delfos Espaço	ligados à pesquisa acadêmica dos alunos,	livre e o laboratório ensina como fazer a	pesquisador recebe o PDF, se ele está
--	---	--	---	---------------------------------------

(conclusão)

3	de Memória e Documentação Cultural - PUCRS	projetos ligados à história da aviação e imigração.	abordagem, como se apresenta, como fazer a rede de contatos. O aluno faz a entrevista, transcreve e analisa. Há projetos institucionais também.	no laboratório, a pesquisa pode ser feita nos computadores do laboratório.
4	Repositório de entrevistas de História Oral - UFRGS	Um projeto de entrevistas ainda não executado. Atua na salvaguarda da memória oral da comunidade acadêmica.	Não tem método de entrevistas, pois, até o momento não executa projeto com entrevistas.	As transcrições das entrevistas são disponibilizadas no site da instituição. Os vídeos e áudios são fornecidos por meio de contato com o Repositório.
5	Banco de memória - AHJSA	Setor ligada diretamente ao método de memória oral, dentro do Arquivo. Há em torno de 1300 entrevistas. São feitos projetos ligados à história da cidade.	Entrevistas são feitas por áudio. A funcionária desenvolve o projeto e estuda a temática. Usa o conceito de Rede de Contatos. Forte relação com a comunidade, que pede para ser entrevistada.	Disponibilizam a transcrição na íntegra, ou também podem ser disponibilizados trechos das entrevistas para o uso audiovisual.
6	Centro de memória - Câmara Municipal de Caxias do Sul	Projetos ligados à memória oficial da instituição. Há 15 entrevistas. Registro da memória política da cidade.	Entrevistas com ex-prefeitos e ex-vereadores. Começaram com os vereadores e servidores mais antigos que estavam vivos. Seguiram o critério cronológico.	As entrevistas são transcritas, mas não são disponibilizadas no site, apenas no Centro de Memória.
7	Instituto de Memória Histórica e Cultural - UCS	Atua em projetos da comunidade acadêmica, da comunidade local e com contratos.	Rede de contatos – indicações de entrevistados pela comunidade ou instituição que contrata. Parceria com cursos da Universidade (ex. Arquitetura e Urbanismo) e professores dos cursos.	As entrevistas são disponibilizadas diretamente para os projetos em que o Instituto é contratado. As entrevistas são disponibilizadas aos integrantes do projeto e não a pesquisadores não ligados ao projeto. As entrevistas feitas em vídeo precisam de autorizações para serem disponibilizadas. Há entrevistas feitas por alunos dos cursos de graduação, quem tem parcerias com o Instituto.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Para conhecer um pouco sobre esses espaços foram coletadas informações sobre os acervos de memória oral que utilizam entrevistas para registrar esses relatos e, com relação a esses acervos, foi identificado quais produzem e armazenam entrevistas e quais apenas armazenam. Essas informações possibilitam documentar quais são os métodos de registro das entrevistas orais, e quais espaços de memória possuem estrutura para a coleta de relatos em Língua de Sinais, visto que é uma língua visuoespacial e apresenta suas especificidades (ver capítulo 2, subcapítulo 2.1 Língua de Sinais).

Sobre os projetos de História Oral e as entrevistas realizadas nos sete locais pesquisados, somente o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho e o Repositório de entrevistas de História Oral – UFRGS⁴⁶, ambos em Porto Alegre, não produzem registros de memória, restringindo-se unicamente a armazenar e disponibilizar o material ao público interessado.

O Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, informações obtidas durante a entrevista⁴⁷, tem a prática de armazenar as fontes oficiais vindas da administração pública da cidade e não possui projetos referentes à História Oral. O acervo que possui diz respeito às entrevistas orais feitas pelo Centro de Pesquisa Histórica de Porto Alegre Casa Godoy, setor da Prefeitura. Entretanto, em 2018, o Arquivo decidiu fazer uma entrevista com o historiador e pesquisador Sérgio da Costa Franco, que está registrada em vídeo e publicada no *blog* do Arquivo. Essa entrevista sobre a parte acadêmica e a pesquisa no Arquivo histórico foi realizada, pois esse historiador escreveu alguns livros que servem como fonte nas pesquisas no Arquivo. Não existem projetos para a produção de entrevistas de História Oral, o caso relatado foi uma exceção, pois Franco foi convidado a participar da Semana do Patrimônio e, por já ter uma idade avançada não pode estar presente, oferecendo-se, assim, a fornecer uma entrevista.

O Centro de Pesquisa Histórica de Porto Alegre Casa Godoy, conforme relatado em entrevista⁴⁸, realiza pesquisas no âmbito de memória e patrimônio histórico da cidade de Porto Alegre. O setor foi criado a partir de um projeto de história oral voltado à comunidade, o projeto Memória dos Bairros. Mais tarde, elaboraram novos projetos de entrevistas com ex-servidores e ex-prefeitos. Para isso, foram feitas pesquisas documentais e focais, após dividiram os entrevistados em grupos e assim fizeram as entrevistas, com o aporte tecnológico dos Teatros Renascença e Álvaro Moreyra. As entrevistas já realizadas foram registradas em áudio, nunca

⁴⁶ No período da entrevista, foi relatado que o Repho irá iniciar a produção de entrevistas com relatos de História Oral relacionada a pandemia do Covid-19, mas, que essa pesquisa ainda não estava em execução.

⁴⁷ Entrevista concedida a Grasielle Pavan em 01 de setembro de 2020. Por questões éticas, o nome dos entrevistados não serão colocados nesta dissertação.

⁴⁸ Entrevista concedida a Grasielle Pavan em 15 de setembro de 2020.

houve entrevistas registradas em vídeo, e, posteriormente, foi feita a transcrição, visando à disponibilização ao público interessado.

Em relação ao acervo do CPH, destacamos o projeto Memória dos bairros, que tem, segundo o blog do Centro de Pesquisa Histórica de Porto Alegre [2020], “A pesquisa consistia em documentar práticas sociais desde as mais simples experiências cotidianas até as mais organizadas; preservando, reconstruindo e organizando a memória social das comunidades da cidade”, no caso da cidade de Porto Alegre. Foi por meio desse projeto que iniciou o CPH, em 1989. O setor basicamente foi formado por pesquisadores historiadores e sociólogos, assim como os diretores. Trata-se do registro da história social da cidade de Porto Alegre pelo relato de memória das comunidades, história contada por quem viveu determinados processos urbanos, revelando o sentimento de pertencimento dos moradores com seus bairros. A metodologia para o projeto era entrar em contato com associações, clubes, igrejas, sendo que cada comunidade indicava as pessoas a serem entrevistadas. Abordaremos especificamente esse projeto mais adiante a tratar da Memória Oral da Comunidade Surda, logo mais a frente na página 85.

O Laboratório de Fonte Oral - Delfos Espaço de Memória e Documentação Cultural – PUCRS existe desde 1998, criado pela professora Núncia de Constantino. Em entrevista⁴⁹, a atual coordenadora do Laboratório, afirmou que está diversificando a abordagem do espaço, que hoje possui pesquisas com empresários, muitas pesquisas de alunos de mestrado e doutorado que são deixadas no Laboratório. Em relação aos alunos que passam pelo laboratório durante a disciplina de História Oral, esses têm maior autonomia em relação à escolha de seus temas, orientados por um docente. O acervo possui em torno de 600 entrevistas e que pretendem disponibilizar para o público, contudo, seria necessário melhorar a área para disponibilização das entrevistas.

Aqui cabe definir o papel do Laboratório de Fonte Oral e do Delfos Espaço de Memória Histórica e Cultural. Há na instituição o Laboratório de História, que é composto de laboratórios menores: Laboratório da Imagem e do Som, Laboratório de Fonte Escrita e o Laboratório de Fonte Oral. São laboratórios para as disciplinas do curso de História da instituição, que contam com um espaço conjunto para a realização de práticas. A maior finalidade do laboratório não é tanto guardar documentos, mas, sim, ensinar a fazer pesquisas com o método da história oral, ou seja, é voltado para o meio acadêmico. O Delfos foi criado posteriormente, é um acervo que faz parte da biblioteca da Universidade, e que comporta uma

⁴⁹ Entrevista concedida a Grasielle Pavan em 05 de outubro de 2020.

diversidade de acervos algumas advindas de doações de outras bibliotecas, acervos literários e também o que é produzido pelo Laboratório de História, e no caso específico desta investigação, o Laboratório de Fonte Oral.

Conforme entrevista⁵⁰, o Repho surgiu da identificação da necessidade de criar um espaço que centralizasse as entrevistas de pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e que esse material saísse dos acervos privados para um acervo aberto ao público. Esse espaço de memória trabalha na salvaguarda das entrevistas, entretanto, a professora responsável pela coordenação afirmou que possuem projetos para produção e coleta de entrevistas e que em breve estariam executando esses projetos. O repositório tem cerca de 70 entrevistas. Há um projeto sobre COVID-19⁵¹ com estudantes de baixa renda da Universidade para o qual o repositório fará entrevistas.

O Banco de Memória do Arquivo Histórico João Spadari Adami, Conforme entrevista⁵², em relação aos projetos de História Oral, é de extrema importância destacar que possui um acervo admirável, com cerca de 1300 entrevistas, e hoje trabalha apenas com uma funcionária e alguns estagiários, e esses são responsáveis por produzir as entrevistas (registrar as memórias), transcrever, armazenar áudio e transcrição, além de fornecer acesso às transcrições e trechos de áudios a quem solicita para uso em materiais audiovisuais. Durante esta pesquisa não foi localizado algum outro projeto de História Oral que contenha um acervo próxima ao do Banco de Memória e, durante a entrevista com a pessoa responsável pelo acervo, foi relatado que entre os arquivos que conhece não existe outro que tenha um acervo similar.

Como forma de exemplificar a afirmação sobre o Banco de Memória em relação à quantidade de entrevistas são trazidas informações sobre outros acervos pesquisados, a partir das informações disponibilizadas no site da Associação Brasileira de História Oral, indicando alguns centros e laboratórios, e conseguimos assim verificar⁵³ locais referência em outros estados, como por exemplo: CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (UNOCHAPECÓ) o qual consta com 562 fichas de transcrição oral; CPDOC CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas que possui 1246 entrevistas; LABHOI – Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense que consta com 475 entrevistas de áudio e 34 arquivos

⁵⁰ Entrevista concedida a Grasielle Pavan em 24 de julho de 2020.

⁵¹ Esse projeto está sendo desenvolvido por diversas instituições de ensino superior, e nesta pesquisa foi identificado que o Laboratório de Fonte Oral da PUCRS também está participando da coleta e registro das entrevistas.

⁵² Entrevista concedida a Grasielle Pavan no dia 26 de agosto de 2020.

⁵³ A verificação foi feita diretamente com os acervos por e-mail e contato telefônico.

audiovisual.⁵⁴; LHO – Laboratório de História Oral da Univille, que possui 653 entrevistas distribuídas em 42 acervos. Diante desses dados, é possível confirmar que o acervo de História Oral do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami está acima da média em relação a outros arquivos, e que o único acervo que possui praticamente a mesma quantidade de entrevistas é o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas.

Quanto ao Banco de memória, este possui em torno de 1300 entrevistas. Tem relação com a área do jornalismo, já que Liliana Alberti Hendrichs, ao concebê-lo, já tinha experiência em rádio. O Banco foi criado com o objetivo de entrevistar pessoas idosas da região da Serra Gaúcha, que eram filhos de imigrantes italianos (nascidos em torno de 1890). Está relacionado também à microhistória da urbanização da cidade de Caxias do Sul: história dos bairros. Com relação ao projeto sobre a ditadura militar, foram entrevistados 17 presos que foram torturados nesse período. Essas entrevistas, dos projetos mencionados, buscaram registrar questões que não estão documentadas de outra forma. Nesse espaço há também registros sobre a história de bairros da cidade de Caxias do Sul, como o Jardelino Ramos. Há na Instituição um projeto que se chama Recorte da Cidade, que retrata a história de bairro, com base na memória oral, pois não há registros em livros; história de vida, podendo fazer parte de uma temática específica de algum projeto ou não.

Sobre o Centro de Memória da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, e seu acervo sobre entrevistas de História Oral, em entrevista⁵⁵, coletamos as seguintes informações. O Centro iniciou seus trabalhos em relação à memória oral registrando os relatos que corriam risco de perder-se. Então, iniciaram com os vereadores e servidores mais antigos que estavam vivos, seguindo o critério cronológico. Na verdade, foi um projeto que não rendeu muitos frutos o que o levou a ser encerrado, pois como basicamente é composto de relatos de políticos, essa memória dificilmente escapa de uma memória pré-concebida, no sentido de não agregar informações além das já documentadas pelas fontes oficiais. Foram feitas apenas 15 entrevistas somente em áudio, com transcrição posterior. Cabe ressaltar que esse é um espaço de memória voltado a guardar a memória do legislativo caxiense, ampliado também para a memória do executivo pela ligação direta entre o poder público. Não identificamos aqui um acervo voltado a comunidades ou a grupos sociais, como vimos nos outros locais pesquisados, mas, sim, a perpetuação da memória de quem dita a história, dos governantes e do poder público, que enquanto olhar histórico é por definição excludente.

⁵⁴ Informações atualizadas até o período anterior a pandemia do Covid-19.

⁵⁵ Entrevista concedida a Grasielle Pavan no dia 02 de setembro de 2020.

Com relação ao acervo do Instituto de Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul, informações também obtidas em entrevista⁵⁶, este teve seu início com projetos de história oral a partir da década de 1970, quando ainda se chamava Instituto Superior Brasileiro e Italiano de Estudos e Pesquisas, e que tinha o intuito de registrar a história da imigração italiana. Começaram realizando entrevistas, na década de 1980, com antigos professores. Nos projetos da região de abrangência da Universidade, em que o Instituto é contratado ou ganha alguma licitação, em geral, os projetos surgem a partir de indicação de pessoas interessadas em determinado tema, isto é, dos contratantes do serviço. Um exemplo disso, é uma pesquisada solicitada pela Câmara de Indústria e Comércio de Caxias do Sul (CIC), que indicou as pessoas a serem entrevistadas. No caso de pesquisas encaminhadas por alguns municípios, todas as pessoas entrevistadas também foram indicadas pela respectiva prefeitura. Já nos casos em que o IMHC tem conhecimento da comunidade a ser pesquisada, o próprio IMHC indica os entrevistados ou envolve um pesquisador que tenha esse conhecimento.

Existe uma demanda institucional de estágios curriculares obrigatórios do curso de Arquitetura e Urbanismo, e os acadêmicos têm O IMHC como referência. Trata-se de um trabalho de campo nas comunidades e que registra a memória oral e a paisagem cultural, com metodologia própria. Apresenta-se esse exemplo, falando sobre o acervo desse espaço de memória, para demonstrar como a História Oral transita entre diversas ciências, como um método transdisciplinar, que possui relação com o ensino e a aprendizagem e faz parte das vivências dos acadêmicos que frequentam o Instituto.

Outro exemplo é a salvaguarda do patrimônio cultural por regiões que foram atingidas pela construção de barragens e usinas hidrelétricas. Foram 5 projetos, que resultaram em vários acervos de memória oral e incorporam entrevistas. Em torno de 2007, houve um projeto com apoio da União Europeia, para o registro do patrimônio rural de Caxias do Sul, chamado de projeto Victor Urbal – que foi a entidade que deu apoio para a realização desse projeto. Esse projeto resultou também em um grande acervo de memória oral, que conta com entrevistas feitas com moradores, especialmente, da região de Caxias do Sul. Em 2009, a professora Luiza Iotti assumiu a direção do Instituto e, em torno de 2012, foi feito um projeto para a comunidade de Santa Lúcia do Piaí, que resultou em um pequeno acervo de memória oral. Foi um projeto em conjunto com a Associação dos Moradores do Distrito. Vários acervos de história oral foram formados pelo IMHC, são acervos visuais e audiovisuais, que foram incorporados à pesquisa

⁵⁶ Entrevista concedida a Grasielle Pavan no dia 25 de agosto de 2020.

com vídeo, com produção videográfica, e à produção de documentários. Muitos desses projetos resultaram em relatórios e publicação de livros e documentários sobre as comunidades.

Devidamente abordados os espaços de memória e seus acervos de História Oral, agora nos debruçamos sobre a Língua Brasileira de Sinais nesses locais. O quadro 6 apresenta a relação Libras e espaços de memória.

Quadro 6 – A Libras nos espaços de memória

(continua)

	Espaço de memória	Acessibilidade da comunidade surda	Importância do registro da memória em libras	Impedimentos para entrevistas e disponibilização em libras
1	Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho	Não existe registro de entrevistas com pessoas surdas. Não há procedimento específico para o atendimento do pesquisador surdo.	É importante ter preparo do pessoal para esse serviço.	Condições técnicas e recursos humanos.
2	Centro de Pesquisa Histórica de Porto Alegre	Não existe registro de entrevistas com pessoas surdas. Não há procedimento específico de atendimento ao pesquisador surdo.	É preciso abrir espaço para a inclusão, e o poder público tem esse dever.	Desconhecimento sobre o público. Não identificaram obstáculos, pois nunca se depararam com uma situação dessa natureza.
3	Laboratório de Fonte Oral - Delfos Espaço de Memória e Documentação Cultural - PUCRS	A PUCRS tem políticas afirmativas, há aulas de Libras, e muitos professores solicitam tradução simultânea, porém não é uma realidade que chegou ao laboratório. Possuem um laboratório especializado nas práticas de ensino e aprendizagem de alunos cegos e surdos. A amostragem de alunos surdos é baixa, eles não	É importante dar visibilidade à comunidade surda. precisamos ter conhecimento do que existe para minimizar os efeitos.	O impedimento é a vontade do pesquisador. Não chegou nenhum aluno que tenha proposto este tema, e a pesquisadora não abriu uma agenda para este assunto. Nunca houve o despertar de curiosidade. Outra questão é o domínio de Libras, o que não seria problema, já que

(continuação)

		chegam à Universidade. Libras está nos currículos, mas não há alunos surdos. Não há relatos de pessoas surdas no laboratório.		muitos alunos têm esta habilidade. As políticas afirmativas são muito importantes, pois é desta forma que as instituições privadas abrem espaços. No momento em que chegar a demanda, haverá pesquisa.
4	Repositório de entrevistas de História Oral - UFRGS	Não existe registro de entrevistas com pessoas surdas. Não há procedimento específico para o atendimento do pesquisador surdo.	É adequado e estudam uma tecnologia para o registro.	Tempo é um fator, não tem entrevistas com este grupo é outro e também a limitação tecnológica.
5	Banco de memória - AHJSA	Registro da entrevista com um Surdo (que está no Centro de memória da Câmara de Vereadores). Não há procedimento específico de atendimento ao pesquisador surdo.	É uma questão de direito. Os surdos devem ser contemplados no registro de suas memórias.	Condições técnicas e recursos humanos.
6	Centro de Memória - Câmara Municipal de Caxias do Sul	Registros das citações do vereador surdo. Registro da entrevista de um Surdo (que foi uma parceria e pertence ao Banco de Memória). Não há procedimento específico de atendimento ao pesquisador surdo, porém há profissionais intérpretes na Instituição e o funcionário do Centro de memória tem um breve conhecimento	A disponibilização das entrevistas é importante para os ouvintes aprenderem a desenvolver técnicas para esta comunicação	Não há impedimentos para a disponibilização e registro da memória oral dos surdos. Em termos técnicos nada impede. A rede municipal pode disponibilizar intérprete. O arquivo da câmara é de vanguarda. Existem dificuldades de recursos materiais e humanos, mas impedimentos não há.

(conclusão)

		de LIBRAS. No caso da tradução do vereador surdo para o português, havia uma intérprete que traduzia o que ele sinalizava. Isso é memória oficial.		
7	Instituto de Memória Histórica e Cultural - UCS	Não existe registro de entrevistas com pessoas surdas. Não há procedimento específico para o atendimento do pesquisador surdo, pois, não houve demanda.	É fundamental, pois permite o fortalecimento da informação sem a interpretação de terceiros na fonte. Existe aporte tecnológico.	Não há impedimento, já que a universidade tem recursos humanos e tecnológicos para as entrevistas e disponibilização.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

O primeiro aspecto que apresentaremos nesta etapa da análise de dados é a questão motivadora deste projeto: a existência de Memórias Orais em Libras da Comunidade Surda. Para que isso fosse abordado, a seguinte pergunta foi feita a todos os entrevistados:

6 – Existe algum caso de registro de memória, pelo método da história oral, de narrativa feito por pessoa surda na instituição?

Por meio desta pesquisa e das entrevistas realizadas com os espaços de memória, verificamos que um dentre os sete locais pesquisados já teve a experiência de registrar a memória oral da Comunidade Surda. Esse registro de memória foi realizado em parceria entre dois espaços de memória. A entrevista foi produzida e faz parte do acervo do Banco de Memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, sendo então o único local possuírem que foi identificada uma entrevista oral de um Surdo, e que, ainda assim, não armazena a gravação em vídeo, somente em áudio e a respectiva transcrição para disponibilização ao público. O tema da entrevista é a criação do Instituto de Educação de Surdos em 1960, na cidade de Caxias do Sul. Os demais espaços não possuem nenhuma entrevista e não têm conhecimento de relatos de história Oral da Comunidade Surda ou de Surdos.

A entrevista em Libras que foi localizada por esta pesquisa é a mesma que está relatada na Introdução deste estudo e no capítulo 1 desta dissertação. O que aconteceu nesse caso é que esse relato foi uma demanda que chegou ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami por interesse do entrevistado, que entendeu a importância de compartilhar alguns documentos

particulares com um local de pesquisa de amplo acesso. Na ocasião, a pessoa que recebeu os documentos no Arquivo percebeu que esse era um relato que poderia virar uma entrevista e acionou o Banco de Memória, setor do Arquivo, para verificar a viabilidade de registrar essa memória. Esta pesquisadora, como intérprete voluntária, esteve presente na entrega dos documentos e no relato da memória oral, e por conta disso, conhece o processo pelo qual passou esse caso. A gravação não foi realizada nas dependências do Arquivo, pois, não existia recurso técnico para o registro em vídeo, então, o Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul auxiliou nesse processo. Em um relação de colaboração entre os dois espaços de memória foi acordado que a entrevista fosse feita nas dependências da TV Câmara e que posteriormente fosse enviado ao Banco de Memória do AHMJSa para ser arquivado e nesse espaço a transcrição disponibilizada para pesquisas, e foi dessa forma que esse registro foi feito.

A entrevista foi feita pelo Banco de Memória do AHMJSa, no estúdio da TV Câmara, e teve a presença de duas intérpretes voluntárias que acompanharam o Surdo entrevistado. Durante a entrevista, a mediação entre o par linguístico Libras e Português foi feita pelas profissionais Tradutoras Intérpretes de Libras. Sendo assim, o vídeo já conta com a interpretação, em voz, da Libras para a Língua Portuguesa, e o registro em Libras pela sinalização do entrevistado. Entretanto, a disponibilização dessa entrevista será feita somente com a transcrição em Língua Portuguesa. Isso significa que, mesmo com a Libras fazendo parte do processo de registro da memória, a Língua de Sinais não fará parte da memória de acesso ao público.

Ao realizar as entrevistas para esta pesquisa, estivemos nos dois locais, no Banco de Memória do Arquivo e no Centro de Memória, e pudemos verificar, pessoalmente, onde se encontrava localizada essa entrevista no momento da realização desta dissertação. O Banco de Memória relatou que solicitou a entrevista ao Centro de Memória, mas que esta nunca foi enviada. Já o Centro de Memória acreditava que a entrevista já tinha sido enviada. Aproveitando o ensejo, durante a entrevista no Centro de Memória questionamos sobre essa situação e foi localizada a gravação nos arquivos da TV Câmara, então solicitamos que fosse enviada ao Banco de Memória, conforme combinado na época do registro. Antes de encerrar esta dissertação verificamos novamente se a entrevista já estava em posse do Banco de Memória e o retorno que recebemos é que estava sendo verificado.

O projeto Memória dos Bairros do Centro de Pesquisa Histórica de Porto Alegre Casa Godoy, em especial, revelou-se muito interessante para esta pesquisa, por ter uma abordagem histórica contada a partir das comunidades e trouxe a perspectiva de possível localização de referências da Comunidade Surda pelos bairros da cidade de Porto Alegre, afinal, dentro da sua

metodologia existia a preocupação de ouvir as memórias das comunidades e entidades representantes do objeto investigado. O projeto resultou em publicações que contam a história de 19⁵⁷ bairros da cidade, pesquisados com a metodologia da História Oral, e localizamos parte dessa pesquisa organizada em um livro escrito pelo CPH, em 2005. Foi possível verificar que entre os bairros pesquisados e apresentados na referida publicação, está o bairro Jardim Botânico, onde há a presença da Sociedade dos Surdos do Rio Grande do Sul - SSRS, que está localizada nesse endereço desde 1980/81. A SSRS foi fundada em 1962⁵⁸, e durante a sua trajetória passou pelos bairros Santa Cecília, Centro e Jardim Botânico. Esses três bairros estão no projeto Memória dos Bairros e são contemplados no livro, entretanto, não existe nenhuma referência à Comunidade Surda, e à SSRS que é a associação de Surdos mais antiga do Estado, e é referência para as demais existentes atualmente.

Outro caso, além do Centro de Pesquisa de Porto Alegre, em que foi verificada a possibilidade de uma entrevista oral com um Surdo, é o Centro de Memória da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul. Atualmente, nesse acervo, não existe nenhuma entrevista oral que tenha ligação com a Comunidade Surda. As entrevistas existentes são de ex-prefeitos e de ex-vereadores e, pela natureza desse espaço de memória e da metodologia empregada, é necessário que tenha existido surdos ocupando cargos no poder legislativo e executivo da cidade de Caxias do Sul. Nesse caso, temos um único caso recente de um vereador Surdo no mandato, que corresponde ao período entre 2017 e 2020. O ex-vereador foi também coordenador da Coordenadoria da Acessibilidade que, segundo Bevilaqua (2019), foi o primeiro vereador surdo de Caxias do Sul e possivelmente o quarto vereador Surdo do Brasil, sendo o único do estado do Rio Grande do Sul⁵⁹. É um fato recente e também é um fator a ser considerado já que um dos critérios para o registro das entrevistas orais nesse acervo é o cronológico, e, por conta disso, talvez essa ainda não seja uma possibilidade, porém, o referido vereador não estava mais no cargo no momento da realização desta pesquisa. Sendo assim, identificamos que, nesse caso, existe a possibilidade de registro de memória oral em Libras de um Surdo e que por sua natureza, o Centro de Memória é o espaço que tem por finalidade fazer o registro.

Tanto o Centro de Pesquisa Histórica como o Centro de Memória são dois espaços que foram verificados nesta pesquisa como muito próximos a possibilidade de terem memórias da Comunidade Surda registradas a partir do método da História Oral. Em um observação mais

⁵⁷ Informação disponibilizada em entrevista pelo Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

⁵⁸ Houve uma associação anterior, a Associação dos Surdos Mudos do Rio Grande do Sul (ASMRGS) fundada em 5 de outubro de 1955, e que após fechamento foi retomada como Sociedade dos Surdos do Rio Grande do Sul em 14 de abril de 1962.

⁵⁹ Da gestão 2017-2020.

cautelosa, o CPH demonstra ter maior potencial, por já ter encerrado o projeto e por ter circulado por bairros em que a Comunidade Surda tem um movimento ativo, do que o Centro de Memória, que tem a possibilidade de registrar a memória de um político surdo, mesmo que o fato/acontecimento tenha ocorrido no tempo presente⁶⁰. Ou seja, seria muito mais provável aparecer entrevistas orais de Surdos ligados aos bairros em que o Movimento Surdo tem visível atuação, e que já está encerrado, do que em um caso único e que ocorreu a pouco tempo. Porém, independentemente da distância temporal, foi verificado em ambos os locais a não percepção da memória oral ligada à Comunidade Surda.

Sobre os demais locais, o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho e o Repositório de História Oral da UFRGS não produzem entrevistas e não desenvolvem projetos nesse sentido, apenas atuam na salvaguarda dos acervos. Nesses dois casos, não consideramos esses espaços como locais com possibilidades de registrar as memórias da Comunidade Surda, afinal, as produções são feitas por outros setores ou pesquisadores, e o único que fez parte da pesquisa foi o CPH, e que já foi abordado aqui anteriormente.

Já Laboratório de Fonte Oral – PUCRS tem em sua essência a produção acadêmica, por estar diretamente ligado à disciplina de História Oral, a pesquisas de trabalho de conclusão de curso, dissertações e teses. As pesquisas ali realizadas têm um caráter subjetivo, visto que são, em sua maioria, propostas pelos acadêmicos, juntamente com os projetos específicos do Laboratório. Com relação a isso, existe a possibilidade de que temas diversos surjam em meio a essas pesquisas e, mesmo assim, a Comunidade Surda não foi alvo de investigação desse núcleo acadêmico. A justificativa para essa ausência foi que esse tipo de demanda precisa vir dos acadêmicos e que até hoje isso não aconteceu. Não vemos aqui nenhum tipo de aproximação da Comunidade Surda com esse espaço e nem ao contrário, isso é algo que deve ser levado em consideração, afinal porque a história da Comunidade Surda não chega aos espaços de memória que estão abertos a registrar a memória da comunidade e dos diferentes grupos sociais? Essa questão é complexa para ser abordada nesta dissertação, mesmo assim, a retomaremos nas considerações finais.

No que tange ao Instituto de Memória Histórica e Cultural da UCS, foi relatado que nunca foi desconsiderada uma entrevista por conta de o entrevistado ser Surdo, pois, na verdade nunca houve indicação para esse grupo ser incluído em algum projeto. E, se houvesse algum caso de entrevista de Surdos, haveria a possibilidade de utilizar tradutores intérpretes de Libras

⁶⁰ A relação entre a memória e o tempo é um fator a ser considerado no registro da memória. Essa memória pode ser registrada como memória da história do tempo presente, não havendo impedimentos para seu registro no período vigente do mandato.

da Universidade de Caxias do Sul. Nesse sentido, o IMHC entende que essas histórias precisam ser registradas em Libras, considerando que parece existir uma invisibilidade da Comunidade Surda, colocando-se, dessa forma, à disposição para pensar futuros projetos e possíveis parcerias com profissionais que saibam Libras para atuar no registro e transcrição de suas memórias.

A segunda questão que abordaremos aqui é a como os espaços de memória percebem a importância do registro da Memória Oral da Comunidade Surda em Libras, por meio da seguinte questão:

7 – Quão importante vocês consideram que as narrativas das pessoas surdas sejam coletas, registradas e disponibilizadas em Libras?

Todos os espaços de memória expressaram que consideram importante registrar a memória da Comunidade Surda em Libras, porém, também expressaram algumas limitações para que isso o que abordaremos mais adiante.

As palavras que apareceram nas entrevistas, em relação a importância da Libras no registro da Memória da Comunidade Surda, e que destacamos aqui são: direito, visibilidade, fonte autêntica, inclusão. Para trazer as percepções sobre isso, destacamos alguns trechos das entrevistas e apresentamo-las a seguir:

Centro de Pesquisa Histórica de Porto Alegre Casa Godoy (2020):

Esta invisibilidade do surdo é gritante, não somente pelas perguntas do acervo, que não foi pensado nos lugares de memória, mas quanto isso é um reflexo de uma sociedade que praticamente desconsidera a língua de sinais. E quanto a falta dessa importância para que o surdo se inclua e possa compartilhar. O quanto isso poderia ser transformador para todos nós, não somente para os surdos, que é uma especificidade. É uma diferença que não deveria ser excluída, deveria ser incluída. Por que a sociedade não é dos não surdos, é de todos.

Laboratório de História Oral – PUCRS (2020): “É muito importante pela questão da invisibilidade. Na história também precisa-se trabalhar coisas invisíveis. Foi surpreendente olhar o número de surdos no Brasil, pois, para a pesquisadora, eles são invisíveis”.

Banco de Memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (2020):

Faz parte, são pessoas portadoras de uma deficiência, por que não contemplar elas? São pessoas como as outras, estão fazendo história e têm uma memória. Tem que incluir, para estarem representadas, assim como outras pessoas com deficiência que também não são contempladas, com suas visões sobre a sociedade, se tem sentimentos de pertencimento. É importante, elas têm que estar representadas com sua história. Elas têm direito a preservação da memória, têm direito à memória.

Centro de Memória da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul (2020):

A disponibilização das entrevistas é importante para os ouvintes aprenderem a desenvolver técnicas para esta comunicação. É um desafio. É uma memória social. Precisa-se de recursos técnicos para o registro da memória oral de seres humanos. Pois a comunidade surda vive experiências e tem percepções sobre a memória diferentes dos ouvintes. Então atende a uma memória social bem específica.

Instituto de Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul (2020):

Pensando na acessibilidade, é fundamental disponibilizar para esta comunidade este tipo de transcrição. Há o caso dos arquivos judiciais e muitos dos documentos são das palavras das pessoas a partir de um escrivão, que faz a transcrição do que a pessoa falou. Então já se sabe da fragilidade desta fonte, pois está sendo interpretada por um terceiro. Então olhando para a história, ficamos angustiados, quando fazemos a leitura de um processo, sabendo que passou por um filtro. Que foi uma outra pessoa que escreveu o que a pessoa que depôs falou. Olhando para esta questão dos surdos é a mesma coisa. então acaba não sendo uma fonte tão autêntica, pois acaba tendo um filtro que é um pouco ruim para a pesquisa. E existe o aporte tecnológico.

Todos os espaços de memória conseguem entender a importância de ter a memória da Comunidade Surda registrada, sem exceção. O que podemos verificar entre os trechos destacados anteriormente é que o registro ser prioritariamente em Libras aparece pouco entre as falas. Vimos que o Centro de Memória e o IMHC contemplou a comunicação e a expressão do Surdo. A analogia que é feita no trecho do IMHC está na abordagem da fala apresentada pelo outro, e é nesse sentido que esta pesquisa se estabelece, no fato de que o que o Surdo diz tem que ser registrado e disponibilizado a partir da sua língua, e a mediação feita pela presença do tradutor intérprete de Língua de Sinais deve ser um recurso e não a única língua de registro daquela memória.

Já abordamos nesta dissertação a importância da Libras como primeira língua dos Surdos, suas especificidades relacionadas à modalidade visuoespacial e, por conta disso, afirmamos que para que existam entrevistas orais de Surdos nos espaços de memória, na coleta, registro e disponibilização, é necessário que existam recursos midiáticos para gravação audiovisual e também para o acesso dos vídeos das entrevistas em Libras pelos pesquisadores interessados.

Durante as entrevistas com os espaços de memória, foi manifestado por três locais a existência de estrutura para fazer entrevistas em vídeo e registrar a memória da Comunidade surda, sendo eles o Laboratório de Fonte Oral da PUCRS, Centro de Memória da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, e o Instituto de Memória Histórica e Cultural da UCS. Entretanto, ainda assim, não faz parte da rotina desses locais disponibilizar as entrevistas em vídeo, somente as transcrições. O Laboratório de História Oral da PUCRS afirmou que ainda existe a

necessidade de ter um sistema de armazenamento que comporte as entrevistas, mas que acredita que depois da pandemia essas questões serão mais facilmente resolvidas.

O Centro de Memória da Câmara dos Vereadores e o Instituto de Memória Histórica e Cultural e o Laboratório de História Oral afirmaram contar com uma rede dentro das mantenedoras para buscar apoio técnico e recursos humanos. O IMHC relatou que já tem em suas produções o desenvolvimento de documentários, assim, os recursos audiovisuais já fazem parte do trabalho do Instituto e que já utilizou o serviço de tradução e interpretação em Libras da Universidade. Nesse sentido, o Laboratório de História Oral também afirmou que pode contar com o setor de acessibilidade da Instituição.

Os demais locais pesquisados afirmaram não ter estrutura para realizar vídeos e armazenar esse tipo de entrevista, preservando e disponibilizando a memória em Libras. Não ter estrutura aqui engloba não ter recursos humanos e técnico. Retomando o fato de que para que a memória seja registrada, armazenada e disponibilizada em Libras todo esse processo precisa manter a gravação em vídeo da pessoa entrevista e para isso é necessário contar com alguns recursos técnicos. Fica evidente nas entrevistas a limitação de recursos humanos em relação a profissionais fluentes em Libras e Tradutores Intérpretes de Libras. Nenhum dos espaços de memória tem esse recurso, e os que afirmam conseguir a contribuição desse profissional é porque estão vinculados a uma instituição ou administração que pode fornecer por meio de outros setores. O Laboratório de Fonte Oral – PUCRS, durante a entrevista, declarou que a demanda tem que vir dos alunos e que eles, até o momento, nunca tiveram interesse, portanto, não trazendo essa demanda, e que não vê dificuldades em gravar as entrevistas em Libras, pois os acadêmicos, quando chegam ao Laboratório, já passaram pela disciplina de Libras e sabem se comunicar.

Sobre os acadêmicos saberem Libras, essa consideração veio do fato que existe a disciplina de Língua Brasileira de Sinais como obrigatória e optativa no ensino superior, conforme decreto 5626/2005.

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto (BRASIL, 2005, não paginado).

Podemos perceber que há um desconhecimento da complexidade da comunicação em Língua Brasileira de Sinais, sendo que ela, como língua, e tendo seu ensino por meio de uma disciplina acadêmica, não habilita uma comunicação efetiva em apenas um semestre,. Comunicar-se em Libras depende de um processo de aprendizado de uma segunda língua, assim, como acontece com as línguas estrangeiras. Então, a menos que os acadêmicos já saibam Libras antes mesmo de cursar a disciplina ou que eles continuem a estudá-la posteriormente, eles não estarão aptos a realizar entrevistas em Libras com Surdos sem a presença de um profissional fluente. Entretanto, ter Libras como componente curricular obrigatório ou optativo é sim um fator de mudança social e pode despertar o interesse pelo registro da memória da Comunidade Surda em Língua de Sinais.

Evidenciamos ao longo desta pesquisa que as Memórias Orais da Comunidade Surda permanecem informalmente dentro da própria comunidade, que ela não chega aos espaços de memória e que mesmo quando chega, e isso é parece bem raro pelos dados levantados, ainda assim acontece de forma a não priorizar a Língua de Sinais como língua principal do processo de coleta, registro e disponibilização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando às considerações finais, depois de transitar entre os referenciais teóricos da linguística, da história e dos estudos surdos, e realizar o levantamento de dados em sete diferentes espaços de memória, iniciamos pelo impacto que essa pesquisa alcançou até o presente momento.

Durante o desenvolvimento do projeto e o refinamento ocorrido no período do mestrado, foi compreendida a importância de investigar como a Memória Oral da Comunidade Surda é tratada nos espaços de memória. Inicialmente, pareceu interessante fazer o registro dessas memórias, porém, ao observar melhor a questão ficou evidente que coletar memórias não teria um impacto significativo, atenderia ao propósito do registro, porém, a invisibilidade da Comunidade Surda parecia mais uma questão estrutural, e coletar entrevistas orais não abriria novas possibilidades para além de um pequeno grupo que seria contemplado. Dessa forma, compreendemos que esta pesquisa deveria ter um alcance maior do que documentar a Memória Oral da Comunidade Surda local, assim o problema de pesquisa que se constituiu foi: *Qual o tratamento dado à memória oral da Comunidade Surda, pelos espaços de memória, na coleta, registro e disponibilização das entrevistas orais, em Porto Alegre, Caxias do Sul e Santa Maria no Rio Grande do Sul?*

Chegar ao problema da pesquisa, da forma como está apresentado, foi o primeiro impacto que esta pesquisa alcançou, no sentido de ampliar a percepção sobre a situação da Memória Oral da Comunidade Surda e quais seriam os pontos necessários para conciliar a pesquisa e a sociedade. O segundo impacto foi levar essa percepção a sete espaços de memória no Rio Grande do Sul.

Ao iniciar os contatos com os espaços de memória e apresentar a pesquisa foi identificado como essa reflexão ainda não tinha chegado a esses lugares, com exceção do Banco de Memória, que já havia se deparado com o desafio de registrar a memória de um Surdo. Todas as entrevistas, incluindo o Banco de Memória, foram também oportunidades de apresentar aos espaços de memória as especificidades que a Memória Oral da Comunidade Surda possui e de identificar a ausência da Língua Brasileira de Sinais e a invisibilidade que os Surdos têm em relação a contar sua história.

Na realização das entrevistas para o levantamento de dados, os questionamentos aos entrevistados foram também uma possibilidade de trocar informações e de ampliar a percepção sobre a importância do registro da memória para a Comunidade Surda. Foi comum ouvir dos entrevistados que tais registros de memórias orais não existem e, mais do que isso, que até o

momento do convite para participar desta pesquisa de mestrado, a questão ainda não tinha sido considerada pelos espaços de memória.

Em relação à pesquisa em si, esta dissertação coletou dados para a análise por três perspectivas: primeiro pela identificação dos espaços de memória e a presença ou não de entrevistas e acervos de história oral; segundo, restringir-se a espaços de memória que possuíssem acervos, relativos a projetos, e as entrevistas presentes nesses espaços; e, terceiro, como esses espaços tratam e enxergam a Comunidade Surda e a memória oral registrada em Libras.

A investigação passou por diferentes espaços de memória, foram arquivos, centros de memória, centro de pesquisa, instituto e repositório. Isso proporcionou uma perspectiva ampla sobre os locais onde a memória oral está presente, e o resultado foi praticamente unânime⁶¹, Libras não faz parte, como língua de registro, desses locais, não tanto por impedimentos no registro ou por desconhecimento do que é a Língua Brasileira de Sinais, mas muito mais porque a Comunidade Surda não é considerada dentro de nenhum projeto como grupo social que também tem uma história a ser registrada por meio de suas memórias.

O projeto que deu origem a esta investigação estava pautado na verificação sobre o registro em Libras da Memória Oral da Comunidade Surda, utilizando o recorte espacial do estado do Rio Grande do Sul e, a partir dele, a seleção de três cidades: Porto Alegre, Caxias do Sul e Santa Maria. Ao longo da pesquisa, passando pela seleção dos espaços de memória que atendiam os critérios e principalmente na fase das entrevistas e análise dos dados, surgiu a percepção de que muito mais do que não considerar a Língua de Sinais no registro da memória oral da Comunidade, esses espaços não estavam enxergando essa comunidade como um grupo social que também quer deixar sua história registrada. Identificamos a invisibilidade social dos Surdos, o que é evidente para quem faz parte da Comunidade Surda, e que essa condição também se faz presente nos espaços que se comprometem a registrar a história pelo viés dos grupos sociais, da perspectiva das fontes não oficiais. Para concluirmos essa dissertação e apresentar nossas inferências sobre a temática abordada, vamos retomar aqui alguns casos e seus significados para o objeto proposto.

Iniciamos pelos casos da Memória dos Bairros do Centro de Pesquisa História de Porto Alegre e do Centro de Memória da Câmara de Vereadores, com relação ao primeiro vereador Surdo de Caxias do Sul. Identificamos a possibilidade de registro da memória oral da Comunidade Surda, e em Libras, contudo se fez presente a invisibilidade que a Comunidade

⁶¹ Considerando que apenas um lugar teve contato com a Libras como língua de expressão, porém, apresentou limitações enquanto língua de registro e não estará presente no armazenamento e disponibilização da entrevista.

Surda tem na sociedade. O caso mais significativo é o da Memória dos Bairros, por ser um projeto já encerrado e por abordar as histórias das comunidades pelas comunidades e nem dessa forma a Comunidade Surda aparecer nas entrevistas ou nas publicações do projeto. Esse é um recorte que representa como a Memória Oral da Comunidade Surda vem sendo tratada pelos espaços de memória. Que outros projetos perpassam a memória dos Surdos e não a abordam? Esta pesquisa evidenciou essas duas ocorrências e, a partir delas, pudemos inferir que, provavelmente, existam outros casos similares dentro dos espaços de memória pesquisados e dos não pesquisados.

Retomamos as hipóteses levantadas como possíveis respostas ao problema de pesquisa, a fim de identificar qual(is) dela(s) se confirmaram nesta investigação: (a) os espaços de memória não utilizam a Libras como língua de coleta, registro e acesso da memória oral da Comunidade Surda; (b) os espaços de memória utilizam a Libras como língua de coleta e registro com a mediação de profissionais tradutores/intérpretes de Libras, porém o acesso aos registros da memória oral da Comunidade Surda é feito apenas em Língua Portuguesa; e (c) os espaços de memória utilizam a Libras como língua de coleta, registro e acesso da memória oral da Comunidade Surda.

Verificamos que seis dentre os sete espaços de memória pesquisados, a hipótese convergente é a (a) os espaços de memória não utilizam a Libras como língua de coleta, registro e acesso da memória oral da Comunidade Surda. Identificamos que isso é resultado de não haver entrevistas de Surdos e, dessa forma, não considerar a língua do Surdo é decorrência de não considerar essa comunidade como possível objeto de pesquisa. Há ainda uma possibilidade mais remota, que não foi localizada nesta pesquisa, que é a de haver entrevistas de Surdos que não tenham sido registradas em Libras e, por isso, não foram identificadas, situação que também se inclui nessa hipótese.

Analisando os espaços de memória, verificamos que cinco são públicos e dois privados, ligados a universidades comunitárias. Os dois espaços que fazem parte de instituições privadas demonstraram, durante as entrevistas, conhecer os caminhos para usar os recursos que a universidade tem para incluir a Comunidade Surda e a Libras nos seus acervos. Não entrevistamos outras instituições privadas que não fossem comunitárias, então, não podemos definir que esse é o fator que estabelece a diferença nesse quesito, mas, além dos recursos humanos, também afirmaram ter os recursos técnicos para a realização de um acervo ligado à Comunidade Surda. Nos espaços públicos, o único local que manifestou ter recurso técnico e humano foi o Centro de Memória da Câmara, utilizando os recursos da Câmara de Vereadores

e da Prefeitura, entretanto, afirma não ter um acervo que contasse com a memória oral da Comunidade Surda por não ter esse caráter enquanto espaço de memória.

Não estamos querendo, aqui, fazer juízo de valor, porém, diante das análises realizadas nos espaços, em que foram realizadas as entrevistas, essa questão ficou evidente. Existe a possibilidade, sim, de haver diferenças entre o setor público e o setor privado, no que tange a ter caminhos mais acessíveis para tornar os espaços de memória locais inclusivos com a presença de Libras, como língua de registro da memória a Comunidade Surda, porém, para comprovação disso seria necessária uma investigação mais específica e que contasse com mais espaços de memória, igualando a quantidade de espaços públicos e privados.

Já, o Banco de Memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami foi o único espaço em que identificamos o registro da memória oral de um Surdo e que corresponde à nossa hipótese (b) os espaços de memória utilizam a Libras como língua de coleta e registro com a mediação de profissionais tradutores/intérpretes de Libras, porém o acesso aos registros da memória oral da Comunidade Surda é feito apenas em Língua Portuguesa. Embora a Libras estivesse presente na entrevista oral, o registro em Libras não estará⁶² presente no arquivamento e disponibilização da memória coletada. O espaço de memória referido não tem em seu quadro nenhum servidor que possa mediar a comunicação entre o par linguístico Língua Portuguesa - Libras e, na ocasião relatada, a interpretação foi feita por duas intérpretes voluntárias que estavam acompanhando o entrevistado e que não possuíam nenhum vínculo com os dois espaços de memória envolvidos, o Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami e o Centro de Memória da Câmara de Vereadores. Ainda assim, com o não registro do relato em Libras, verificamos que há uma certa displicência com relação à importância de ter esse material disponível em Língua de Sinais para a consulta não só da Comunidade Surda, mas de todos aqueles que pudessem ter interesse.

Existem limitações técnicas em relação ao armazenamento e disponibilização dessa memória em Libras, afinal, é necessário que o Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, assim como os demais espaços de memória, tenha suporte para registrar, armazenar e disponibilizar a mídia em vídeo, porém, além disso, verificamos que passados três anos a gravação ainda está em posse unicamente da TV Câmara – Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, não estando disponível a quem tiver interesse em pesquisar. Ressaltamos que não tivemos acesso à entrevista gravada em vídeo com a narrativa em Libras, e nem à transcrição

⁶² O verbo está no futuro, pois, até a conclusão dessa pesquisa o Banco de Memória ainda não tinha feito a transcrição da entrevista, porém, no momento da entrevista, a pessoa responsável confirmou que este relato, assim como todos os outros, terá apenas a transcrição em Língua Portuguesa.

em Língua Portuguesa, somente conseguimos identificar onde está localizada a entrevista e solicitar que ela seja encaminhada ao Banco de Memória.

Outro fato que identificamos ser relevante para o tratamento da Memória Oral da Comunidade Surda, foi a presença de historiadores nos espaços de memória, consolidando a preocupação com o resgate e o registro da memória oral de diferentes grupos sociais, incluindo nesses grupos a Comunidade Surda. Isso revelou que há consciência da importância dos grupos historicamente excluídos, e a relação próxima com a pesquisa em história oral, possibilitando aqui o registro da história do Povo Surdo contada pelo Povo Surdo. Os historiadores abordaram o assunto com propriedade, compreendendo a relevância da pesquisa e do registro da Memória da Comunidade Surda, porém, afirmaram que registrar a memória da Comunidade Surda é algo que passou despercebido durante todos esses anos de trabalho, e que essa invisibilidade é social, refletida nos espaços de memória.

A pesquisa revelou um aspecto muito positivo na cidade de Caxias do Sul, pois, como vimos na análise dos dados, os três locais entrevistados produzem, armazenam e disponibilizam entrevistas feitas com o método da História Oral, e todos contam com a presença de historiadores na gestão desses espaços e nos projetos. Além de ser a única cidade onde 100% dos espaços pesquisados responderam positivamente sobre acervos de História Oral, a quantidade e diversidade de projetos relatados não foi observada em nenhum outro local das outras duas cidades selecionadas para a pesquisa. O envolvimento dos entrevistados responsáveis pelo Banco de Memória e Instituto de Memória Histórica e Cultural revelou terem consciência da importância do registro das lembranças dos atores que viveram os processos sociais. Mesmo eles não tendo projetos relacionados à memória da Comunidade Surda, ambos reconhecem a importância de registrar as lembranças dos Surdos e suas vivências sociais em prol do grupo. Fica evidente a invisibilidade que o Povo Surdo tem em relação a sua história, não esquecendo que o papel dos espaços de memória é o de atender a todas as camadas e grupos sociais. Durante as duas entrevistas foram discutidas possibilidades de se criar projetos para registrar essa memória, que até então tem passado despercebida.

Foi em Caxias do Sul que localizamos a única memória oral registrada em Libras em toda a pesquisa e, mesmo assim, verificamos como esse foi um processo complexo, demonstrando que os espaços não estão preparados para receber, coletar, registrar e disponibilizar esses relatos em Língua de Sinais. De forma geral, percebe-se um despreparo, uma falta de conhecimento sobre a Libras e sobre as necessidades dos Surdos. Existe, sim, a vontade de incluir memórias de Surdos nos acervos de História Oral, mas, ao mesmo tempo, existe uma limitação de recursos humanos e tecnológicos, falta de contato com a Comunidade

Surda e, até o momento dessa pesquisa, a não aproximação com esses espaços, uma não identificação da necessidade de registrar a memória da Comunidade Surda.

Sobre a falta de contato da academia e de seus espaços de memória com a Comunidade Surda, a entrevista com o Laboratório de História Oral da PUCRS e o Centro de Pesquisa Histórica de Porto Alegre trouxeram uma perspectiva interessante sobre esse registro. Os entrevistados afirmaram que a demanda precisa vir por parte dos acadêmicos, das pessoas envolvidas com a pesquisa, ou da própria comunidade. Dessa forma, verificamos que muitos espaços de memória acolhem as demandas que vêm da comunidade e, mesmo assim, ainda não vemos casos em que a Comunidade Surda tenha chegado com a sua memória. Um ponto que apareceu em todas as entrevistas está relacionado à carência de recursos humanos em seus quadros de colaboradores que sejam conhecedores da Libras para realizar entrevistas orais com Surdos.

Sobre a Língua Brasileira de Sinais, nas entrevistas orais, foi possível constatar a necessidade de que ela seja reconhecida como primeira língua dos Surdos. A partir do momento em que a Comunidade Surda estiver incluída nos projetos de História Oral dos espaços de memória, naturalmente a Libras também estará e o tratamento que será dado à língua depende da compreensão que as pessoas envolvidas têm sobre a sua importância para os Surdos, e que outras línguas, no caso do Brasil, a Língua Portuguesa, não substitui a Língua de Sinais.

No que diz respeito ao Centro de Pesquisa Histórica de Porto Alegre Casa Goy, mesmo afirmando que a demanda deve vir da comunidade, pudemos verificar que a Comunidade Surda não tem feito parte de seu espectro de registros, estando voltado, quase que essencialmente, a outros grupos sociais devidamente inseridos e reconhecidos pela sociedade. Essa afirmação se dá em virtude da pesquisa Memória dos Bairros, apresentada anteriormente.

Saber reconhecer Libras como uma língua é necessário para que a Memória Oral da Comunidade seja considerada dentro dos espaços de memória, afinal essa diferença linguística precisa ser compreendida. Registrar as memórias de um informante em Libras equivale a fazer um registro em qualquer outro idioma. Nesse sentido, entender o que é a Libras, o que é a Comunidade Surda e a importância da comunicação em Língua de Sinais para os Surdos é essencial para que então se reconheça o dever de registrar as entrevistas orais dessa comunidade, na sua língua, conforme abordamos no Capítulo 2.

Sobre a presença do tradutor intérprete de Libras nos espaços de memória, sabemos que ainda existe certa resistência a sua contratação, isso possivelmente esteja relacionado à distância entre a Comunidade Surda e os espaços de memória, bem como pelo número ainda restrito de profissionais qualificados.

Contar com a presença de profissionais da área da tradução e interpretação em Libras nos espaços de memória possibilita fazer a mediação entre as línguas envolvidas, não havendo, portanto, a substituição ou omissão da Língua de Sinais em nenhuma parte do processo de registro da memória do Surdo.

Ao tratarmos da Libras no registro da memória da Comunidade Surda, identificamos o quanto essa Comunidade tem sido negligenciada como um todo. A história oral é uma forma de levantar fontes históricas não tradicionais, é uma possibilidade de buscar novos caminhos para a historiografia e, para isso, é necessário que se amplie o espectro de grupos sociais que participam desses registros.

Compreendemos que embora muitos grupos tenham o anseio de contar suas histórias, desconhecem as pesquisas com história oral e os espaços de memória que utilizam esse método. Assim, a abertura desse caminho deve iniciar na comunidade até chegar aos espaços de memória, como forma de reivindicar o espaço da Comunidade Surda na História. Porém, se a comunidade não está inserida no meio acadêmico e não circula nos espaços onde circulam as informações, reduzem-se as possibilidades de que esse movimento aconteça.

Concluimos com esta pesquisa que há uma invisibilidade da História da Comunidade Surda nos espaços de memória, e não só pelas questões específicas da Língua de Sinais como primeira língua dos Surdos, mas primeiro porque a Comunidade Surda ainda não está presente nos locais que conversam com as memórias sociais, o que nos faz retomar que a Libras é referenciada na Lei 10.436 (BRASIL, 2002, não paginado), “como meio legal de comunicação e expressão”. Iniciamos este estudo trazendo a legislação como forma de demonstrar o que representa a Língua Brasileira de Sinais e retomamos ela para continuar defendendo a posição que ela deve ocupar dentro da Memória da Comunidade Surda, como língua principal, reconhecida e priorizada no registro da memória.

Acreditamos ter atingido o objetivo a que nos propomos, que é investigar como os espaços de memória das cidades de Porto Alegre, Caxias do Sul e Santa Maria coletam, registram e difundem a memória oral da Comunidade Surda no RS por meio da Libras. Ao mesmo tempo, vislumbramos novas pesquisas derivadas desta a serem empreendidas tanto por esta pesquisadora como por todos aqueles que busquem colaborar com a Comunidade Surda.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 234 p. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami - Caxias do Sul
- ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI. [2020]. Disponível em: <http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA ORAL. [2020]. Disponível em: https://www.historiaoral.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=528. Acesso em: 28 jun. 2020.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. 4. ed. Campinas: Editora Unicamp, 1995. 387 p. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri.
- BEVILAQUA, Juliana. Com vereador surdo, muda a dinâmica das sessões da Câmara de Caxias do Sul. **Jornal Pioneiro**, Caxias do Sul, 6 fev. 2019. Disponível em: <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/politica/noticia/2019/02/com-vereador-surdo-muda-a-dinamica-das-sessoes-da-camara-de-caxias-do-sul-10697285.html>. Acesso em: 6 fev. 2019.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador: memória, tempo, identidades**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. 153 p. Tradução de André Telles.
- BRASIL. **Decreto nº 5626**, de 22 de dezembro de 2005. Brasília, Distrito Federal: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 24 mar. 2018.
- BRASIL. **Lei nº 10436**, de 24 de abril de 2002. Brasília, Distrito Federal: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 24 mar. 2018.
- CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua Brasileira de Sinais, Volume I: Sinais de A a L. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- CAPUCHO, Maria Filomena. Sobre línguas e cultura. **Revista Veredas**, Juiz de Fora, v. 10, p.1-12, jun. 2009. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo094.pdf>. Acesso em: 30 maio 2018.
- CASTRO JÚNIOR, Gláucio de. Cultura surda e identidade: estratégias de empoderamento na constituição do sujeito surdo. *In*: ALMEIDA, WG. (Org.). **Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente** [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2015, p. 11-26.
- CENTRO DE MEMÓRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE CAXIAS DO SUL. [2020]. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid>. Acesso em: 25 jun. 2020.

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA. Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). [2020]. Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/ceom/info/sobre-o-ceom>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. 2020. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CENTRO DE PESQUISA HISTÓRICA DE PORTO ALEGRE CASA GODOY. **História dos bairros de porto alegre**. 2005. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/historia_dos_bairros_de_porto_alegre.pdf. Acesso em: 25 ago. 2020.

CENTRO DE PESQUISA HISTÓRICA DE PORTO ALEGRE CASA GODOY. [2020]. Disponível em: <https://cphpoa.wordpress.com/>. Acesso em: 06 jul. 2020.

CUXAC, Christian. Iconicité des Langues des Signes. **Faits de Langues**, [s.l.], v. 1, n. 1, p.47-56, 1993. Brill. <http://dx.doi.org/10.3406/flang.1993.1034>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aile/536>. Acesso em: 15 maio 2020.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 136 p.

DIZEU, Liliane Correia Toscano de Brito; CAPORALI, Sueli Aparecida. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 583-597, maio 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a14v2691.pdf>. Acesso em: 30 maio 2018.

FERNANDES, Sueli. **Educação de Surdos**. Curitiba: IbpeX, 2007.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GORSKI, Edair; FREITAG, Raquel Meister Ko.. **Ensino de Língua Materna**. Florianópolis: Ufsc, 2010. Disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificica/ensinoDePrimeiraLingua/assets/249/TEXT0-BASE_ELM_2010.pdf. Acesso em: 25 abr. 2019.

INSTITUTO DE MEMÓRIA HISTÓRICA E CULTURAL DA UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL. 2020. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/instituto-memoria-historica-e-cultural/o-instituto/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL DA UNIVILLE. [2020]. Disponível em: <https://lhouniville.wixsite.com/novo>. Acesso em: 20 jul. 2020.

LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL E IMAGEM DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. [2020]. Disponível em: <http://www.labhoi.uff.br/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

LADD, Paddy. **Understand deaf culture: in search of deafhood**. Clevedon: Multilingual Matters, 2003.

LANE, Harlan. Do deaf people have a disability? *In: H-Dirksen L. Bauman (org.). Open your eyes: deaf studies talking*. Minneapolis: University of Minnesota, 2008. p. 277-292.

- LEFFA, Vilson J.; IRALA, Valesca Brasil. O ensino de outra(s) língua(s) na contemporaneidade: questões conceituais e metodológicas. *In*: Vilson J. LEFFA; Valesca B. IRALA (org.). **Uma espiadinha na sala de aula: ensinando línguas adicionais no Brasil**. Pelotas. Educat, 2014, p. 21-48.
- LE GOFF, Jacques Le. **História e memória**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. 553 p. Tradução de Bernardo Leitão.
- LENNEBERG, E. H. **Biological foundations of language**. New York: Wiley, 1967.
- LOPES, Ana Carolina Arantes das Chagas; ABREU, Sandra Elaine Aires de. O Congresso de Milão (1880) como marco histórico cultural na educação de surdos no Brasil. **Revista Educação, Ciência e Inovação**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 1-12, 2017 dez. 11. Disponível em: <http://anais.unievangelica.edu.br/index.php/pedagogia/article/view/4469>. Acesso em: 28 out. 2019.
- MAHER, Jane. **Seeing language in sign: the work of William C. Stokoe**. Washington D. C.: Gallaudet University Press, 1996.
- MCCLEARY, Leland; VIOTTI, Evani. Língua e gesto em línguas sinalizadas. **Revista Veredas**, Juiz de Fora, v. 15, p. 289-304, 2011. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2011/05/ARTIGO-212.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2019.
- PAIVA, Francisco Aulísio dos Santos *et al.* Análise do papel das expressões não manuais na intensificação em libras. **Delta: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, [s.l.], v. 34, n. 4, p. 1135-1158, dez. 2018. FapUNIFESP (SciELO).
- PERLIN, Gladis. **O ser e o estar sendo surdos: alteridade, diferença e identidade**. Porto Alegre. 2003. 156 f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2003.
- PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. História cultural dos surdos: desafios contemporâneos. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2, p. 17-31, 2014. Editora UFPR.
- QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004. 224 p.
- QUADROS, Ronice Müller de. **Libras**. São Paulo. Editora Parábola. 2019. 192 p.
- SEBE, José Carlos. **Manual de história oral**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1998. 86 p.
- SIGN-HUB. [2020]. Disponível em <https://www.sign-hub.eu>. Acesso em: 13 jun.2020.
- SILVA, Maria Cristina Vieira da. A aquisição de uma Língua Segunda: muitas questões e algumas respostas. **Saber(e)Educar**. Porto: ESE de Paula Frassinetti. N.º10(2005), p. 97-110.
- SOUTO, Mauren Vanessa Lourenço *et al.* Conceitos de língua estrangeira, língua segunda, língua adicional, língua de herança, língua franca e língua transnacional. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 60, p. 890-900, set. 2014.

SPINASSÉ, Karen Pupp. Os conceitos Língua Materna, Segunda Língua e Língua Estrangeira e os falantes de línguas alóctones minoritárias do Sul do Brasil. **Revista Contingentia**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 1-8, nov. 2006.

STOLZ, Mariléia Lúcia. Vivência acadêmica de estudantes surdos na UFSM: ingresso, adaptação, permanência e conclusão. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2019.

STOKOE, W. C. Sign Language Structure: an outline of the visual communication systems of the american deaf. **Journal of deaf studies and deaf education**, [s.l.], v. 10, n. 1, p. 3-37, 1 jan. 2005.

STROBEL, K.; FERNANDES, S. **Aspectos linguísticos da língua brasileira de sinais**. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2016. 146 p.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.